JULIANA MARQUES DE MATOS AMORIM

O INDÍGENA GUARANI DE DOURADOS (MS):

MÍDIA, REPRESENTAÇÃO E DISCURSO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Três Lagoas, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof. Dr.ª Vânia Maria Lescano Guerra

TRÊS LAGOAS – MS
2011

Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Câmpus Universitário de Três Lagoas
Programa de Pós-Graduação em Letras

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof.ª Dr.ª Vânia Maria Lescano Guerra (UFMS)

_____

Prof.ª Dr.ª Mariana Garcia de Souza (UFMS)

_____

Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues (UEMS-UFMS)

TRÊS LAGOAS – MS
2011

A meus pais, Osmar e Auracelia, dedico esta etapa especial de minha vida... Nos momentos difíceis, em que o futuro parecia incerto e o passado se mostrava inválido, vocês foram o meu presente, o abraço aconchegante que me inspirava confiança para seguir em frente.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, pela força em todos os momentos, solicitada nas preces solitárias das noites em claro.

À minha orientadora, Vânia Maria Lescano Guerra, pela postura firme em suas orientações, por desafiar, por exigir sempre o melhor... Mas, sobretudo, por conjugar uma atenção maternal com saberes científicos.

Aos meus pais, Osmar e Auracelia, pela confiança que sempre tiveram em mim, pelo amor incondicional e compreensão nos momentos em que estive ausente e não pude participar da vida familiar.

Aos meus irmãos, Edmar e Elisa, pelo apoio e amor fraternal, e também ao meu cunhado, *Ceará*, pelos momentos descontraídos em que pude sair de meu mundo isolado e desfrutar da genuína alegria de poder, simplesmente, conversar com eles.

Ao Daniel, meu sobrinho querido, tão pequenino, mas cujo sorriso já transmite grande força e paz para aqueles que o cercam.

Ao José Amorim, meu grande amor, pelo sentimento infinito de carinho e consideração. Por *segurar a barra* em meus momentos de humor inconstante e pelo companheirismo como colega de Mestrado.

À Doris, grande amiga, sempre presente.

Às professoras doutoras Mariana Garcia de Souza e Celina Aparecida Nascimento, pelas contribuições durante o exame de qualificação e ao Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues pela disponibilidade.

Às companheiras de análise e troca de ideias, Márcia e Elza, com as quais compartilhei momentos – que alternavam êxito e situações difíceis... – durante este processo de aperfeiçoamento, que é o curso de Mestrado.

Aos colegas Rony, Anailton, Naiara, Nádia, Mara, Marilza, Margarida e Silvana, que compartilharam vários momentos bons (as conversas descontraídas diante de copos de cerveja, xícaras de café ou em salas de espera de hotéis...) e ruins (os incidentes ocorridos durante as viagens a Três Lagoas, as crises de choro quando nem tudo caminhava conforme o previsto...) nesta longa caminhada para conseguir o título de Mestre, que, entre as tentativas e o final acerto, durou três anos.

Aos professores do Mestrado em Letras da UFMS, de Estudos Linguísticos e Estudos Literários, e aos eficientes Claudionor e Camila... Mal tenho palavras para expressar a gratidão pelo carinho com que fui recebida nesta *família* que se tornou a Universidade.

Aos colegas que tive o prazer de conhecer durante o curso de Mestrado e com quem pude compartilhar leituras e experiências.

Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível.

Michel Foucault

RESUMO

AMORIM, Juliana Marques de Matos. **O indígena Guarani de Dourados (MS):** mídia, representação e discurso. Três Lagoas: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2011. 152 f. (Dissertação de Mestrado).

A proposta desta pesquisa é problematizar os discursos midiáticos sobre a desnutrição nas aldeias indígenas de Dourados-MS, de forma a obter as representações do indígena sul-mato-grossense construídas pelo discurso da mídia. Para tanto, como *corpus* da pesquisa temos os discursos dos jornais *O Progresso*, veiculado na cidade de Dourados-MS, de circulação regional, e *Folha On-Line*, jornal digital de circulação nacional. A busca por esse objetivo resultou neste trabalho, no qual se aborda o tema sob a ótica da Análise do Discurso, dos Estudos Culturais e da História. Ancorando-se em obras de teóricos como Pêcheux (1997; 2002), Foucault (1990; 1996), Authier-Revuz (1990) e em estudiosos de cultura e identidade – sendo os principais Bhabha (1998), Bauman (1998; 2005), Castells (1999) e Souza (2003) -, desestabilizamos os discursos midiáticos sobre o índio guarani mediante o estudo de sua atuação na História, de forma que possa haver compreensão sobre seu papel na sociedade atual e sobre sua representação no imaginário popular. No que concerne às identidades, baseamo-nos nos conceitos de Coracini (2007), a fim de relacionarmos a representação à questão identitária, e sobre como uma interfere na outra. Sob a concepção foucaultiana de arqueologia – em que articulamos dados históricos no processo de desconstrução discursiva -, trazemos para a análise dados históricos, fundamentados especialmente nas obras de Cunha (1992), Gressler (1988), Aylwin (2009). Como bases para a análise linguística, Cardoso (2003) e Silva (2007) oferecem relevantes esclarecimentos sobre os processos de referenciação na perspectiva discursiva, assim como Neves (2000), Fiorin (1996) e Flores, *et al* (2008) contribuem para a análise dos demais aspectos da materialidade linguística dos discursos. Na análise de recortes dos jornais, identificam-se as regularidades que os caracterizam como propagadores de representações perante o público leitor, de forma a trazer os resultados provenientes da pesquisa, assim como uma breve discussão sobre esses resultados, os quais indicam a presença de diversas formações discursivas jurídicas, médicas, políticas e institucionais que colaboram para a construção das representações de "abandonado", "subalterno", "miserável", "selvagem", "submisso", "vítima", "marginal", "incapaz" e "viciado", associadas ao indígena sul-mato-grossense na mídia, e que, consequentemente, acabam por constituir o imaginário popular.

Palavras-chave: Mídia; representação; discurso; índio.

ABSTRACT

AMORIM, Juliana Marques de Matos. ***O indígena Guarani de Dourados (MS):*** *mídia, representação e discurso. Três Lagoas: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2011. 152 f. (Dissertação de Mestrado).*

The purpose of this research is to question the media discourse about malnutrition in the indigenous villages of Dourados – MS, to obtain the representations of indigenous of Mato Grosso do Sul built by media discourse. For this, as we have research corpus speeches O Progresso newspaper, posted on the city of Dourados – MS, regional circulation, and Folha On-line, digital newspaper of national circulation. The pursuit of this goal has resulted in this work, which addresses the issue from the perspective of Discourse Analysis, Cultural Studies and History. In the basis of the works of theorists like Pêcheux (1997; 2002), Foucault (1990; 1996), Authier-Revuz (1990) and theorists of culture end identity – being the main Bhabha (1998), Bauman (1998; 2005), Castells (1999) and Souza (2003) – destabilize the media discourse about the Guarani Indian by studying its role in History, so you can be understanding about their role in modern society and about their representation in the popular imagination. With regard to the identities, we rely on the concepts of Coracini (2007), in order to relate the representation to the identity issue, and how one affects the other. Under the concept of Foucaultian archeology – in which we articulate the historical data in the process of deconstructing the discursive – we bring to the analysis some historical data, based especially on the works of Cunha (1992), Gressler (1988), Aylwin (2009). As a basis for linguistic analysis, Cardoso (2003) and Silva (2007) provide relevant information about the referral process in the discursive perspective, and Neves (2000), Fiorin (1996) and Flores et al (2008) contribute to analysis of other aspects of linguistic materiality of the statements. In the analysis of extracts from newspapers, identity the regularities that characterize them as a propagators of representations to the reading public, to bring the results from research as well as a brief discussion of these results, which indicate the presence of several legal, medical, institutional and politician discursive formations, that contribute to the construction of representations of "abandoned", "subordinate", "miserable", "savage", "submissive", "victim", "marginal", "inapt" and "addict", associated with indigenous of Mato Grosso do Sul in the media and, consequently, construct the popular imagination.

Keywords: Media; representation; discourse; Indian.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10

CAPÍTULO I: CONSTRUINDO A BASE TEÓRICA 25
1.1 Teorias do discurso: contribuições 26
1.2 Discurso e poder: conceitos 29
1.3 Análise do discurso: relação entre cultura e História 32
1.4 A mídia: discurso e estratégias 43
1.5 A materialidade linguística 51

CAPÍTULO II: ANÁLISE DO DISCURSO E DISCURSO HISTÓRICO 54
2.1 A História e suas implicações no discurso 54
2.2 Os povos indígenas no Brasil 56
2.3 Os indígenas brasileiros e as (in)definições históricas 61
2.4 Mato Grosso do Sul e seus indígenas: condições e trajeto 63
2.4.1 Índios de Dourados – MS 66
2.5 *O Progresso*: "pensamento e ação" na leitura cotidiana 67
2.6 *Folha On-Line*: leitura dinâmica na internet 68

CAPÍTULO III: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS 70
3.1 *O Progresso*: a desnutrição na perspectiva regional 71
3.2 *Folha On-line*: a repercussão da desnutrição indígena no país 105

CONSIDERAÇÕES FINAIS 126

REFERÊNCIAS 132

ANEXO I - *O PROGRESSO* 137
ANEXO II – *FOLHA ON-LINE* 144

INTRODUÇÃO

A mídia é um ambiente prolífico no que tange à (re)construção de representações. Ela apresenta grande potencial de credibilidade junto ao público – o que a potencializa como produtora de discursos fundadores na sociedade. Esse poder que a mídia obtém diante do público é a razão pela qual foi escolhida como objeto de estudo deste trabalho: as formas de representação propagadas por meios midiáticos são adotadas prontamente pelo público e quase nunca questionadas – além de constituírem o córpus de um variado número de pesquisas sobre o discurso e suas práticas. A mídia atua como um local onde determinadas representações e ideologias podem ser expostas sem que sejam alvo de contestação por parte do público, pois ali estariam presentes sob a forma de discurso institucionalizado: "os meios de comunicação são o *locus* onde se realizam trabalhos sobre as representações sociais – pois possuem *status* institucional que lhes autoriza a interpretar a produzir sentidos sobre o social e que são aceitos pela sociedade". (GUERRA, 2008, p. 98).

Essa forma institucionalizada pela qual a mídia é vista pelo público colabora para que as representações, que sempre estiveram moldando o modo de pensar da sociedade, permaneçam de forma indelével na memória do leitor/espectador. Considerados esses aspectos e problematizando as notícias de jornal envolvidas neste trabalho – bem como aspectos históricos que envolvem essa problematização – chegamos às formas de representação do indígena guarani sul-mato-grossense presentes na mídia de circulação regional e nacional, a partir do jornal *O Progresso* e *Folha On-line*, respectivamente. A escolha de um veículo de comunicação de distribuição regional e outro nacional foi guiada pelo interesse em se estabelecer as diferenças entre o discurso de um e outro.

Este trabalho se insere ainda em uma pesquisa maior, em desenvolvimento, intitulada "**O PROCESSO IDENTITÁRIO DO INDÍGENA DE MATO GROSSO DO SUL: ANÁLISE DOCUMENTAL E MIDIÁTICA DA LUTA PELA TERRA**", financiada pelo CNPq, sob a coordenação da Profa. Dra. Vânia Maria Lescano Guerra (UFMS), membro da REDLAD - Rede latinoamericana de discursos sobre a pobreza - grupo pertencente à Associação Latinoamericana de Discursos (ALED). Guerra (2010),

em seus estudos de pós-doutorado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pesquisou sobre a manifestação da produção da identidade do indígena sul-mato-grossense em discursos oficiais, materializados no "Estatuto do Índio" e em documentos da "I Conferência Regional dos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul", ocorrida em Dourados, em 2005; em seu estudo, contrariando a "armadilha paternalista da vitimização", Guerra (2010, p. 86) chega à conclusão de que alguns povos indígenas realmente se percebem como membros atuantes de sua nação e que, se suas condições de vida se mantêm de forma favorável, não seria em virtude de benefícios por parte de outros, mas sim como resultado de sua própria atuação na sociedade em que vivem. Trata-se de uma visão bastante apropriada, pois persiste ainda no imaginário da sociedade a tendência a uma visão "romantizada" do índio, em que o vemos como vulnerável e subjugado pelo branco.

A visão tradicional do índio[1] como alguém vulnerável decorre de fatores históricos. Cunha (1992), com a colaboração de outros estudiosos de Antropologia, Arqueologia e História, elaborou uma compilação de estudos sobre a História dos índios no Brasil – pesquisa apoiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e pela Secretaria Municipal de Cultura (SMC) do Município de São Paulo –, em que coube dissertar sobre os mais variados aspectos dessa temática.

A partir da leitura de alguns artigos da obra de Cunha (1992), podemos ressaltar que, após o "descobrimento" do País pelos navegadores portugueses, deu-se também a dissolução da identidade indígena: os índios já não eram mais considerados os senhores das terras "descobertas", mas sim uma possibilidade de auxílio na exploração dessa nova conquista e, posteriormente, uma "mão de obra barata". Assim, ficou marcada na História e no imaginário social uma suposta posição inferior do índio, que permanece até a atualidade, em que seus direitos como cidadão são geralmente ignorados.

Também inserido no aspecto cultural e identitário dos povos indígenas, Oliveira (1976) elaborou estudos sobre aspectos socioculturais do povo terena, e contribui para este estudo por prestar esclarecimentos acerca dos processos de assimilação de culturas e aculturação que envolvem os índios. O autor caracteriza a assimilação como um "processo" em que o índio terena perde sua "peculiaridade cultural" e sua "identificação

[1] Neste trabalho, os indígenas mencionados nos dados são da etnia guarani, de Dourados – MS; os termos "índio" e "indígena" serão utilizados sem especificação de etnia quando mencionados em um sentido geral – os índios do Brasil.

étnica anterior" (OLIVEIRA, 1976, p. 103); ou seja, ao mesmo tempo em que perde sua cultura, o índio terena passa a dissipar de sua história qualquer traço dos costumes de seus antepassados.

Outro dado relevante apontado por Oliveira é a forma como determinados costumes são reavivados, supostamente em nome da "reativação" da cultura indígena terena: por interseção com o branco, fixam-se datas (Dia da Independência, Dia do Índio...) para se fazerem festas ou rituais indígenas; no caso dos terena, o autor menciona a "dança do bate-pau" e a "corrida de cavalinhos" (OLIVEIRA, 1976, p. 105). Tais eventos são realizados, todavia, mediante a já declarada determinação de datas e adequação a regimentos institucionais. O autor ainda declara: "Não se pode dizer que essas festas tivessem sido realizadas, no passado, em dias determinados", além de afirmar que tais eventos são estimulados por serem "curiosidades indígenas" que atrairiam turistas (OLIVEIRA, 1976, p. 105). O pesquisador ainda menciona a questão do sincretismo religioso que permeia as aldeias e que propicia a junção de rituais indígenas com a doutrina católica. Na análise dos dados deste trabalho, essa questão é abordada, demonstrando o papel (geralmente decisivo) da religião na vida dos povos indígenas.

A respeito dos direitos dos indígenas na atualidade, Aylwin (2009), com o apoio do Grupo Internacional de Trabalho sobre Assuntos Indígenas (IWGIA) e da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP), empreendeu um estudo sobre os direitos dos povos indígenas em Mato Grosso do Sul, em que analisou a realidade atual dos indígenas sul-mato-grossenses nas perspectivas jurídica, histórica, antropológica, social e política; trata-se de uma obra relevante por tratar especificamente dos índios do Estado de Mato Grosso do Sul. Em seu capítulo *O caso da reserva de Dourados*, fornece dados importantes acerca de antecedentes históricos, realidade atual da reserva, seus problemas, os jovens índios guarani e as políticas públicas voltadas para a manutenção da reserva em questão.

Articulando os fatores culturais dos povos indígenas ao viés discursivo, Limberti (2009) aborda a aculturação e polifonia inseridas no discurso indígena ao propor uma "reflexão teórica sobre subjetividade e identidade", com base em relatos da oralidade dos índios kaiowá da Reserva de Dourados – MS. Para fazer sua pesquisa, a autora contou com depoimentos dos índios Albino, de 33 anos, e de Capitão Ireno, de 92. Tais

depoimentos foram colhidos sob o critério da obra "Canto de morte kaiowá", de José Carlos Sebe Bom Meihy, com o intuito de se chegar ao "conceito de identidade que o kaiowá tem de si mesmo", demonstrando "os processos discursivos pelos quais sua subjetividade se manifesta" (LIMBERTI, 2009, p. 21). A partir dessa abordagem, a autora traz alguns elementos do "código de representação do indígena", pelo qual chega à compreensão e solução dos problemas característicos dos povos com "especificidades etno-antropológicas" singulares, como os kaiowá. Da mesma forma, neste estudo, podemos "dialogar" com a obra da autora à medida que a busca pela representação do índio guarani propagada pela mídia é uma forma de se chegar à raiz dos problemas que afetam a sobrevivência física e cultural desse povo na atualidade.

Sobre a temática "índio na mídia", Miqueletti (2007) abordou em sua dissertação de mestrado, defendida na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), a construção de imagens e sentidos dos casos de desnutrição indígena em reportagens dos jornais douradenses *O Progresso* e *Diário MS*, entre os anos de 2004 e 2005. Apesar de seu aparato teórico ser diferente do utilizado neste trabalho – a autora apoiou-se na semiótica greimasiana para elaborar sua análise –, algumas de suas considerações a respeito da temática indígena e midiática são aqui compartilhadas, pois considera que "as notícias sobre a desnutrição indígena tomaram forma e alcançaram espaços a ponto de movimentar jornais do Brasil e do mundo, incomodando e [...] dando IBOPE" (MIQUELETTI, 2007, p. 108). Da mesma forma acreditamos que o discurso dos jornais aqui analisados é elaborado conforme seu impacto sobre a sociedade e, consequentemente, sua potencialidade para aumentar as vendas de seus suportes. Conjugando esses fatos com as perspectivas teóricas da Análise do Discurso e da História, problematizamos os discursos midiáticos, a fim de identificar as representações do indígena sul-mato-grossense presentes nas reportagens sobre a desnutrição indígena nas aldeias de Dourados – MS.

Seguindo a temática da exclusão social, e conjugando-a à análise crítica de discursos, Silva e Abril (2010), em "Miradas cruzadas hacia la pobreza desde uma perspectiva crítica transdiciplinaria", contribuem para este trabalho por abordarem, no artigo citado, "a questão social da pobreza" (SILVA; ABRIL, 2010, p. 67); ressaltamos esse aspecto do trabalho das autoras para justificarmos as áreas mobilizadas nesta

dissertação, em que pesa grande número de fatores sociais para a problematização acerca da representação do indígena na mídia.

A concepção de discurso articulada por Silva e Abril (2010, p. 67) se mostra relevante aos objetivos deste trabalho, quando as autoras afirmam que "Os discursos são ações capazes de representar questões fundamentais para as sociedades"[2]. Inserido no que denominam de "contexto", elas situam as relações entre representações e os "atores" envolvidos nos processos comunicativos, constituindo ambos um contexto de cultura "de onde se cruzam representações e ideologias que expressam projetos de poder"[3] (SILVA; ABRIL, 2010, p.67). Da mesma forma, associamos tal ideia ao foco analítico deste trabalho, considerando que o discurso dos jornais traz em si marcas que levam o leitor a representações de lugares e posições de poder na sociedade.

Além de marcarem lugares de poder, os discursos sobre a pobreza (aqui representados pelos discursos acerca da desnutrição indígena na Reserva de Dourados-MS) frequentemente trazem pistas que direcionam a falhas no sistema social. Explica-se: por meio da problematização de certos discursos – em particular, o midiático -, chega-se à existência de determinados interesses na esfera política e administrativa[4] que agem em detrimento das camadas sociais em favor das quais deveriam trabalhar; a identificação de tais falhas também leva às representações e marcas identitárias dos sujeitos envolvidos em todo esse processo.

A partir das falhas sociais supracitadas, é válido ressaltar que a frequência com que ocorrem nos leva a refletir sobre o caráter permanente das situações de miséria e abandono associadas à pobreza. Dessa forma, concordamos com a afirmativa de Silva e Abril (2010, p. 84) quando afirmam que a pobreza se tornou algo constituinte da natureza, como um vegetal que criou raízes que se tornam cada vez mais profundas à medida em que são alimentadas pela corrupção e pelo descaso – e a limitação que rege a exposição desses casos nas notícias e reportagens oculta as responsabilidades sociais, políticas e históricas envolvidas nas relações entre os índios e a comunidade envolvente.

---

[2] "Los discursos son acciones capaces de representar cuestiones fundamentales para las sociedades". (SILVA; ABRIL, 2010, p. 67).

[3] "Donde se cruzan representaciones e ideologías que expresan proyetos de poder". (SILVA; ABRIL, 2010, p. 67).

[4] Tais como ações que priorizam, em maior parte, a obtenção de votos ou prestígio político, ou que insinuam estatísticas melhores em relação ao trabalho administrativo.

No caso deste trabalho, tais relações são melhor compreendidas à luz de reflexões acerca da trajetória do índio ao decorrer da História do País.

A relação dos veículos midiáticos com a História torna-se estreita sob o viés da Análise do Discurso; a própria disciplina surgiu como um "estilhaçamento" do saber, que, nas ciências humanas, seria resultado do declínio do estruturalismo e da crise da URSS – e também do "desaparecimento", entre as décadas de 1950 a 1980, de figuras como Althusser, Foucault, Pêcheux, Barthes, Lacan– o que, segundo Gregolin (2006, p. 20) resultou em um grande "vazio" teórico.

Dessa perspectiva, é relevante problematizarmos fatos históricos para que se possa ter uma compreensão sobre o que ocorre na atualidade – embora o córpus seja constituído de recortes referentes ao ano de 2005, a situação nas aldeias de Dourados - MS pouco mudou: ainda permanecem as condições de extrema vulnerabilidade das aldeias e o descaso das autoridades que, segundo os próprios índios guarani, são os responsáveis pela "desordem" e só os auxiliam com "migalhas" [5].

A respeito da trajetória do índio guarani - que se funde à de outras etnias indígenas, de forma geral - no decorrer da História do Brasil (discutido com mais detalhes no Capítulo II), sabe-se que sua posição nesse percurso sempre foi a de mero coadjuvante – embora seja, na prática, a origem de grande parte da cultura e miscigenação de etnias do país. Mas, em detrimento destes que são considerados os habitantes originais do país, quem assumiu o papel de protagonistas dessa história foram os europeus (na figura dos portugueses), ao comandarem as atividades primordiais para que se estabelecessem as colônias. Segundo Holanda (1995, p. 31), "A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território [...] é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências" e podemos considerar como "consequências" os processos de aculturação e fácil assimilação desta cultura, em detrimento das que aqui já existiam. Esse processo, por sua vez, é contínuo, e podemos afirmar, pelas palavras de Holanda (1995, p. 31), que "somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra".

Com o estabelecimento de colônias e atividades para os índios, modificou-se também a estrutura das tribos indígenas e sua cultura, seus hábitos, sua língua. Logo foram vistos como uma potencial fonte de trabalho que, pelos moldes da cultura

[5] Conforme relato do jornalista indígena Nilcimar Morales, do jornal AJI – Ação dos Jovens Indígenas de Dourados, exposto em <http://ajindo.blogspot.com/> Acesso em 25 / 05 / 2010.

europeia, teria de seguir um padrão impessoal, que não é característico dos povos indígenas – que, segundo Ramos (1988, p. 23), continuavam como "seres sociais", considerando, mesmo no ambiente de trabalho, fatores como religião e família – diferente do "modo de produção" da sociedade envolvente, onde o trabalhador é "desmembrado" em produtor econômico e alienado de fatores externos à linha de produção. Dessa forma, quando se formaram as primeiras colônias, os índios foram trazidos para perto das comunidades brancas que se formaram (PERRONE-MOISÉS, 1992), e o contato com outras formas de trabalho e cultura, causaram a dissolução de parte de seus antigos costumes e tradições.

Conforme transcorria a História do País, o índio foi aos poucos tendo sua cultura fortemente influenciada pelo branco, e isso fez que ocupasse, na sociedade, um lugar não definido: passou-se a questionar sua "indianidade", a sua legitimidade étnica (GUERRA, 2010, p. 25) – o indígena, por mais que esteja inserido na sociedade branca, ainda é visto com estranheza dentro dela; e, se agir de forma incompatível com os costumes indígenas, é também visto de forma negativa por seus pares na comunidade indígena.

O que ocorreu em Dourados no ano de 2005 reflete de forma significativa o fato de que os indígenas não possuem um lugar definido na sociedade: se antes tinham uma natureza para chamarem de "sua" e que continha tudo o que lhes era necessário, foram confrontados depois com a perspectiva capitalista da sociedade branca, que estipula territórios e maneiras de viver. Tiveram suas terras modificadas pela ação do branco – e aprenderam, assim, a negociar com ele. Essa proximidade colaborou, no entanto, para que posteriormente houvesse conflitos, como "o desconhecimento de suas terras tradicionais, seu agrupamento em terras insuficientes para a sobrevivência material e cultural, e a crua situação de violência" (AYLWIN, 2009, p. 6).

Articulando os fatores históricos citados, torna-se pertinente refletir sobre o conceito de discurso e sua relação com a História. De acordo com a perspectiva foucaultiana, a História determina boa parte das regras de funcionamento do discurso:

> [...] o discurso designa em geral [...] um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, apesar de tudo, a regras de funcionamento comuns, essas regras não são somente linguísticas ou formais, mas reproduzem um certo número de cisões historicamente determinadas (REVEL, 2005, p.37).

Assim, o discurso é algo "normatizado" - embora possa ser proferido de diferentes maneiras e por sujeitos diferentes - de forma a possuir sua própria "ordem" (FOUCAULT, 1996), e a força de sua enunciação depende também do lugar de onde ele é proferido. Nota-se, nos discursos midiáticos, que, na maioria das vezes, o que predomina é o discurso institucional, mas não o do próprio indígena, que está vivenciando a realidade do problema. Se fôssemos analisar esses discursos segundo a perspectiva de Michel Pêcheux, poderíamos dizer que, nesse caso, o sentido das palavras mudaria de acordo com a posição na luta de classes daqueles que a empregam (GREGOLIN, 2006, p. 125).

Articular os conceitos de Pêcheux e Foucault nos leva a refletir sobre as diferenças de perspectivas entre ambos: enquanto o primeiro era ligado ideologicamente à luta de classes, o segundo via o poder como uma forma de organização da sociedade. A respeito da obra de Foucault, Pêcheux questionava a ausência de categorias como a luta de classes e a ideologia, chamando-o de "marxista paralelo" (GREGOLIN, 2006, p. 117-118), enquanto Foucault criticava em Pêcheux a busca da "purificação do socialismo" e, por conseguinte, seu engajamento ideológico (GREGOLIN, 2006, p. 122).

Apesar das diferenças, as obras de ambos os autores se complementam e contribuem para que a Análise do Discurso seja uma disciplina abrangente: a busca da construção da *análise do discurso* por Pêcheux propiciou que se unissem a língua, o sujeito e a História (GREGOLIN, 2006, p. 53), além de oferecer um instrumento de análise crítica da realidade.

Além do viés teórico voltado à Análise do Discurso, a busca de representações dos índios guaranis na mídia impressa envolve também a leitura de autores que abordem a questão da identidade – no caso dos indígenas, percebe-se que, embora tenham sofrido uma considerável mudança identitária decorrente da influência da sociedade branca, sua representação perante essa sociedade ainda é a de "silvícola"[6], o que gera grande parte dos problemas descritos no córpus deste trabalho. Como considerou Bauman (2005, p. 18) "[...] a identidade é um monte de problemas", e esta afirmativa simples se confirma

[6] De acordo com Cegalla (2005, p. 784), "habitante da selva; indígena"; Cf. o "Estatuto do Índio", Art. 3º: "I – Índio ou Silvícola – É todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional".

no fato de que a sociedade branca, embora procure incluir os indígenas em seu sistema, ainda o repele de certa forma. Outro argumento do autor nos faz refletir sobre a condição do índio na atualidade: "[...] quando se está em toda parte, não se está totalmente em lugar nenhum" (BAUMAN, 2005, p. 19) – tendo duas identidades (a de índio e a de branco) o índio guarani é, ao mesmo tempo, excluído pela sociedade branca (que o considera índio) e pelos próprios indígenas (que, vendo-o sair de sua cultura de origem, o consideram como branco).

Ainda na perspectiva identitária, Castells (1999, p. 24) afirma que há três tipos de identidade: a legitimadora, que é perpetrada por instituições dominantes que legitimam e expandem seu poder; a de resistência, mantida pelos "atores sociais" que se encontram em posições consideradas "desfavoráveis" na sociedade; e a de projeto, que se altera conforme uma redefinição da posição social do indivíduo. Pode-se ressaltar que os guaranis adotam uma identidade de resistência: eles se afirmam como legítimos indígenas em seus protestos, utilizando essa identidade como uma resistência à ação das leis do branco, embora constantemente tenham que buscar os benefícios sociais, políticos e legais que essa sociedade traz – e ela é constantemente alterada, de forma que as necessidades e prioridades das pessoas também se alterem – e então "adotam" uma identidade para se adequarem a essa realidade.

Contrapondo-se ao fato de que a identidade dos guaranis de Dourados-MS alterou-se significativamente, a sua representação perante a sociedade ainda permanece a mesma: sua imagem não se desvinculou do "silvícola", adjetivo que acompanha e qualifica o índio juntamente com suas características físicas e traços culturais diferentes do branco. À permanência dessa representação, Bhabha (1998) chama de "fixidez da construção ideológica da alteridade", e seria uma forma de manter determinados estereótipos com o objetivo da manutenção do poder de outras camadas da sociedade (BHABHA, 1998, p. 105); ou seja, sendo classificado como indígena, estaria sujeito às leis propostas pela sociedade branca, assim como, sendo incorporado à sociedade, seria considerado uma mão de obra "barata" – afinal, a cultura do país foi formada por meio de paradoxos que envolviam a subordinação e ao mesmo tempo a incorporação de uma raça ao meio social (SOUZA, 2003, p. 105).

Dentro desse foco de "fixidez" da representação, pode-se destacar a normatização dos discursos; é por meio deles que as representações se mantêm e se

propagam na sociedade. Um dos recursos que mais contribuem para essa "fixação" de representações e discursos normatizados é a mídia que, além de seu longo alcance, ainda possui alto potencial de influência sobre o público. Também possui em sua estrutura a marca ideológica daqueles que a constituem, de forma que constrói efetivamente representações a respeito do que retrata – o que a torna não um meio de comunicação imparcial, mas algo carregado de sentidos e de singularidades.

O alto índice de notícias semelhantes sobre a questão indígena – ou mesmo a repetição de algumas delas – faz que seu discurso normatizado atinja o leitor de tal forma que nele se fixem as representações e ali permaneçam – grande parte do público tende a acreditar totalmente na mídia, sem refletir sobre seu papel de influência na sociedade, sobre suas estratégias políticas e sobre a necessidade que tem de se manter no topo de vendagens do suporte ao qual pertencem – no caso, o jornal.

Sobre o aspecto da influência da mídia, Charaudeau (2009, p. 141) menciona "estratégias de encenação" ao comentar sobre o modo como a mídia escolhe suas pautas: "o acontecimento é selecionado em função de seu potencial de saliência, que reside ora no notável, no inesperado, ora na desordem". A exploração de fatores de notabilidade, do inesperado e da desordem em uma notícia, compõe sua espetacularização, selecionada por critérios de notoriedade, representatividade, expressão e polêmica.

Da leitura das notícias veiculadas, surge o interesse por problematizar o discurso jornalístico – e desvendar por sua análise as representações referentes ao indígena que permeiam tais discursos: seriam eles dependentes? Submissos? Suas tentativas de resistência devem ser vistas como algo legítimo à sua condição e à sua cultura, ou como simples "teimosia" (como insinuam algumas notícias) de alguém que não aceita uma cultura oposta à sua? De que forma a repetição e a permanência desses discursos nas notícias contribuem para a construção de uma determinada imagem do índio? Que "poder" há nessas palavras, que faz que permaneçam como marcas indeléveis na mídia em que circulam e no imaginário dos leitores? A situação contraditória de estar inserido na cultura branca, mas sem fazer parte totalmente dela, hipoteticamente é um fator relevante no que se refere à construção de representações.

Mediante as questões que permeiam o objeto de pesquisa deste trabalho, a análise proposta pauta-se na seleção de enunciados materializados nos jornais citados.

Mais especificamente, o córpus deste estudo é constituído de excertos referentes a 2005, ano em que os problemas que envolviam a comunidade indígena douradense agravavam-se e tornavam-se assuntos frequentes na *agenda-setting* dos jornais.

No que concerne à metodologia de análise, foram selecionados dez excertos de *O Progresso* e nove excertos da *Folha On-line*, nos quais se analisam as diversas vozes que compõem o discurso jornalístico – de populares, de instituições (FUNAI, FUNASA), de políticos e do jornalista – a fim de obter pistas que levem à representação midiática do índio guarani; o que se observa é a preponderância de notícias e vozes que englobam aspectos negativos da comunidade indígena, como abandono, miséria e violência, os quais contribuem tanto para a construção da representação do índio na sociedade quanto para o sucesso da vendagem e acesso a tais informações – isso porque predomina na sociedade o interesse pela veiculação sensacionalista, que envolve extremos de determinados assuntos: ou a população se interessa pela extrema tragédia ou pela extrema comédia; não chamam sua atenção as amenidades.

A análise dos excertos fundamenta-se, em primeiro plano, na identificação das formas de poder que regem o discurso midiático. Para tanto, fundamentamo-nos na obra de Foucault (1990) que, por meio de seu "Método", dissertou sobre o papel do poder na sociedade com base nos discursos sobre o sexo e a sexualidade. No entanto, é conveniente que se aborde aqui o poder relacionado ao presente objeto de estudo, a mídia.

A palavra "poder", segundo o autor, está cercada de significações negativas, que remetem à dominação e subjugação (FOUCAULT, 1990, p. 92). No entanto, o conceito de poder é bem mais abrangente do que se julga: ele opera e organiza em diversos setores da sociedade, e está personificado nos aparelhos do Estado, na formulação das leis e nas hegemonias sociais (FOUCAULT, 1990, p. 93). Personificado em vários lugares, não se pode afirmar que o poder deve, a rigor, estabelecer condições de subserviência, embora por vezes seja essa a representação que é formada a partir de sua existência. Mas, na concepção do autor, o poder não se constitui em uma forma de dominação, mas de organização; está em todo lugar, é permanente e pertencente a todos (FOUCAULT, 1990, p. 93).

Articulando os argumentos de Foucault com o presente estudo, ressaltamos que, embora a imagem propagada pela mídia seja diferente, na Reserva Indígena assolada

pelas mortes de crianças por desnutrição ainda há focos de poder: seja na figura do pai de família que sai para trabalhar, seja na mãe que lidera as tarefas domésticas e da comunidade, ou nos jovens que saem da Reserva para buscar outras formas de trabalho e conhecimentos, o poder manifesta-se na forma de tudo aquilo que é desejado por alguém (FOUCAULT, 1996, p. 10); ele se configura na busca das pessoas por transformações e, por ser instável (1990, p. 93) não se concentra de um modo, ou em um só lugar (1990, p. 99).

Foucault ainda afirma que o poder está instrinsecamente ligado à resistência (1990, p. 95); nesse aspecto, o que é demonstrado pela mídia como uma rebeldia do índio guarani frente à assistência do branco (como das vezes em que recusa tratamento médico), na verdade vem a se ressignificar como uma forma de resistência a um poder que, ao atuar sobre ele, anularia parte de seu poder enquanto componente de sua etnia; a aproximação do médico à criança tira do pai, por exemplo, o poder de zelar e deliberar sobre ela, mesmo que por um curto espaço de tempo. Nesse aspecto, a resistência surge, ela própria, como uma instância de poder, que vem a assegurar o lugar de poder do pai diante do problema de saúde da criança – enquanto o poder do médico estaria no caráter prescritivo, curativo e documental que confere à sua atuação.

O exemplo citado reflete, neste momento, a importância de se considerar as formas de poder presentes no discurso dos jornais na busca por representações do indígena: elas não se localizam somente em camadas restritas da sociedade, mas alcançam os lugares em que há desejos e buscas por transformações, uma vez que, segundo Foucault (1990, p. 94), todo poder é exercitado em favor de uma série de objetivos – que são trazidos à tona na análise deste trabalho por meio da articulação das teorias do discurso.

Como dados constitutivos desta pesquisa, foram selecionados dezenove recortes. Dez excertos foram recortados de sete reportagens do jornal *O Progresso*, veiculado em Dourados – MS, município onde estão localizadas as aldeias nas quais ocorreram os casos de desnutrição: **Fome ainda mata crianças em aldeias,** 21/01/2005; **Funasa diz que 2004 foi um ano "atípico",** 21/01/2005; **Criança pode ter morrido por omissão,** 11/02/2005; **Morre a 6ª criança indígena em Dourados**, 28/02/2005; **Situação de índios desnutridos é grave**, 04/03/2005; **Funasa diz que número de mortos caiu,** 02/05/2005; **Doações estão paradas na sede da Funai**, 05/05/2005. Os nove outros

excertos constitutivos do córpus foram extraídos de sete reportagens de veiculação nacional do jornal *Folha On-line*: **Cresce mortalidade infantil indígena**, 25/01/005; **Índia de 3 anos morre de desnutrição**, 09/02/2005; **Fome mata mais uma criança indígena em MS,** 22/02/2005; **Funasa encontra 467 índios com problemas de nutrição em MS,** 14/03/2005; **Desnutrição já matou 14 crianças indígenas em MS,** 21/03/2005; **Comissão da Câmara deve votar hoje relatório sobre crianças indígenas**, 11/05/2005; **Coordenador da Funasa em MS pede afastamento do cargo**, 09/05/2005.

A problematização desses excertos envolve o percurso histórico da Análise do Discurso, bem como diferentes pontos de vista sobre o discurso em si a partir das obras de Pêcheux (2002) e Foucault (1996) – como uma forma de compreender como se chegou a determinados conceitos dessa disciplina, os quais foram utilizados na análise feita neste trabalho. Estudamos também a história das comunidades indígenas (discutida por CUNHA; GUIDON; PERRONE-MOISÉS, 1992) e dos suportes que veiculam as notícias, uma vez que, para a Análise do Discurso, é necessário que se faça um questionamento da História que se concretiza na problematização de certos discursos cristalizados, analisando-os não como meros veículos de transmissão de informações ou simples atos de fala, mas como algo que evoca uma "relação com a História" – característica que Gregolin (2006, p. 29) considera como uma 'dívida' que os analistas do discurso têm com a ciência da linguagem, pioneiros em "análises sincrônicas" que integram "presente e passado" – itens exteriores à linguagem.

Por "exterior à linguagem", entenda-se um rol de fatores que "pesa" em um discurso a ponto de torná-lo algo repleto de sentidos, que pode ter alterações de acordo com a época, ou por quem seja proferido; assim, o discurso, mais do que uma simples "manifestação concreta da língua" (CEGALLA, 2005, p. 314), é "aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar" (FOUCAULT, 1996, p. 10), algo sobre o qual não se tem "o direito de dizer tudo", e que não deve ser dito de qualquer maneira e em qualquer circunstância (FOUCAULT,1996, p. 9); e, apoiado no que Foucault (1996, p. 17) denominou de "suporte institucional", o discurso ganha valores de verdade – e consequentemente acaba por exercer seu poder mediante essa suposta verdade que traz em si.

Também no que concerne à análise, as reflexões de Authier-Revuz (1990) sobre o conceito de "heterogeneidade mostrada", - que, segundo a autora, é uma forma de inscrever "o outro na sequência do discurso" (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 25) – são relevantes. Grande parte das representações que circulam e são propagadas pela mídia se devem a múltiplos discursos (político, religioso, jornalístico, médico) que ali estão inseridos e que, certamente, trazem efeitos de verdade proporcionados muitas vezes pela sua força como parte de uma instituição.

Ancorando-se, portanto, nas obras de teóricos como Pêcheux (1997; 2002), Foucault (1990; 1996), Authier-Revuz (1990) e em estudiosos de cultura e identidade – sendo os principais Bhabha (1998) e Bauman (1998; 2005) –, desestabilizamos os discursos midiáticos sobre o índio guarani mediante o estudo de sua atuação na História, de forma que possa haver compreensão sobre seu papel na sociedade atual – e consequentemente, sobre a sua representação no imaginário popular. Para tal análise, entendemos que a materialidade do discurso diz respeito

> [...] (a)o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 321)

Dessa forma, além de perscrutar caminhos que envolvem questões históricas e culturais, a análise de discursos realizada neste trabalho mostra também a seleção de vocábulos e de determinadas expressões e construções sintáticas dentro dos excertos a serem analisados, posto que a materialidade discursiva de tais enunciados constitui-se em relevante "pista" que levará ao objetivo proposto.

Tal busca resultou neste trabalho, que se encontra organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo, em que se constitui a fundamentação teórica que norteia a análise, discute-se a questão do discurso como algo diretamente relacionado à História e à sociedade, a própria História e fatores culturais que contribuem de maneira decisiva para a construção de representações por meio do discurso – além de obras relacionadas à mídia e sua importância ao trabalho proposto. No capítulo II, considera-se o indígena sob a perspectiva histórica e sobre sua participação na História do País – bem como se

estabelece a relação desta com a situação em que viviam no ano de 2005, em meio às mortes por desnutrição e ao descaso de autoridades. O capítulo III traz a análise de excertos dos jornais *O Progresso* e *Folha On-line*, conforme o enfoque da Análise do Discurso de linha francesa. Nos discursos são identificadas as regularidades que os caracterizam como propagadores de representações perante o público leitor. E a última parte – as considerações finais – traz os resultados provenientes da pesquisa, e uma breve discussão sobre essas problematizações.

Além do objetivo central de identificar representações dos indígenas "construídas" nos discursos dos jornais em análise, também se pretende que este trabalho contribua para que novas pesquisas sejam realizadas nesse campo, focalizando o choque cultural de uma inclusão supostamente benemerente do índio na sociedade – a qual frequentemente cai na "armadilha paternalista da vitimização" (GUERRA, 2010, p. 86) ao instituir programas sociais de inclusão, supondo sua incapacidade –, mas que o expõe às representações que distorcem sua imagem. Assim, a propalada inclusão o tornaria não um igual entre seus pares na sociedade, mas um estranho sempre visto de forma equivocada e ultrapassada, baseada em representações construídas por discursos diversos. Passemos, então, a estudar as teorias discursivas e culturais que sustentam nossas reflexões sobre as representações e imagem do povo indígena em pauta.

CAPÍTULO I: CONSTRUINDO A BASE TEÓRICA

Para se empreender a problematização a respeito da representação do índio guarani na mídia, é necessário que se tenha, inicialmente, suporte teórico acerca do discurso. Sendo este controlado, selecionado, organizado e redistribuído de forma não aleatória (FOUCAULT, 1996, p. 9), não se deve considerar que seja proferido da forma "despretensiosa" como por vezes aparenta ser; na perspectiva foucaultiana, o discurso obedece a "regras de funcionamento" que "reproduzem cisões historicamente determinadas" (REVEL, 2005, p. 37) – ou seja, suas regularidades obedecem a critérios históricos que lhes atribuem seus diversos sentidos.

A estreita relação entre discurso e História conduz esta pesquisa para um outro caminho que se mostra relevante no que se refere à representação dos guaranis na mídia: a participação do índio na História do Brasil envolve o choque entre a sua cultura e a cultura do branco, com consequente impacto desta sobre a outra. Importante ressaltar que esse predomínio da cultura branca (justificado na atualidade pela necessidade de adequação a um mundo globalizado) pode ser identificado logo na História do "descobrimento", pois o que prevalece até hoje é a "História canônica" do Brasil (CUNHA, 1992, p. 9), que exclui até mesmo a possibilidade de estudos sobre a história do território brasileiro no período anterior à chegada dos portugueses. Segundo Guidon (1992, p. 37), é impossível descrever com precisão como foi a pré-história brasileira – isso porque a maioria dos relatos baseia-se na experiência de amadores e colecionadores que passaram pelo território brasileiro.

A consciência a respeito dessa condição de "coadjuvante" do índio na História do País leva a algumas considerações sobre o modo como a mídia o representa: pode-se dizer que existem semelhanças entre a relação índio e colonizador da época do descobrimento com a relação índio e branco na atualidade[7]. O que a mídia

[7] Segundo Pérrone-Moisés (1992, p. 118), a proximidade dos índios com os colonos era uma forma de garantir sua proteção e seu bem-estar, além de garantir-lhes que seriam "senhores de suas aldeias" (e conseguiam, com esta forma de persuasão, obter seus mais diversos serviços) – uma relação muito próxima à atual, na qual predomina uma política assistencialista e paliativa que envolve distribuição de cestas básicas e programas de inclusão. Nas palavras do jornalista indígena Nilcimar Morales, do jornal AJI – Ação dos Jovens Indígenas de Dourados, disponível em <http://ajindo.blogspot.com/>, a interferência do branco causa "desordem" e o seu auxílio são "migalhas". Acesso em 25 / 05 / 2010.

frequentemente mostra são os aspectos polêmicos dessa relação, o que, aliás, lhe é característico: para a mídia, não interessam as amenidades, conforme atesta Charaudeau (2009, p. 141). Assim, o que cativa a atenção do leitor que irá "consumir" as notícias são as ocorrências que expressam o aspecto conflituoso da relação entre o índio e o branco na sociedade.

Neste trabalho, procura-se utilizar diversas categorias linguísticas no processo de análise da materialidade linguística dos discursos. Entre as categorias abordadas, está a referenciação, na perspectiva de Cardoso (2003), Silva (2007), Apothéloz; Chanet (2003) e Adam (2008), a qual se torna relevante no processo de análise por relacionar as palavras e as coisas, sendo responsável por uma "produção de verdades" por parte de cada sujeito, já que cada um possui seu próprio referente sobre determinados elementos. (CARDOSO, 2003, p. 8).

A análise linguística está ainda baseada em conceitos de autores como Neves (2000), Fiorin (1996) e Perini (2010), que tratam do aspecto estrutural da língua na análise de tempos e modos verbais e outros aspectos morfossintáticos relevantes à atribuição de sentido ao discurso; Amora (2003) e Cegalla (2005) contribuem na busca por definição de vocábulos que necessitem de uma descrição mais detalhada no decorrer do foco analítico.

Sobre o "outro" que frequentemente é inscrito na sequência discursiva, Authier-Revuz (1990) conceitua as heterogeneidades enunciativas, mostrando de que forma se inscrevem as diferentes vozes dentro de um discurso – fator relevante a ser considerado nesta pesquisa, uma vez que o discurso jornalístico carrega em si diversas vozes, provenientes das mais variadas formações discursivas.

Ancorando-se nesses princípios fundamentais, apresentamos a seguir algumas especificidades de cada um desses princípios e sua importância para esta pesquisa.

1.1 Teorias do discurso: contribuições

Antes de se fazer qualquer consideração a respeito da relação entre o objetivo deste estudo com as teorias do discurso, é válido fazermos um breve percurso histórico

sobre a Análise do Discurso (doravante, AD), seus principais teóricos e seus conceitos. Tal percurso apresenta a disciplina como um campo de estudo que relaciona fatores sócio-históricos a fatores linguísticos, trazendo uma melhor compreensão para o foco analítico deste trabalho.

A AD surgiu no final dos anos 60, e sua elaboração foi influenciada por fatores sócio-históricos. Anteriormente a esse período, na década de 1950, as ciências humanas (em especial a Linguística) estavam sob a influência do estruturalismo, e o mundo vivenciava a expansão do capitalismo; tal condição foi determinante para que houvesse grande desigualdade social. Estava, então, lançada a condição para que acontecessem reviravoltas na sociedade e nas ciências humanas: as minorias (compostas pelo operariado) passaram a se movimentar em busca de soluções para sua condição de explorados pelo sistema capitalista; surge grande interesse pela obra de Karl Marx e por sua doutrina.

A partir da doutrina marxista, o capitalismo passou a ser visto de forma negativa; a miséria que reinava então era um fator determinante para que ideias socialistas predominassem; quebraram-se, também, conceitos que até então não eram questionados. No estruturalismo, houve uma releitura da obra de Ferdinand de Saussure[8]: Claude Lévi-Strauss associou-a aos estudos antropológicos, de forma que se aproximasse mais de aspectos culturais e simbólicos (GREGOLIN, 2006, p. 20). Até a elaboração da AD, a abordagem saussuriana era puramente estrutural, descritiva, sistemática e dissociada da História.

No final da década de 1960 – momento de associação do linguístico com fatores externos à língua –, surge o termo "análise do discurso", em um artigo de mesmo nome escrito pelo linguista americano Zellig Harris, mas foi em Michel Pêcheux que se consolidou como disciplina. O autor considerava que se deveria colocar o discurso como objeto de análise, enquanto este fosse posto em funcionamento por um sujeito ideologicamente constituído. Tal pensamento era demonstrado pelo autor na relação entre diferentes classes, para as quais os sujeitos eram conduzidos pelo que convenientemente se denominava "livre vontade". Assim, o discurso seria analisado mediante o confronto de diferentes classes (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 165-166).

[8] Linguista genebrino, responsável pelo "gesto fundador" do estruturalismo, a partir da publicação de "Curso de Linguística Geral", em 1916 (GREGOLIN, 2006, p. 20).

Ligado ao marxismo, Pêcheux não dissociava sua análise discursiva de elementos sociais e políticos: sua análise era movida pelo "motor da luta de classes" (GREGOLIN, 2006, p. 133), e considerava a sociedade dividida em duas classes, a burguesia e o proletariado, com predomínio de uma sobre a outra.

A AD proposta por Pêcheux contemplava três aspectos: materialismo histórico, linguística e teoria do discurso, "atravessadas e articuladas" pela teoria da subjetividade, de natureza psicanalítica (GREGOLIN, 2006, p. 163-164). A associação de História, linguística e sujeito denominou-se "Tríplice Aliança" (GREGOLIN, 2006, p. 53), que constitui uma relevante base teórica por articular no viés discursivo cisões históricas, materialidade linguística e sujeito.

Na mesma corrente que se relacionava com uma tríplice aliança – mas com pontos de vista diferentes – estava o filósofo Michel Foucault. Com Pêcheux, estabeleceu uma relação de oposição e ao mesmo tempo de complementação: enquanto o primeiro se relacionava de forma mais evidente com a Linguística, Foucault preocupou-se com uma "arqueologia do saber", quando buscava na História a compreensão para as transformações dos saberes, e com uma "genealogia" que determinava a "construção histórica das subjetividades" (GREGOLIN, 2006, p. 54).

Ao contrário de Pêcheux, Foucault não era "engajado" na luta de classes; não era seu interesse libertar o indivíduo de seus opressores, mas "libertá-lo das representações criadas pelo poder globalizador" (GREGOLIN, 2006, p. 137-138). Não pensava o mundo em uma relação entre dominador e dominado, mas considerava relações de dominação mesmo entre aqueles considerados inferiores, e não lhe interessava atacar instituições ou grupos predominantes, mas analisar as técnicas de poder que se constituíam na vida cotidiana (GREGOLIN, 2006, p. 137). Partindo desse princípio, adotamos uma perspectiva foucaultiana para a análise empreendida neste trabalho: devemos considerar que os guaranis, no caso das notícias analisadas, não são estigmatizados por uma condição de inferioridade na sociedade, mas sim pelas formas de representação que circulam e que expressam tal condição. Buscamos, assim, por meio do discurso midiático e da aplicação de tais teorias, identificar essas formas de representação e suas relações de poder.

1.2 Discurso e poder: conceitos

Em um primeiro momento, é pertinente que se discuta neste item o conceito de discurso sob a perspectiva de Michel Pêcheux, pois trata-se de um estudioso importante por seu papel na fundação da AD. Apoiado no que denominou de tripla *entente*, por reunir teorias relacionadas a Saussure (Linguística), Marx (Marxismo) e Freud (Psicanálise), o autor recusou as concepções tradicionais de linguagem e a conceituou como algo atuante na sociedade (GUERRA, 2008, p. 46), em que estão implicados fatores como relações de poder e processos identitários.

Em seus estudos sobre o discurso, Pêcheux dividiu a AD em três épocas. A primeira iniciou-se com o livro *Analyse Automatique du Discours*, em 1969, em que, na concepção do objeto "discurso", estão concatenados os estudos de Saussure, Marx e Freud (GREGOLIN, 2006, p. 61). Baseado nas teses "althusserianas" sobre aparelhos ideológicos e assujeitamento, Pêcheux via um sujeito atravessado pela ideologia e pelo inconsciente e que não era fonte nem origem de seu dizer, pois apenas reproduzia o que já havia sido dito.

A segunda época constituiu-se sobre o "movimento em direção à heterogeneidade, ao Outro, à problematização metodológica" (GREGOLIN, 2006, p. 62). Essa época de movimento em direção ao Outro estipulou a existência de dois "esquecimentos": O "Esquecimento nº1" é "constitutivo da subjetividade da língua", e pode ser definido como "o processo pelo qual uma sequência discursiva concreta é produzida, ou reconhecida como fazendo sentido para um sujeito" – o sujeito fonte do dizer e unívoco (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 168-169); por outro lado, há um "espaço vazio" onde se localiza tudo o que poderia ter sido dito, mas não foi dito. Este seria ocultado em razão da crença de que todos compartilham e conhecem o que foi dito, e dessa forma este é dito parcialmente – e justamente essa ocultação pode ser denominada como "Esquecimento nº2" (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 176). Esses esquecimentos diferem um do outro também porque o Esquecimento n°1 é "inacessível ao sujeito", enquanto o Esquecimento nº2 pode ser adentrado conscientemente pelo sujeito (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 177), o que significa que, enquanto enuncia, tem

consciência de que tal discurso é proferido na certeza de um retorno do mesmo sobre si, uma "antecipação de seu efeito".

Na terceira época, Pêcheux afasta-se de posições dogmáticas relacionadas ao Partido Comunista e aproxima-se das teses foucaultianas, criticando "a política e as posições derivadas da luta na teoria" e abrindo "várias problemáticas sobre o discurso, a interpretação, a estrutura e o acontecimento" (GREGOLIN, 2006, p. 64). Porém, o distanciamento de Pêcheux das posições dogmáticas do Partido Comunista não anulou a importância para a AD de alguns conceitos elaborados a partir de sua associação às lutas de classes. Uma das concepções pecheutianas que permanecem atuantes na AD é a de formação ideológica (FI).

Por FI, entendemos como algo que possui um caráter localizado, "regional", e que abriga em seu âmago posições que dizem respeito às classes: o que Pêcheux denominou de "objetos ideológicos" são "sempre fornecidos ao mesmo tempo em que a maneira de se servir deles" (PÊCHEUX, 2007, p. 146), o que significa que um determinado discurso não poderia ser proferido de forma abstrata e depois vinculado a uma dada ideologia: quando pertence a uma ideologia, o discurso é sempre constituído por ela; o seu teor sempre dependerá da FI de quem o profere. Aplicando tal conceito ao presente trabalho, afirmamos que o índio guarani, por exemplo, sempre terá em seu discurso o teor daquilo em que acredita; carrega em seu discurso marcas que o vinculam à classe, à etnia a qual pertence – assim como a mídia também não está isenta de carregar marcas ideológicas, mesmo se proclamando como imparcial.

Advindo do conceito de formação ideológica, está o conceito de formação discursiva (FD). Segundo Pêcheux (2007, p. 160), formação discursiva[9] é "aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina pelo estado da luta de classes, determina o que pode e o que deve ser dito". Estendendo o exemplo aplicado ao conceito de FI, afirmamos que um líder indígena, sendo membro constituinte de uma dada classe e etnia, não fala como um outro líder qualquer, mas sim de acordo com a FD adequada à sua FI, baseada em princípios de sua comunidade.

[9] Definição de Orlandi (2007, p. 20) para formações discursivas: para a autora, são "as diferentes formulações de enunciados que se reúnem em pontos do dizer, em regiões historicamente determinadas de relações de força e de sentidos".

A partir das concepções pecheutianas de FI e FD, levantamos a hipótese de que a disparidade entre as respectivas formações ideológica e discursiva de índios e brancos são a raiz da maioria dos conflitos apresentados na análise de dados deste trabalho: por mais que haja similaridade entre algumas posições hierárquicas de brancos e índios na sociedade (por exemplo, líderes de comunidades, ou mesmo parlamentares), esses nunca pensarão de forma similar, e nunca defenderão as mesmas ideias, pois seus discursos são regulados pelas respectivas determinações sobre o que deve ou não deve ser dito de acordo com sua FI. Neste momento, é válido citarmos o procedimento de interdição mencionado por Foucault (1996, p. 9), em que "qualquer um [...] não pode falar de qualquer coisa" – certos discursos, que são proferidos por um determinado indivíduo, não podem ser repetidos por outros sob qualquer outra circunstância.

Conceituando nosso objeto de análise na perspectiva foucaultiana, "o discurso designa em geral [...] um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, apesar de tudo, a regras de funcionamento" (REVEL, 2005, p. 37). Por regras de funcionamento, podemos entender que o discurso é "policiado" por procedimentos de exclusão e interdição (FOUCAULT, 1996, p. 9) – sendo este último, segundo o autor, o mais "familiar". Por meio dele, sabemos que não se deve falar sobre qualquer assunto em qualquer circunstância – e que determinados temas são permitidos a uns indivíduos e a outros, não. A partir desse conceito, entendemos que o discurso é algo mais do que "uma unidade linguística constituída de uma sucessão de frases" ou "uma inclusão de um texto em seu contexto" (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 168-169); ele vai além do sistema limitado idealizado pelos estruturalistas, que não teorizavam as articulações entre o discurso, o sujeito e a História (GREGOLIN, 2006).

Considerando o conceito de discurso e enfatizando sua condição de algo estabilizado de acordo com regras de funcionamento, pode-se então relacioná-lo às problematizações feitas neste trabalho; é relevante que se considerem os discursos cristalizados[10] nos enunciados a serem analisados.

[10] De acordo com Charaudeau; Maingueneau (2004, p. 144), o termo "cristalização" designa a "integração de uma expressão livre do discurso no sistema da língua". Nas condições aqui expressas, podem-se considerar como cristalizados os discursos que se integram à língua de forma permanente e abrangente, porém sem fundamentos ou explicações científicas.

Relacionando poder e discurso, é válido recorrer mais uma vez a Foucault e lembrar que o discurso é considerado "o poder do qual nos queremos apoderar" (FOUCAULT, 1996, p. 10). Mas o discurso obtém poder à medida que encerra certo valor de verdade – e isso, diretamente, depende de onde e por quem tenha sido proferido: essa "vontade de verdade" que cerca todo discurso apoia-se sempre "sobre um suporte institucional" (FOUCAULT, 1996, p. 17), sendo enfatizada por práticas que estão em nosso cotidiano.

Ainda segundo Foucault (1996), essa vontade de verdade exerce forte influência sobre outros discursos; podemos considerar que, no caso do discurso midiático, seu poder de influência reside no fato de que sua "vontade de verdade" atua sobre o imaginário do público, fazendo que este atribua valores de verdade aos efeitos de sentidos presentes na notícia – efeitos proporcionados, em grande parte, pela ação de aspectos históricos e culturais que atuam no imaginário popular, e que são discutidos no próximo item.

1.3 Análise do discurso: relação entre cultura e História

A questão da análise das notícias sobre a comunidade indígena implica também retroceder à história do próprio índio no decorrer dos séculos, de modo que se possa acompanhar sua trajetória na história e no imaginário da sociedade. Para se efetivar esse recorte histórico – onipresente e de total importância em toda análise discursiva que se faça –, recorre-se a autores como Holanda (1995) e Melatti (2007), que tratam, respectivamente, da cultura do Brasil colonial e do índio na sua condição de ser humano. Melatti (2007, p. 1), por meio de uma visão antropológica, destaca que "o índio é assunto sempre presente em nossas revistas e jornais. Muito se fala dele, mas de modo geral os brasileiros pouco sabem a respeito daqueles que continuam a viver segundo as tradições dos primitivos habitantes de nosso país". Ciente da imagem do índio como mero personagem de aulas de História e Geografia, o autor coloca sua obra em função da "correção" dessa imagem estereotipada do indígena, propondo uma abordagem humanista e despida de preconceitos.

Sobre a condição do índio na sociedade, Holanda (1995) menciona a história do Brasil, discutindo sobre a dominação portuguesa e sobre as consequências que esta teve para com os habitantes que aqui já estavam, e que sofreram a exploração ilimitada dos "descobridores". Sobre os colonizadores, o autor afirma que seu ideal era "colher o fruto sem plantar a árvore", e que "esse tipo humano ignora as fronteiras. No mundo tudo se apresenta a ele em generosa amplitude e, onde quer que se erija um obstáculo a seus propósitos ambiciosos, sabe transformar esse obstáculo em trampolim" (HOLANDA, 1995, p. 44), processo que inclui a condição de escravidão do índio no período de colonização.

A respeito desse processo de escravização do índio no período colonial, é válido ressaltar que ocorria sem o emprego de violência; o que se denominou como "descimentos"[11] era liderado por missionários, que se encarregavam de garantir aos indígenas (liderados) que tal procedimento fosse essencial para a subsistência da tribo. Na verdade, tratava-se de uma estratégia que visava somente à garantia de proteção contra invasões de tribos inimigas à comunidade de colonos, e também uma forma de obter mão de obra sem custos – ou seja, os índios eram explorados, mas tudo era feito de forma que não mostrassem resistência (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 118). Esse cuidado em empreender os "descimentos" sem a possibilidade de resistência por parte dos índios provocava eventuais focos de conflito com outros grupos indígenas; a defesa contra esses "índios inimigos" era feita pelos índios que passaram a viver nas cercanias das moradias dos brancos (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 118).

A convivência do índio com o branco gerou uma grande mudança de paradigmas dentro da comunidade indígena: sua cultura praticamente se desfez em favor das mudanças impostas pela presença dos europeus. O índio absorveu grande parte da cultura das sociedades envolventes: foi catequizado pela sua religião, transformou seus bens naturais em moedas de troca (em permutas que envolviam necessidades que antes não existiam), deixando que suas atividades e suas escolhas fossem governadas por outros; em suma, permitiu que a cultura branca se apoderasse, nessa ordem, de seu "governo espiritual" e de seu "governo temporal" (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 119).

Analisando a condição dos índios guarani da perspectiva dos Estudos Culturais, pode-se dizer que o lugar ocupado por eles na sociedade é marcado por sua condição de

[11] Termo que designa a "transferência" de índios de suas aldeias para a proximidade das colônias. (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 118).

subalternidade. Uma das características marcantes dessa condição retratada na mídia é a falta de "voz": muitas vezes quem fala por eles são as autoridades, ou mesmo o próprio jornalista, que sobrepõem seus argumentos aos do índio. Os indígenas guarani seriam, nesse caso, seres "balbuciantes", cuja voz não se ouve ou não se distingue das outras; seriam o eterno "Outro". Nas palavras de Achugar (2006), essa falta de distinção entre um e outro remete aos discursos racistas (ACHUGAR, 2006, p. 13): embora tenham-se passado mais de 500 anos da "descoberta" do Brasil, ainda persiste a ideia do índio como um selvagem, a despeito da insistência em integrá-lo à sociedade branca.

Ao mesmo tempo em que há uma suposta inclusão, há um distanciamento do índio guarani, submetido às regras da sociedade branca, uma vez que situar e filiar o Outro são maneiras de "estabelecer o posicionamento de quem fala, possibilita projetar ou inventar memórias, possibilita construir passados ou inventar histórias" (ACHUGAR, 2006, p. 32). Dessa forma, enquanto há uma manobra política de integrar o índio à sociedade, há também um distanciamento da sociedade em relação a ele, mediante sua representação como selvagem que se formou ao longo da História.

A opção pela análise de notícias de jornais deve-se justamente aos fatores que determinam a subalternidade do índio na sociedade: o indígena é constantemente retratado pela imprensa em condições de miséria, violência, abandono, o que resulta na interferência do Estado em sua comunidade; e isso reforça a sua condição de subalterno. Verifica-se, nas notícias em questão, um discurso político, no qual a condição do índio é preterida pelas ações institucionais que procuram demonstrar seu serviço perante a mídia, ao invés de priorizarem um atendimento mais profícuo à comunidade indígena.

A expressão "subalterno" , citada de forma constante neste trabalho, começou a ser utilizada na década de 1970, na Índia, quando se fazia referência aos colonizados do subcontinente sul-asiático (BEVERLEY, 2004). A partir disso, iniciou-se uma espécie de organização de estudos sobre o tema, composto por estudiosos sobre John Beverley, Robert Carr, Jose Rabasa, Ileana Rodriguez e Javier Sanjinez; tal formação era similar ao coletivo acadêmico do grupo sul-asiático, composto por Ranajit Guha, Gayatry Spivak e Dipesh Chakrabarty.

Beverley afirma que a afinidade com o grupo sul-asiático foi o resultado de seu surgimento a partir de uma "crise da esquerda", que se havia disseminado na academia e nos estudos sul-asiáticos. Para o grupo de Beverley, o principal impedimento para a

participação ativa das classes subalternas nos processos políticos e de constituição do poder acadêmico têm sido as tradicionais configurações da democracia e do Estado-Nação. Não deixa de ter razão, no que diz respeito à questão do indígena: a democracia foi configurada de acordo com as leis e princípios da sociedade branca e de acordo com a cultura, os valores e as necessidades desta; com isso, o indígena fica excluído desse sistema democrático, em que até mesmo seus interesses precisam da interferência do branco para serem levados a termo.

No seio da sociedade e sob a égide do capitalismo, embora haja tentativas de inclusão do índio, sua voz ainda é considerada apenas um "balbucio", que só é ouvido quando conveniente às outras classes. O termo, empregado por Achugar (2006) para denominar a voz do subalterno, não é constituído somente pela voz deste (representado aqui pelo índio guarani): diz respeito também às teorias que tratam dessa subalternidade e que dificilmente são tratadas com a devida atenção. Por isso, Achugar (2006, p. 30) disserta também sobre o "balbucio teórico", ao afirmar que todo aquele que não faz parte do "testamento" de indivíduos e situações que sejam convenientes àqueles que são considerados "superiores" simplesmente não é levado em consideração. Para os ouvidos dos "superiores", será apenas um balbucio incoerente, ao qual cabe apenas a inconsistência teórica. Dessa forma, o estudo da subalternidade (no caso, dentro de um discurso teórico latino-americano) não seria reconhecido como "estruturado" por aqueles que se imaginam em um grau mais "elevado" teórica e culturalmente.

Quanto à condição do próprio índio como subalterno, apesar da globalização em vigência, ainda é considerado pelo viés de uma visão europeia de "habitante original", que viria a caracterizar-se mais tarde como "mesclado" ou "transculturado" – mas nunca seria classificado como completamente "civilizado" (ACHUGAR, 2006, p. 30).

A subalternidade de uma etnia ou classe social é resultado, muitas vezes, da alteração de sua identidade, resultante do processo de globalização. No caso dos povos indígenas, sua identidade original foi afetada por tal processo, ao qual teve que se adaptar – uma vez que tudo aquilo que o cerca, desde os fatores que alteraram o seu local de origem até os seus meios de subsistência, está relacionado de alguma forma ao mundo globalizado.

Nesse caso, é impossível dissociar a globalização da perda da identidade e da cultura dos povos indígenas, pois atualmente a globalização contribui para a

subsistência das aldeias e está presente nos meios de comunicação, na assistência médica, na educação e no fator político (administrativo) da comunidade indígena. A globalização só permite adaptar-se a ela.

Canclini (2003, p. 24) não considera que, atualmente, seja relevante tentar optar por defender a identidade ou globalizar-se – a globalização está em todo lugar. Estreitamente ligada à questão da subalternidade e representação do indígena está a identidade. O indivíduo tende a adaptar a sua identidade de acordo com o que lhe é conveniente, e o que se nota na comunidade indígena, de uma forma geral, é que procura adaptar-se às novas condições impostas pela sociedade branca.

Ao dissertar sobre a identidade, Castells (1999) inicia o capítulo "Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede", de seu livro *O poder da identidade*, com um trecho do poema "Conto imperial de mil palavras", de Hong Xiuquan, que criou na China um reino comunal baseado em uma suposta revelação da Bíblia. Em um período de 19 anos, o fundamentalismo cristão de Hong abalou a China e o mundo, pois de certa forma interferiam no controle do Império do Meio por estrangeiros. Essa propagação extremista do cristianismo foi, segundo o autor, uma tentativa de criar um paraíso terrestre que visasse à felicidade eterna do povo chinês, até serem levados à presença de Deus – e o que fosse de encontro a esta ideia era considerado como demoníaco. Porém, o que ocorreu mesmo foi o perecimento do reino Taiping, ocasionando a morte de 20 milhões de chineses. Até aí, a ideia extremista de Hong já havia feito que o país enfrentasse inúmeros tipos de crise; entre eles, a crise de identidade.

O autor usa essa parte da história da China como prólogo a suas considerações acerca da construção da identidade. Ao abordar o processo identitário, Castells (1999) menciona os atores sociais, considerando a volatilidade das identidades (Bauman chamaria de "identidade líquida", pois muda constantemente de acordo com a condição e a situação de cada indivíduo). Castells (1999, p. 22) considera que a identidade seja um processo que se baseia em uma determinada característica cultural do indivíduo ou mesmo em várias características que se inter-relacionam. As constantes oscilações a que um indivíduo pode submeter a sua identidade pode torná-la uma fonte de "tensão e contradição", tanto para si mesmo quanto para sua própria representação perante a

sociedade – representação esta denominada por Castells (1999, p. 22) como o "papel" que o indivíduo representa na sociedade em que atua.

No caso dos indígenas, a representação que obtêm diante da sociedade é uma pista da tensão ocasionada pela sua identidade: por terem uma cultura totalmente diferente da cultura do branco, a sua identidade é constituída por traços dessa cultura. Embora faça parte da cultura do índio, por exemplo, fazer seus trabalhos "sem pressa, sem pressão, entrecortado de períodos de repouso solitário ou interação informal com outros" (RAMOS, 1988, p. 27) isso vem representar, aos olhos da sociedade envolvente, a sua imagem de "acomodados".

Existe uma "tensão" entre a identidade que o indivíduo assume e seu papel na sociedade, pois nem sempre uma está relacionada à outra; enquanto a identidade está centrada no significado, os papéis estão relacionados à função que o indivíduo exerce na sociedade. A identidade está ligada à significação do ator social por si mesmo, e os papéis são definidos por instituições e organizações da própria sociedade – e só vão interferir no comportamento das pessoas mediante acordo entre o indivíduo e a organização –, o que nos faz pensar nas "técnicas de si" abordadas por Foucault: o sujeito governa-se e sacrifica-se mediante uma força maior (GREGOLIN, 2007, p. 48-49), ou seja, adapta-se de acordo com uma força organizacional ou institucional.

A "metade" do índio considerada "branca" é uma identidade que foi dilapidada, forjada, construída. Segundo Castells (1999, p. 23), "do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída", e tal construção vale-se de fatores históricos, geográficos, biológicos e afins, baseando-se também em memórias coletivas e fantasias pessoais (como os pais que constroem uma identidade em seus filhos de acordo com o que lhes é conveniente). Embora haja esse processo de construção, há a possibilidade de ele ser reorganizado em seu significado concomitantemente a tendências sociais e projetos culturais, ou seja, embora uma identidade possa ser contínua e mantida, é possível que seu conteúdo simbólico sofra alterações.

A "produção" de uma identidade sempre será marcada pelas relações de poder, e Castells (1999) propõe, nesse viés, três tipos de identidade: a legitimadora, por meio da qual as instituições dominantes legitimam e expandem seu poder; a de resistência, mantida por atores que se encontram em posições desfavoráveis na sociedade; e a de projeto, quando o indivíduo redefine sua posição social construindo uma nova

identidade. Obviamente, há a probabilidade de um tipo de identidade transformar-se em outro.

O que se percebe é que, para cada tipo de identidade, há um benefício diferente para a pessoa que a incorpora, e cada processo de construção leva a um resultado distinto na constituição da identidade (CASTELLS, 1999, p. 24). Uma identidade legitimadora dá origem a uma sociedade civil na qual os sujeitos atuam obedecendo a critérios institucionais e organizacionais, enquanto uma identidade de resistência leva à formação de comunidades (CASTELLS, 1999, p. 25). Pode-se fazer, por meio desse argumento, uma reflexão acerca da relação entre índio e branco: na sociedade "civilizada", predomina a identidade legitimadora, que procura legitimar seu poder exercendo-o sobre as camadas sociais consideradas por eles como inferiores; tal poder é institucional e prevalece mediante o exercício da lei, da ordem e do poder.

Assim, quanto ao índio guarani, pode-se dizer que configura uma identidade de resistência, pois, para ir de encontro às formas de poder opressoras, vale-se da organização em comunidades, de modo que haja uma resistência coletiva. Muitas vezes, essa resistência do indivíduo – geralmente caracterizada na forma "física", como invasões e confrontos – é, no entanto, anulada pela força legítima da sociedade branca, baseada em leis que a apoiam (é válido mencionar como exemplo o Estatuto do Índio, elaborado pelo branco, de acordo com as suas leis, e, portanto, passível de beneficiá-lo e favorecê-lo).

Aplicando-se ainda os conceitos de identidade de Castells (1999), pode-se considerar também que o índio adota uma identidade de projeto, uma vez que abriu mão de grande parte de seus atributos culturais para adequar-se à realidade da sociedade envolvente – e essa mudança ocorre devido à opressão de sua identidade original por esta nova realidade. A coexistência de formas diversas de identidade gera o surgimento de uma sociedade em rede.

Castells (1999, p. 27) considera que as constantes mudanças no processo identitário induzem a novas formas de transformação social – observe-se a própria situação dos povos indígenas na atualidade, que, de "silvícolas e independentes", passaram a urbanos e submetidos às formas de poder da sociedade branca. As sociedades civis tendem, no entanto, segundo o autor, a encolher-se e a ser desarticuladas, pois não há uma plena associação entre a "lógica da criação de poder" e

a “lógica de representação em sociedade e culturas específicas”, de modo que a busca por significados “ocorre no âmbito da reconstrução de identidades defensivas em torno de princípios comunais” (CASTELLS, 1999, p. 27).

Ainda segundo Castells (1999, p. 28), “na sociedade em rede, a identidade de projeto [...] origina-se da resistência comunal”; ou seja, a resistência a uma forma de identidade legitimadora, por exemplo, desenvolve-se sempre mediante a formação de comunidades que reagem a essa forma de opressão, caracterizando a formação de uma identidade de resistência que, anulada pelas formas da lei, procuraria adequar-se à nova realidade que lhe é imposta; este aspecto “líquido” da identidade – por se adaptar à realidade do indivíduo – é abordado por Zygmunt Bauman, ao discutir sobre o tema em *Identidade*.

Na obra citada, apresentada em forma de entrevista concedida ao jornalista italiano Benedetto Vecchi, Bauman (2005) faz diversas considerações sobre a questão da identidade, desde o momento em que as pessoas começaram a ter noção de suas próprias identidades até os dias atuais, quando a humanidade oscila entre diversas “identidades” que são impostas ou oferecidas. O autor afirma que questões acerca da identidade só surgem quando os indivíduos são expostos a “comunidades da segunda categoria” (BAUMAN, 2005, p. 17), quando são obrigados a absorver traços identitários que sejam adequados a essa situação ou quando são confrontados com uma possibilidade maior de comparações e escolhas que passam a “guiar” sua identidade. A coexistência do branco com o índio propiciou que este último pudesse observar e fazer suas escolhas no que se refere à questão identitária; antes dessa convivência, não havia essa possibilidade.

Embora haja a possibilidade de escolha de identidade para adaptação a determinadas comunidades, Bauman (2005, p. 18) reitera que estar fora de seu local ou cultura de origem faz que o indivíduo seja considerado “deslocado” e cita, como exemplo, sua própria condição: polonês refugiado na Grã-Bretanha e perfeitamente ambientado nesse cenário, considerava-se um “estranho” dentro dele, embora também já não pudesse ser considerado polonês por ter sido privado de sua cidadania original. Sobre esse dilema, afirma: “As pessoas em busca de identidade se veem invariavelmente diante de uma tarefa intimidadora de ‘alcançar o impossível’” (BAUMAN, 2005, p. 16). Sob esta perspectiva do autor, o índio na atualidade não

poderia ser considerado completamente indígena, pois já não traz apenas sua cultura de origem, nem pode ser considerado completamente branco, pois ainda há em si marcas de sua cultura e etnia que não permitem essa completude.

Na perspectiva de Coracini (2007, p. 59), a identidade está ligada ao conceito de representação na medida em que este interfere diretamente no conceito de identidade. A autora explica que, ao nomearmos um objeto, o estamos tornando real; da mesma forma, ao representarmos uma etnia (como é o caso dos índios guaranis) de acordo com uma determinada imagem, frequentemente ocorre de grande parte dela passe a assumir tal representação como uma identidade. Não se trata de algo consciente. Segundo Coracini (2007, p. 59), "o que somos e o que pensamos ver estão carregados do dizer alheio", e herdamos isso "de nossos antepassados ou daqueles que parecem não deixar rastros". No caso dos índios, ficou reservado a eles na sociedade um lugar à margem da sociedade, após intensa exploração de sua mão de obra (SOUZA, 2003, p. 105). Deixados ao acaso em um mundo fabricado por aqueles que não pertencem à sua cultura, o índio teve que se adaptar diante dessa situação de abandono, ficando consequentemente exposto à miséria e às privações. Essa adaptação resultou no fato de adquirirem uma nova identidade adaptada ao novo ambiente em que se situam. Trata-se de uma identidade "naturalizada", que ocorre inconscientemente e que permanece "incompleta, sempre em processo" (CORACINI, 2007, p. 61).

A partir da consolidação de sua imagem como abandonado e miserável, o índio – apesar dos focos de resistência que por vezes empreende – tem tal imagem inserida em seu imaginário, uma vez que, de acordo com Coracini (2007, p. 61), o sujeito "se constrói nos e pelos discursos imbricados que o vão constituindo" - dentre eles, os discursos do "colonizado" e da "mídia", como é o caso dos índios guaranis: as representações construídas em seu próprio imaginário e na mídia possuem força suficiente para fazê-lo acreditar (e não questionar) que a condição em que se encontram é constitutiva de sua identidade, e não uma representação forjada em identidade.

A representação, em si, é articulada por diversos autores, dentre os quais Homi Bhabha, que a analisou de uma perspectiva histórica, dissertando sobre a relação entre colonizador e colonizado. No capítulo "A outra questão: o estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo", de seu livro *O local da cultura*, Bhabha (1998) disserta

sobre o discurso colonial sob a ótica da "fixidez da construção ideológica da alteridade" (BHABHA, 1998, p. 105).

Nesse sentido, a fixidez seria uma forma de manter determinados estereótipos com o objetivo de manter o poder de outras camadas da sociedade. Bhabha (1998, p. 105) considera-a "um signo da diferença cultural, histórica e racial" dentro do discurso colonialista, e também "um modo de representação paradoxal" baseado na "desordem, degeneração e repetição demoníaca". Diante das notícias de jornal que constam nos dados, pode-se considerar que tal repetição visa não somente a reforçar a existência dessa situação, mas também a esclarecer a posição que o guarani ocupa na sociedade e de manter, diante dos leitores, essa imagem de subalterno abandonado.

O estereótipo, segundo Bhabha (1998) – e, neste contexto, estereótipo pode ser entendido como uma forma de representação –, oscila entre algo fixo, que nunca muda, e como algo que é repetido sempre de forma a assegurar sua condição. Assim, a constante repetição pelos jornais de notícias muito semelhantes, além de apontar para dados estatísticos estarrecedores acerca das condições de vida das aldeias, presta-se a assegurar que aquele lugar, embora esteja situado às margens da sociedade e em condições bastante precárias, é o lugar do índio – e consequentemente, aquele é o papel do índio na sociedade: sobreviver em meio a um ambiente que foi devastado pelo branco (e, portanto, sem recursos naturais para sua subsistência) e depender totalmente das leis e ações do governo, de forma a assegurar também o lugar de poder destes (branco e governo) na sociedade.

De certa forma, o discurso colonialista dá a entender que os estereótipos são uma forma de garantia que oferece um ponto seguro de identificação – ou seja, é mais cômodo fazer julgamentos baseando-se em estereótipos do que buscar uma identidade "original" e "legítima" para fazer tal julgamento –, embora não se saiba exatamente o que seja original e legítimo quando se fala sobre identidade, uma vez que ela é líquida (BAUMAN, 2005) e pode mudar de acordo com a conveniência e necessidade dos sujeitos (CASTELLS, 1999). A representatividade, portanto, afirma e, ao mesmo tempo, permanece sobre bases incertas.

O discurso colonial apoia-se no "reconhecimento e repúdio de diferenças raciais, culturais e históricas" (BHABHA, 1998, p. 111); tal discurso articula diferenças entre etnias e classes sociais, baseando-se em seus próprios paradigmas para classificar as

classes menos privilegiadas e mantê-las à margem da sociedade. Seu objetivo é representar o "colonizado" como alguém a ser repudiado, utilizando-se para isso estigmas raciais e culturais como forma de estruturar seus sistemas de administração e instrução. O colonizado seria, portanto, o "outro" apreensível e visível – totalmente exposto. Segundo Bhabha (1998, p. 111), a representação é um conceito "que articula o histórico e a fantasia", uma vez que se utiliza de fatos históricos para construir imagens perante a sociedade.

A sociedade, por sua vez, reconhece, mas recusa a diferença – "O fetiche ou estereótipo dá acesso a uma 'identidade' baseada tanto na dominação e no prazer quanto na ansiedade e na defesa, pois é uma forma de crença múltipla e contraditória" (BHABHA, 1998, p. 116). Assim, ao mesmo tempo em que a sociedade "superior" tem o prazer de deter o poder mediante uma estipulação de representação para a alteridade, também defende, por meio desse processo, a sua própria representação perante a sociedade, mantendo uma imagem de força e poder intocáveis – como ocorre no caso dos índios guarani, cuja representação sempre às margens da sociedade reforça a ideia de que os cidadãos da sociedade de entorno pertencem a uma classe superior à sua.

Segundo Bhabha (1998, p. 120), só existem duas formas de identificação no imaginário: o narcisismo e a agressividade. Enquanto o sujeito se imagina o modelo ideal para tudo, repele tudo o que é contraditório à sua natureza. O sujeito consegue ser bem-sucedido em suas construções de representação ao constituir uma cadeia contínua e ininterrupta de outros estereótipos forjados ao decorrer da História – e tais representações podem ser "gratificantes e aterrorizantes, de modo diferente a cada vez que é repetida". (BHABHA, 1998, p. 120).

Como se pode perceber, a fantasia (constituída no imaginário popular, que se baseia em estereótipos) é um importante fator no exercício do poder colonial. Pode-se considerar o estereótipo como algo "falso" por "atacar" a realidade e destruí-la, fazendo que um único indivíduo tivesse inúmeras representações. "O Outro estereotipado revela algo da fantasia [...] daquela posição de dominação" (BHABHA, 1998, p. 126), ou seja, o dominante efetiva seu papel conforme prova que o Outro é mais fraco ou inferior a ele. Assim, pode-se considerar que a "cadeia estereotípica é curiosamente misturada e dividida, polimorfa e perversa, uma articulação da crença múltipla" (BHABHA, 1998, p. 126), de modo que o indígena pode ser visto como "selvagem", mas também pode ser

o servo obediente e digno. A administração da sociedade seria, portanto, baseada justamente na coexistência de dominadores e dominados, mediante o uso de estratégias de hierarquização e marginalização.

Além do discurso histórico, também o discurso midiático compõe-se de estratégias que, de certa forma, constroem imagens marginais de determinados segmentos da sociedade, categorizados como minorias. A seguir, a discussão sobre essas estratégias.

1.4 A mídia: discurso e estratégias

A respeito do papel da mídia na questão da representação indígena, são utilizados neste trabalho pesquisas de autores que abordam as estratégias da mídia na (re)construção de notícias. A obra mais notória entre elas é *O discurso das mídias*, de Patrick Charaudeau (2009). Em um prólogo que denominou de "Advertência", Charaudeau esclarece que a obra consiste em uma nova versão de seu livro *Discurso de informação midiática*: a construção do espelho social, de 1997. Como a obra aborda o tema da mídia, o autor pôde incluir na edição mais recente exemplos mais atuais, como o episódio de 11 de setembro de 2001, ocorrido nos Estados Unidos, além de estudos atualizados sobre o tema em questão.

Apesar da tendência em analisarmos a mídia como "manipuladora", Charaudeau (2009) não considera que a mídia seja exatamente uma instância de poder, embora reconheça seu papel de destaque no meio social. Sendo a mídia dependente da ação dos homens, está exposta também a seus saberes, crenças e representações, o que envolve, por sua vez, a visão do próprio jornalista, que deixa suas marcas na mídia em que atua. Levando-se em consideração que a mídia não se presta apenas a informar, mas também a competir com outras empresas midiáticas, apresenta tendência de acentuar as nuances de determinadas notícias, de acordo com os interesses do leitor/ouvinte /telespectador.

Um fator importante a ser considerado em uma análise de discursos midiáticos é a relação das mídias com o público – uma vez que, segundo o autor, "todo discurso

depende, para a construção de seu interesse social, das condições específicas da situação de troca da qual ele surge" (CHARAUDEAU, 2009, p. 67). A produção de discursos pela mídia obedece a critérios que não se pautam exatamente pela relevância da informação, mas pelo interesse do público – o que explica a grande incidência de polêmicas que envolvem extremos de agradável e de chocante (percebe-se, nos suportes analisados neste trabalho, a predominância de notícias que abordam a questão "desnutrição" e "violência", em detrimento de assuntos como "cultura" e "artes" relacionados à comunidade indígena). As estratégias que os jornais utilizam para angariar a atenção do público obedecem, portanto, a uma seleção de fatos, espaço e critério de importância, uma vez que "o acontecimento é selecionado em função de seu potencial de saliência" (CHARAUDEAU, 2009, p. 141).

De outra perspectiva da análise de notícias, estão as considerações menos "didáticas" de Arbex Jr. (2003) e Lipovetsky (2003). O primeiro discute em sua obra a relação entre mídia e poder, ao comentar casos em que jornalistas atuam como escribas do poder ao adotarem um ponto de vista servil a interesses, e analisa o noticiário de grandes veículos da mídia, como as revistas *Veja* e *Época*, segundo seu próprio ponto de vista. Lipovetsky (2003) discorre sobre o poder da própria mídia, discutindo-a como difusora de entretenimento, que ajusta a programação e as notícias de acordo com a preferência e o horário ideal para os ouvintes ou leitores, deixando temas como educação e cultura em segundo plano. Nesse aspecto, voltamos ao fato de que os jornais priorizam, no caso dos índios guaranis, a situação de miséria, morte, violência e abandono, reservando em seu espaço apenas umas poucas linhas para falar sobre arte, cultura e política, por exemplo.

A frequente interferência do público no teor das notícias – que são adequadas às suas preferências – e a competitividade entre empresas de mídia são aspectos decorrentes da globalização, que tem como bases primordiais a interatividade com o público e o sucesso de empresas de telecomunicações. Segundo Briggs e Burke (2006, p. 12-13), a mídia tornou-se algo ilimitado, cujas fronteiras foram dissolvidas. Se anteriormente (o que significa ainda na década de 1980) não havia interação entre o público e a mídia, a propagação da internet em meados dos anos 1990 favoreceu essa interação e estendeu-se a outras formas de mídia, como rádio e televisão. As grandes emissoras de rádio e televisão passaram a medir seu sucesso na grade de programação

de acordo com os índices de audiência do público, o que levou à busca incessante por informações que atendessem à demanda do público e à "construção" de notícias que pudessem atender a essa demanda. O enfoque sensacionalista – miséria, violência, no caso dos indígenas – passa a constituir-se como o ponto central na busca pela audiência.

Embora abordem a questão da multimídia com propriedade, Briggs e Burke (2006) priorizam em seu discurso a internet como meio de comunicação, em detrimento de vários outros meios que predominam na cultura de massa. Os autores dão a entender que os acontecimentos só ganham notoriedade quando são "lançados" na internet (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 14). Apesar da crescente demanda por acessos à rede mundial de computadores, o número de pessoas em condições de adquirir e manter um computador com acesso à rede ainda é, todavia, de certa forma restrito, quando comparado aos índices de acesso aos demais meios de comunicação – jornais, revistas, por exemplo. Pode-se dizer, portanto, que a maioria da população em grande parte do mundo ainda se baseia em jornais televisionados e impressos, embora a globalização em progresso seja um vaticínio a uma predominância do uso de computadores por uma parcela maior da população.

O fator "globalização", sendo atuante nos meios de comunicação, influenciou de forma direta o modo como o índio é retratado pela mídia. Como a globalização pressupõe maior busca por informações (interessantes) por parte do público e maior competitividade por parte das empresas, o espaço na mídia relativo à cultura desses povos fica exíguo, por ser considerado um assunto que não contribui para a vendagem de jornais e nem para a audiência de programas de televisão. A cultura propriamente dita fica, portanto, em segundo plano – pressupondo-se, nesse caso, que televisão, jornais impressos e internet não sejam considerados exatamente como parte de uma determinada cultura. Na visão de Bauman (1998, p. 160), passa-se a considerar que a mídia contemporânea é uma espécie de alimento farto e variado que nutre uma cultura que já está enraizada na sociedade e que evolui ao decorrer do tempo. Embora carreguem os sinais de contemporaneidade, as mídias também carregam os sinais de nascença, ou seja, da cultura em que progrediram.

A mídia reflete, atualmente, os valores de uma sociedade que se tornou individualista durante o processo de globalização. Lipovetsky (2003) atribui essa mudança de valores à entrada, na sociedade, da era do consumo de massa: as notícias de

jornal (impressos, televisionados e digitais) são consumidas como produtos, e o interesse que atraem se baseia no nível de polêmica que causam ou no número de vendagem e acessos que propiciam aos seus suportes, sem considerar as causas e consequências dos fatos que relatam diariamente.

Um outro fator a ser retomado para fundamentar a problematização de textos midiáticos seria a definição de cultura – ou a classificação de uma cultura como apropriada ou não. Citando Diderot, Bauman (1998) afirma que a cultura é um meio de ensinar civilidade às pessoas e que, sem o conhecimento, os indivíduos seriam reduzidos à barbárie primitiva. Quando as sociedades de entorno tentam, de alguma forma, integrar o índio à sua cultura, anula-se uma cultura para dar lugar à outra, considerada como a "correta", anulando-se também o que Diderot consideraria uma "barbárie primitiva" – a própria cultura do índio, menosprezada pela cultura "branca" predominante, que aborda a cultura do outro sempre com sátira, ironia. Um exemplo disso é o fato de o branco criticar a cultura indígena de não empreender um ritmo de trabalho para sustento futuro da família: o índio apenas trabalha o suficiente para ter o alimento do dia, e isso faz parte da tradição, de sua cultura; mas, para a sociedade branca, é qualificado apenas como comodismo, "preguiça".

Ao divulgar determinados traços da cultura indígena como se fossem equívocos, a mídia mostra-se ao público, com seu poder institucional, como um paradigma a ser seguido. Dessa forma, propiciam-se na sociedade as formas de representação com as quais deparamos frequentemente, em especial no que diz respeito a culturas e etnias. É recorrente na mídia, por exemplo, a figura da mulata, do índio, do Carnaval; os dois primeiros são vistos apenas como figuras exóticas, e não como partes de uma determinada etnia, ao passo que o Carnaval perdeu seu cunho religioso e assumiu sentido de festividade, associando-se (internacionalmente, inclusive) aos prazeres sensuais, à promiscuidade.

Sobre essa capacidade da mídia de (re) construir representações, Guerra (2008, p. 98) classifica os discursos midiáticos como "fundadores", pois "funcionam como referência básica no imaginário constitutivo do país" e "interferem na construção do cotidiano e na configuração de relações sociais e memória". Além disso, estando presentes de forma permanente na memória do público, acabam por incorporar-se à própria História e cultura do País.

Um fator que colabora decisivamente para a construção de representações por meio da mídia é o fato desta evocar, frequentemente, outros discursos que estão disseminados no imaginário da sociedade. Pode-se dizer, nesse caso, que fragmentos de tais discursos permanecem na memória discursiva, sendo resgatados eventualmente. A esses fragmentos Coracini (2007, p. 9) denomina de "interdiscursos", que são "vozes provenientes de textos, experiências, enfim, do Outro".

Associando os conceitos de Coracini (2007) ao presente trabalho, afirmamos que o discurso midiático em análise constrói representações do índio guarani com base em discursos que compõem o imaginário popular. Tais discursos estão cristalizados na sociedade e atravessaram os séculos, a partir do primeiro contato dos índios do território brasileiro com os europeus recém-chegados.

Desde a época do primeiro contato entre o índio e o branco, o "Outro" mencionado por Coracini (2007), - representado aqui na figura dos descobridores portugueses -, é constantemente "celebrado", ao se retomarem os conceitos que atribuíram aos povos indígenas a partir de então. Segundo Achugar (2006, p. 30), convencionou-se reservar a eles o lugar de "subalternos" e, posteriormente, de "transculturados" e "mesclados", à medida que sua cultura era dissolvida gradualmente pela presença e imposição de outros costumes e necessidades; a própria interferência da cultura branca na cultura indígena pode ser considerada como um indício da presença do "Outro".

O título da obra de Coracini (2007), "A celebração do Outro", deve-se justamente ao fato do "Outro" ser constantemente "fagocitado" e incorporado aos mais diversos discursos (CORACINI, 2007, p. 11) –, e a mídia configura-se em um ambiente fértil nesse sentido: o discurso midiático sobre o índio, por exemplo, envolve a inserção de vários interdiscursos em seu âmago, na forma de marcas que surgem de forma discreta e superficial (como o discurso dos próprios indígenas) até as mais enfáticas, devido à sua origem de caráter "oficial" (discursos jurídicos, médicos, políticos, geralmente representados por documentos ou declarações oficiais...). O jornalista carrega constantemente, em seu próprio discurso, esse "Outro" – e, segundo Coracini (2007, p. 17), ter o "Outro" em si traz a possibilidade de transformá-lo e de ser transformado por ele: é frequente no discurso jornalístico a fusão da voz do jornalista a

outras vozes, e vice-versa – o que colabora para surgimento de variados efeitos de sentidos.

O modo como o "Outro" se funde ao discurso é discutido por Authier-Revuz (1990) em *Heterogeneidade(s) Enunciativa(s)*. A autora discute a questão da heterogeneidade com base em teorias que tomam o "discurso como produto do interdiscurso" (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 26). A presença do Outro no discurso faz com que este último seja heterogêneo, e por isso a autora classifica tal presença em duas formas: heterogeneidade constitutiva e heterogeneidade mostrada. Na primeira forma, temos o sujeito e seu discurso constituídos pelo "Outro"; já na heterogeneidade mostrada, o Outro é inserido no discurso por meio do uso de discurso direto, aspas, discurso indireto livre, para citarmos as formas mais frequentes.

O modo como ambas as formas de heterogeneidade surgem no discurso jornalístico é patente. Como exemplo de heterogeneidade constitutiva no córpus deste trabalho, citamos o momento em que o discurso de autoridades se funde ao discurso do jornalista, sem que nenhuma marca o identifique dentro deste; e, como exemplo de heterogeneidade mostrada, estão os discursos frequentemente marcados com aspas, discurso direto e discurso indireto livre – passíveis, portanto, de serem identificados como pertencentes a outras vozes que não a do jornalista. De qualquer forma, Authier-Revuz (1990, p. 28) afirma que sob as palavras "sempre 'outras palavras' são ditas".

Outro conceito relevante considerado na análise é o de pré-construído. O pré-construído é um elemento do interdiscurso, e corresponde ao que Pêcheux (2007, p. 163-164) denominou de "'sempre-já-aí da interpelação ideológica, que fornece-impõe a 'realidade' e seu 'sentido' sob a forma da universalidade (o 'mundo das coisas')". Está ligado àquilo foi dito, é cristalizado (por fazer parte da "universalidade", do "mundo das coisas" mencionado pelo autor) e constitui o interdiscurso, a voz do Outro dentro de um dado discurso. Por meio do pré-construído, "o indivíduo é interpelado em sujeito... ao mesmo tempo em que é 'sempre-já-sujeito'" (PÊCHEUX, 2007, p. 163) – ou seja, o indivíduo constitui-se como sujeito à medida que se constitui de outros discursos cristalizados. Sob a perspectiva midiática, é válido ressaltar que grande parte das representações propagadas pela mídia baseia-se em pré-construídos – se o índio, por vezes, é representado como "selvagem", por exemplo, (como mencionou ACHUGAR,

2006, p. 30) é porque tal imagem se consolidou mediante os discursos colonialistas que assim o classificavam, e que cristalizaram-se ao decorrer dos séculos.

A existência dos pré-construídos está ligada também ao conceito de memória em AD: se um discurso se inscreveu na História como pré-construído, é porque sua repetição fez com que se inscrevesse também na memória social. Segundo Pêcheux (1999, p. 50), a memória, na AD, não deve ser compreendida no sentido "psicologista" da individualidade, mas sim como "memória mítica e social". Dessa forma, deve ser entendida como a "continuidade interna" em que se inscreve um "acontecimento histórico", de caráter descontínuo (PÊCHEUX, 1999, p. 49-50).

Analisando-se a trajetória do índio no desenvolvimento do País, refletimos sobre a continuidade que se estabeleceu desde o momento descontínuo em que tiveram o primeiro contato com os portugueses: a partir desse acontecimento, permaneceram as impressões que os europeus recém-chegados tiveram a partir da visão da nova terra descoberta e de seus habitantes exóticos, e tais impressões se perpetuaram através dos séculos por meio da memória construída pelos historiadores a partir do acontecimento inicial da descoberta.

O conceito de memória aplicado à busca por representações nos leva à concepção de imagem em AD. Segundo Pêcheux (1999, p. 51), a imagem é um "operador de memória social", e traz em si um "programa de leitura, um percurso escrito discursivamente em outro lugar". As representações do índio guarani formadas na mídia funcionam como imagens que trazem à memória um discurso que foi repetido ao longo da História, e cuja repetição os transformou em algo fixo que, segundo Pêcheux (1999, p. 51), é quase como um "mito" – e assim podem ser interpretadas as representações mencionadas por Achugar (2006, p. 30) a respeito dos "habitantes originais": mesmo que a imagem do índio "selvagem", "canibal" e "primitivo" tenha se perdido em meio ao processo de globalização e desenvolvimento do País, tais representações ainda persistem devido ao caráter mítico que lhes foi imposto pelo aspecto repetitivo da memória social e histórica.

Assim como são relevantes para a AD os conceitos de interdiscurso, pré-construídos (que estão associados à voz do Outro no discurso e a discursos cristalizados, respectivamente) e memória histórica e social, é também importante ressaltar os silêncios, que constituem o discurso jornalístico: aquilo que não é dito é também

significativo no processo de análise. De acordo com Orlandi (2007, p. 12), "todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer"; argumentar sobre o que foi dito nos leva também a refletir sobre o que não foi dito, o que poderia ter sido dito – e as razões por que tal não ocorreu. Ao afirmar que "o homem está 'condenado' a significar" (ORLANDI, 2007, p. 29), a autora confirma o aspecto do silêncio como fundante, ao deixar claro que não há como o sujeito se desvencilhar das significações, uma vez que, seja com palavras ou em silêncio, estará produzindo significados sempre – processo que Orlandi (2007, p. 29) classificou como *continuum* significante.

As considerações de Orlandi (2007) acerca do silêncio fundante têm origem em sua reflexão a respeito da "política do silêncio", denominada "silenciamento". A questão do silenciamento está ligada aos poderes que regem os discursos, e que dizem respeito ao que se falar, quando se deve calar e quando o discurso deve ser calado, silenciado. Diante dessa política do silêncio, a autora afirma que "o silêncio pode ser considerado tanto parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência)" (ORLANDI, 2007, p. 29). No discurso jornalístico acerca da desnutrição indígena, ressaltamos ambas as formas de silenciamento: ela é opressora quando não se obtém respostas das autoridades para as necessidades da comunidade indígena, que permanece dependente de tais respostas; e caracteriza uma forma de resistência quando o silêncio do próprio índio se constitui em uma barreira que impede a ação do branco e seu acesso à comunidade indígena e às suas crianças desnutridas (é recorrente, nos recortes analisados, o fato de médicos serem impedidos de terem acesso às crianças desnutridas, sem que sejam expressas as causas para tal impedimento).

Tendo em vista a perspectiva dos autores citados, a problematização de textos midiáticos sobre a comunidade indígena envolve, por um lado, aspectos estruturais, quando se comenta sobre os mecanismos da mídia para atrair a atenção dos leitores/telespectadores, e quando se adotam as perspectivas da AD para a efetivação da análise. Por outro, envolve aspectos relativos à própria essência do assunto em questão, ou seja, questões culturais sobre o índio e como essa cultura se comporta em meio ao ambiente globalizado em que vive a sociedade atual. Nesse âmbito, também cabe problematizar de que forma a cultura do branco interfere e por vezes anula a cultura indígena, de forma que prevaleça o sistema individualista da era do consumo de massa,

em detrimento da convivência comunitária de partilha mútua, cultivada pela comunidade indígena até o momento em que teve contato com o branco e sua cultura.

Além das questões culturais e históricas, no bojo dos aspectos teóricos, o processo de referenciação e outras categorias de análise do discurso jornalístico sobre o indígena guarani também surgem relevantes para a análise dos nossos dados, conforme veremos no item a seguir.

1.5 A materialidade linguística

Não estipulamos aqui uma categoria de análise, mas abordamos as principais categorias utilizadas na discussão aqui proposta. De início, enfatizamos o processo de referenciação, por conferir, nos excertos analisados, constantes retomadas a elementos do discurso.

A noção de referência, aplicada junto aos conceitos da AD, é relevante pela sua relação com as "noções de anáfora[12], assim como está relacionada também às noções de dêixis[13] e de co-referência[14]" (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 418), bem como de dados concernentes ao próprio léxico. É designada como referência "a propriedade do signo linguístico ou de uma expressão de remeter a uma realidade".

Segundo Silva (2007, p. 195), as expressões referenciais podem explicitar diferentes pontos de vista em um determinado texto. Podemos associar esse ponto de vista também às teorias do discurso, uma vez que está relacionado à heterogeneidade discursiva e à polifonia, presentes no córpus analisado. O discurso dos jornais é constituído de diversas vozes, de diferentes formações discursivas, sejam elas jornalísticas, jurídicas, médicas, políticas, entre outras. Elementos referenciais como os dêiticos – que se relacionam com a identificação de elementos pessoais, espaciais e

[12] Expressão referencial na qual há relação entre duas expressões, cujo elemento "anaforizado" situa-se antes do elemento "anafórico": "João perdeu *seu casaco*, e Paulo *o dele*". (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 36).

[13] Noção relacionada à delimitação de pessoa, espaço e tempo no texto; no discurso, considera qual situação é pertinente para o gênero de discurso referenciado.(CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 148).

[14] "[...] designa tradicionalmente a propriedade que tem duas palavras ou sequências de se referirem ao mesmo referente" (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 142).

temporais nos enunciados (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 148) – podem atuar como marcadores de heterogeneidade em um dado discurso. Torna-se pertinente, assim, discutir aqui a questão da referencialidade, pois são analisadas no discurso dos jornais *O Progresso* e *Folha On-Line*, as representações do índio guarani, que muitas vezes obtêm efeitos de sentido mediante a forma como os indígenas são referenciados no discurso.

A referência, sob uma perspectiva discursiva, leva-nos a uma reflexão acerca da lógica do pensamento e da estrutura dos fatos (CARDOSO, 2003, p. 41). A forma como se referenciam determinados fatos ou sujeitos em um discurso leva-nos à compreensão sobre como esses fatos e esses sujeitos são vistos por aqueles que os referenciam. De certa forma, a referenciação é uma forma de interação, que envolve "um processo de negociação [...] à medida que o discurso se desenvolve" (SILVA, 2007, p. 196). Além de retomar determinados referentes, o processo de referenciação demonstra o que e o quanto o enunciador conhece e considera a respeito do referente, fornecendo, dessa forma, pistas importantes para uma análise discursiva, materializadas na forma de escolhas lexicais que denunciam os pontos de vista daqueles que enunciam.

De acordo com Cardoso (2003, p. 2), a referenciação é uma forma de relacionar o que se diz com aquilo sobre o que se diz, de forma a atribuir determinados valores à linguagem, e não a isolando. Esse conceito é pertinente à análise discursiva uma vez que esta considera os efeitos de sentido presentes na materialidade do discurso, relacionando dados linguísticos com elementos extralinguísticos – que, no caso deste trabalho, configuram-se em fatores históricos e culturais relacionados à mídia e ao indígena sul-mato-grossense.

Também no que concerne aos processos de referenciação, Apothéloz e Chanet (2003) e Adam (2008) colaboram com este trabalho por trazerem definições sobre tipos de anáfora e vários exemplos sobre sua utilização, destacando o papel que desempenham nos segmentos ao remeterem a antecedentes.

Categorias importantes também a serem abordadas são as de pessoa, espaço e tempo, que Fiorin (1996) aborda em *As astúcias da enunciação*. A respeito da categoria de pessoa, o autor afirma que "A actorialização é um dos componentes da discursivização e constitui-se por operações combinadas que se dão tanto no componente sintático quanto no semântico do discurso" (FIORIN, 1996, p. 59). Assim,

compreendemos o papel fundamental do sujeito no discurso enquanto um ator social - como é enfatizado por outros autores de outras áreas, como Castells (1999) -, e também como componente da sintaxe da materialidade do discurso, no tocante à categoria de pessoa.

Sobre a categoria tempo, Fiorin (1996, p. 142) estabelece as diferenças entre "situar um acontecimento no tempo crônico[15]" e situá-lo no "tempo da língua": o tempo linguístico difere-se dos outros por ser ligado ao momento da fala, onde tem o seu "centro". Assim, o tempo presente, por exemplo, ao operar em função do discurso, não "se localiza em nenhuma divisão particular do tempo crônico", pois é "reinventado" a cada vez que é enunciado.

A respeito da categoria espaço, trata-se da categoria à qual menos estudos são dedicados – o que não a faz menos relevante do que as outras. Assim como há o tempo linguístico e o tempo crônico, há também dois tipos de espaço: o linguístico e o tópico (FIORIN, 1996, p. 261), que concernem, ambos, "a um conjunto de coisas ordenadas pelas relações espaciais básicas", pois "dizem respeito à localização dos 'corpos' no espaço"; e ainda acrescenta que ambos são "simétricos e reversíveis". No espaço linguístico, há apenas a posição dos "actantes da enunciação" em relação aos do enunciado; já no espaço tópico, "os corpos são dispostos em relação ao ponto de referência", de acordo com um ponto de vista (FIORIN, 1996, p. 262).

Outros autores também são utilizados para a análise da materialidade linguística dos discursos, como Neves (2000), com sua *Gramática de usos do português*, de linguagem fácil e sem pretensões normativas, que propicia a análise de termos que constam no uso cotidiano da língua – o que, no caso deste trabalho, se mostra de grande relevância, uma vez que são problematizadas também, por meio do discurso dos jornais, discursivizações advindas de diferentes lugares de poder.

A junção de conceitos acerca de História, mídia, cultura e materialidade linguística é relevante no processo de problematização das notícias na medida em que auxilia a desvendar as tramas que compõem os fios do discurso jornalístico, e que tecem uma grande parcela das representações que permeiam o imaginário da sociedade.

---

[15] O autor esclarece o uso do termo "crônico" e não "cronológico" por tratar das "durações, e não das sucessões" (FIORIN, 1996, p. 249).

CAPÍTULO II: ANÁLISE DO DISCURSO E DISCURSO HISTÓRICO

2.1 A História e suas implicações no discurso

Convém salientar, de início, a relevância da própria História na perspectiva discursiva e de que forma ela contribui para os efeitos de sentido que se propagam por meio dos discursos. Como base primordial para o empreendimento desse percurso, adota-se a contribuição de autores que discutem o tema em questão – e que em sua maioria citam Michel Foucault, pioneiro no conceito de problematização da História. Também pertinente para a problematização dos discursos é sua compreensão como algo produzido em um espaço social e historicamente determinado, o que contribui para sua cadeia de sentidos – e que constitui suas condições de produção. (PÊCHEUX; FUCHS, 1997).

Faz-se necessário refletir, neste momento, o conceito de condições de produção, uma vez que grande parte dos discursos que envolvem a questão do indígena brasileiro carrega em si uma ampla gama de sentidos que são inerentes a fatores históricos e sociais. Segundo Pêcheux e Fuchs (1997, p. 179), "[...] as condições de produção de um discurso não são espécies de filtros ou freios que viriam inflectir o livre funcionamento da linguagem [...]; não há espaço teórico socialmente vazio no qual se desenvolvam as leis de uma semântica geral". Em outras palavras, as condições de produção de um discurso consideram significativamente, dentro de uma análise discursiva, o espaço social e histórico que contribui para o discurso com determinados efeitos de sentido; ou seja; problematizar um discurso implica considerar as condições sócio-históricas em que foi (re) produzido. Com efeito, "[...] o discursivo só pode ser concebido como um processo social cuja especificidade reside no tipo de materialidade de sua base, a saber, a materialidade lingüística" (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 179).

Dessa forma, ao analisarmos a materialidade linguística que está na base de todo discurso, o processo social em que tal discurso foi (re) produzido constitui-se em um fator relevante nessa problematização, visto que, sendo a sociedade o lugar de onde se "fala", acaba por tornar-se o meio em que os sentidos da produção discursiva são

regulados, conforme postulam Pêcheux e Fuchs (1997, p. 187) ao afirmarem que as particularidades situadas no nível extradiscursivo têm efeito direto sobre os resultados de uma análise discursiva.

Pêcheux e Fuchs (1997, p. 178) ainda esclarecem que as "situações concretas" (que podemos associar a fatos históricos e sociais) favorecem as construções linguísticas e psicolinguísticas – configurando um processo de produção determinado por fatores externos. Nessa condição, o discurso não se constitui em um processo simples, mas em uma ampla cadeia de processos que tem sua origem em diferentes condições de produção – o que nos leva a considerar a importância de um "recorte histórico" para a AD.

Enquanto Pêcheux e Fuchs (1997, p. 179) não caracterizam as condições de produção como filtros ou freios para a liberdade de linguagem, Foucault (1996, p. 9) caracteriza a produção do discurso como algo controlado, selecionado, organizado e redistribuído de acordo com procedimentos de exclusão ou de interdição. O filósofo classifica este último como o mais "evidente" e "familiar", que regula a produção de discursos e se cruza com outras interdições formando "grades complexas", que por vezes são cerradas ao atingirem regiões como "política e sexo" – temas frequentemente restritos a uma parcela menor da população, ou pelo seu nível de complexidade ou por seu nível de polêmica. O princípio da interdição na produção de discursos, defendido por Foucault (1996, p. 9) não está ligado à luta de classes ou sistemas de dominação, mas se configura naquilo por que lutamos, "e do qual queremos nos apoderar" (FOUCAULT, 1996, p. 10); o discurso se constitui, portanto, em um "objeto do desejo", uma forma de poder.

Voltando aos "recortes históricos" mencionados neste trabalho, estes remetem diretamente ao método arqueológico de Michel Foucault. De acordo com Barbosa (2004), Foucault analisa os discursos no nível do enunciado, buscando suas relações com as condições externas e sua raridade e singularidade; propõe-se analisá-lo de forma arqueológica, fazendo "escavações" em busca de sua substância, seu suporte, seu lugar e a data em que ocorreu – fatores que, ao assemelharem-se, tornam-no singular, repetível. O estudo do discurso seria, portanto, o estudo das relações entre os enunciados, das "relações entre grupos de enunciados", e das "relações entre enunciados ou grupos de enunciados e acontecimentos de outra ordem" (BARBOSA, 2004, p.112)

– que definem o conceito do estatuto do acontecimento discursivo. Conforme Revel (2005, p. 13),

> [...] por acontecimento Foucault entende, antes de tudo de maneira negativa, um *fato* para o qual algumas análises históricas se contentam em fornecer a descrição. O método arqueológico foucaultiano busca, ao contrário, reconstituir atrás do *fato* toda uma rede de discursos, de poderes, de estratégias e de práticas.

O papel do sujeito no acontecimento discursivo situa-se na reflexão foucaultiana de que "não é qualquer sujeito que pode sustentar um discurso" e de que "os sujeitos não estão na origem de seus discursos" (BARBOSA, 2004, p.113), o que coloca o sujeito na posição de "funcionário do discurso": conhece-se o sujeito e suas particularidades por meio de seus discursos.

A importância da História na perspectiva da AD se deve, portanto (e de acordo com o ponto de vista de Foucault), ao fato de poder ser utilizada como instrumento para interpretar o mundo, analisar os processos de mudanças culturais e os seus efeitos sobre as ações humanas – uma história crítica e efetiva, que reintroduz o descontínuo no ser humano, rebusca o acontecimento e faz surgir o que tem de profundo e único (BENITES; GUERRA, 2009).

2.2 Os povos indígenas no Brasil

No que concerne à perspectiva histórica do índio brasileiro, é necessário refletirmos sobre a pré-história do Brasil – o que pode soar talvez de modo estranho, uma vez que não se trata de algo que é mencionado com regularidade (o que predominam são as temáticas do "descobrimento", como se o território só passasse a ter sua história a partir da chegada dos portugueses).

No capítulo "As ocupações pré-históricas do Brasil (excetuando-se a Amazônia)", do livro *História dos índios no Brasil* (CUNHA, 1992), Niéde Guidon (1992, p. 37-52) afirma que é impossível descrever com precisão como foi a pré-história

brasileira, pois a maioria dos relatos baseia-se na experiência de amadores e colecionadores que passaram pelo território brasileiro. Os interesses desses indivíduos não compreendiam dados científicos; e os estrangeiros que aqui empreenderam suas pesquisas não as fizeram de forma suficiente para fornecer uma "real formação sistemática" daquela época (GUIDON, 1992, p. 37). Guidon menciona ainda que há muitas contradições entre os estudos e conclusões feitos à época e os dados analisados na atualidade. O que nos resta para a compreensão da história dos indígenas no território brasileiro é, portanto, a História canônica que se formou a partir da chegada dos descobridores.

Com a chegada dos portugueses ao território que posteriormente seria denominado "Brasil", a história dos indígenas começa a ganhar outros rumos, embora predomine até os dias atuais a visão (por vezes pejorativa) do índio como o canibal, ou o "bom selvagem" e também "bugre" (termo utilizado pelos regionais e destacado por OLIVEIRA, 1976). Depois da composição daquela que seria a matriz de todas as representações dos índios que perduram até atualmente – a carta de Pero Vaz de Caminha -, houve, de forma lenta e progressiva, a predominância da legislação e da política colonial sobre os índios, que até então apenas tinham como lei a da sobrevivência, e como política a da convivência – e tudo isso desencadeado pelo "descobrimento", marco inicial da história canônica do Brasil.

Ao chegarem ao Brasil, os navegadores portugueses consideraram-no como "paraíso terreal" (CUNHA, 1992, p. 9), região onde se poderia viver por séculos em meio à mais completa inocência. Nesse novo paraíso, os portugueses empenharam-se em atividades adâmicas: a tudo conferiam nomes, como se fosse um território "virgem" e que assim foi simbolicamente criado.

A presença dos índios no território recém-descoberto foi algo inesperado e impôs uma reformulação de algumas ideias: como enquadrar esses habitantes exóticos na "história geral do gênero humano?" (CUNHA, 1992, p. 9). Não se sabe qual seria a verdadeira origem desses povos. De onde eles teriam realmente vindo? A questão central seria sobre como teriam cruzado os mares antes dos navegadores portugueses. Questões como essas continuam sendo feitas na atualidade, mas suas respostas permanecem obscuras. A crença geral seria a de que teriam feito caminho pelo estreito de Bering – entre 35 e 12 mil anos atrás, uma glaciação teria feito descer o nível do mar,

dando origem a uma faixa de terra denominada Beríngia, que teria tornado possível a passagem a pé da Ásia para a América.

De fato, sabe-se muito pouco sobre a história indígena e, assim, há um campo vasto a ser discutido, a ser pesquisado. Quanto à origem, há algumas armadilhas que interferem nesse processo histórico; uma delas é a ilusão do primitivismo. Em meados do século XIX, a ênfase ao evolucionismo fez que se pensasse em sociedades não evoluídas, "algo como fósseis vivos que testemunhavam do passado das sociedades ocidentais" (CUNHA, 1992, p.11), e sendo estacionários no tempo, não lhes caberia lugar na história.

Há ainda o fato de que, por enxergarmos os índios somente em seu "presente etnográfico" e porque nos agrada "a ilusão de sociedades virgens" (CUNHA, 1992, p. 11), há a tendência a vê-los de uma perspectiva "pré-cabraliana". O período posterior à chegada dos portugueses foi, contudo, o que reservou à História do país o grande impacto na cultura e na história dos povos indígenas, e que não é revelado em sua totalidade pelos historiadores.

Uma das evidências do impacto da chegada do europeu ao território brasileiro foram as epidemias que acometeram os índios à época. O desaparecimento de povos indígenas foi resultado do que se pode chamar, "num [sic] eufemismo envergonhado" (CUNHA, 1992, p. 12) de "encontro" entre sociedades do Antigo e do Novo Mundo – encontro moldado pela ganância e pela ambição, que impulsionaram o capitalismo mercantil.

A alta densidade populacional dos aldeamentos, propiciada pelos missionários e pelos órgãos oficiais, favoreceu a propagação de epidemias. Entre 1562 e 1564, doenças como sarampo e varíola assolaram de forma significativa as aldeias a tal ponto que (juntamente com a fome) se tornassem um problema que obrigou os índios a se venderem como escravos para não morrerem à míngua. Nesse intervalo da história, entra a religião com uma interferência decisiva nas crenças indígenas: a Anchieta, os índios atribuíam milagres pelo fato de conseguir "ressuscitar" crianças indígenas com o batismo.

Além das epidemias, outros fatores que contribuíram significativamente para a dizimação dos índios:

> O exacerbamento da guerra indígena provocado pela sede de escravos, as guerras de conquista e de apresamento em que os índios de aldeia eram alistados contra os índios ditos hostis, as grandes fomes que tradicionalmente acompanhavam as guerras, a desestruturação social, a fuga para novas regiões das quais se desconhecia os recursos ou se tinha que enfrentar os outros habitantes, a exploração do trabalho indígena. (CUNHA, 1992, p. 13-14)

Há certa dúvida a respeito do peso de cada um desses fatores na mortalidade dos índios, mas sabe-se que os períodos de maior ocorrência de mortes foram aqueles em que houve alta movimentação humana pelo poder colonial, o que ocasionava uma quebra na estrutura do trabalho agrícola das aldeias e, consequentemente, fome e doenças entre os índios.

Além de conhecerem os horrores das epidemias e das mortes, os índios foram apresentados também à comercialização de bens. Durante cerca de meio século, houve entre índios e brancos uma relação comercial: os europeus trocavam foices, machados, e facas por pau-brasil e animais exóticos; porém, com o advento do primeiro governo geral, a relação índio-branco tornou-se tensa, em decorrência dos interesses políticos que entraram em jogo. Essas relações tornaram-se, então, repletas de "conflito e simbiose" (CUNHA, 1992, p. 15). Dessa forma, os europeus não mais se interessavam por parceiros de permutas, mas por mão de obra que os auxiliasse nos trabalhos e nas áreas de conflito com inimigos.

Esse momento de convivência entre índio e branco pode ser considerado como o marco inicial de todo o processo de mudança identitária do índio; seu cotidiano junto ao branco fez surgir a questão da identidade de modo irrevogável: atualmente, é raro mencionar culturas indígenas que não tenham sofrido influência da cultura branca. Ou seja: "a questão da identidade só surge com a exposição a comunidades da segunda categoria". (BAUMAN, 2005, p. 17).

Em um determinado momento da História, essa parceria entre índio e branco sofreu, todavia, uma considerável reviravolta: o interesse dos portugueses voltou-se para a Amazônia, e a exploração dessa área ocasionou diversos conflitos. De acordo com Cunha (1992, p. 16), a partir da chegada de D. João VI ao Brasil, houve uma queda da política indigenista e sua modificação: não havendo mais vozes a seu favor, os índios

foram novamente escravizados e tiveram seus territórios ocupados. Observa-se, nesse ponto, a mudança dos focos de interesse: dessa vez, não era o trabalho, mas o território indígena que lhes interessava. Um século depois, passaram a cobiçar também o subsolo indígena, para fins de mineração (CUNHA, 1992, p. 17).

Segundo Cunha (1992, p. 16-17), o início do século XX foi marcado pelo advento de opiniões que culminaram, em 1910, na criação do SPI – Serviço de Proteção ao Índio –, que se extinguiria em 1966, em meio a acusações de corrupção. Em 1967, é criada a FUNAI – Fundação Nacional do Índio –, e então "a política indigenista continua atrelada ao Estado e às suas prioridades". A autora ainda ressalta que os anos 1970 configuraram-se como a década dos investimentos em prospecção mineral. Ante a chegada do progresso, os índios eram vistos como obstáculos, e eram forçados a estabelecer contato com grupos isolados e a realocarem-se, de modo a permitir a entrada de máquinas e tratores. Ironicamente, os índios, antes vistos como guardiões das fronteiras, agora eram considerados ameaças a elas.

Os anos 1980, conforme Cunha (1992, p. 17), chegaram com o nascimento de mais organizações não governamentais de apoio aos índios, e isso fez que a Constituição passasse a reconhecer os direitos originários e históricos dos povos indígenas. O surgimento dessas ONGs propiciou (embora involuntariamente) a "vitimização" (termo utilizado por GUERRA, 2010, p. 86) do índio, visto como oprimido pelo sistema político e cultural da sociedade envolvente.

Nas palavras de Cunha (1992, p.17), "por má consciência e boas intenções", por muito tempo os índios foram vistos como vítimas do sistema vigente de um modo geral, da política e dos costumes que não eram seus. Essa ideia não persistiu somente por seu cunho moral, mas havia outro, teórico: a História só fazia sentido em seu epicentro, e a periferia era apenas o "lixo da história".

A periferia se mostrou aos índios como uma nova e frustrante expectativa de vida, que os tornava desamparados diante de a um mundo que não lhes era totalmente familiar ou acolhedor. Compuseram, juntamente com os descendentes de escravos, a camada da sociedade que Souza (2003, p. 122) classificou como "ralé": "homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade". Mesmo em tais condições, ainda se afirmam como sujeitos de sua própria história, para os quais a ascensão do branco e o contato com o mesmo dependeu da ação e da iniciativa deles

próprios. Tal prerrogativa é vista como algo novo pela sociedade envolvente que, no decorrer desenvolvimento do País, se acredita como a "protagonista" da História do mesmo.

2.3 Os indígenas brasileiros e as (in)definições históricas

A questão da história dos índios no Brasil ultrapassa a questão antropológica e iconográfica. Segundo Cunha (1992, p. 20), a história indígena é algo ainda por fazer. O que a torna mais distante não é somente a falta de documentos, autoria de textos e testemunhas, mas também a dificuldade que se tem em adotar outras perspectivas para entender nossa história.

Os livros sobre a História do Brasil só a contam a partir de 1500. O período anterior ao do "descobrimento" é recoberto de uma aura mística que generaliza a história indígena. Isso está presente também na própria cultura indígena – uma vez que "ter uma identidade é ter uma memória própria" (CUNHA, 1992, p. 20) –, e a recuperação histórica é algo que influencia diretamente na garantia dos direitos dos indígenas, uma vez que os direitos que têm derivam de sua condição de primeiros e originais senhores dessas terras:

> Durante quase cinco séculos, os índios foram pensados como seres efêmeros, em transição: transição para a cristandade, a civilização, a assimilação, o desaparecimento. Hoje se sabe que as sociedades indígenas são parte de nosso futuro e não só de nosso passado. A nossa história comum foi um rosário de iniquidades cometidas contra elas. Resta esperar que as relações que com elas se estabeleçam a partir de agora sejam mais justas: e talvez o sexto centenário do descobrimento da América tenha mais a celebrar. (CUNHA, 1992, p. 22)

Por enquanto, não há, porém, muito que celebrar nesse quesito de valorização do indígena na História de nosso país. A despeito de toda a legislação criada em torno dos povos indígenas – mesmo tendo sido criada pelo branco –, ainda paira sobre eles uma aura de injustiça que se originou desde a época da Coroa Portuguesa, quando, segundo

Perrone-Moisés (1992, p. 116), haviam sido criadas uma legislação e uma política "contraditória, oscilante e hipócrita". A questão da liberdade indígena foi, nas palavras da autora, o "motor da história colonial" e era tão preocupante que a impossibilidade de legitimar a posse sobre os índios levou os colonos a "importarem" negros da África.

A legislação indigenista foi classificada como "contraditória ou oscilante" por contemplar os indígenas somente em casos determinados pela lei então em vigor: não considerava a população indígena em apenas um bloco, mas dividia-a em índios aldeados e aliados ("amigos") e índios inimigos, espalhados pelo sertão ("gentio bravo"). Aos aldeados, ficava garantida a liberdade ao longo de toda a colonização. Esses eram deslocados para perto das povoações portuguesas, onde eram "catequizados e civilizados" e, conforme documentos do século XVIII, tornarem-se "vassalos úteis" (seriam "inúteis" então os "gentios bravos"?) (PERRONE-MOISÉS, 1992, p.117-118).

Vale dizer que o estabelecimento de aldeias nas cercanias dos colonos facilitava, simultaneamente, a civilização dos índios e a utilização de seus serviços; ali viviam somente os índios e os missionários, a não ser que as leis determinassem que houvesse uma administração leiga. Era preferível que somente houvesse nos aldeamentos uma única tribo, ficando a critério dos próprios índios a convivência ou não com tribos diversas. As aldeias eram administradas pelos jesuítas, que se responsabilizavam tanto pela catequese ("governo espiritual") quanto pela organização das aldeias e distribuição das atividades entre os índios ("governo temporal") (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 119). Tal administração garantia, portanto, a conversão e a contínua prestação de mão de obra por parte dos índios.

Entre as funções atribuídas aos índios aldeados, estava a de lutar nas guerras movidas pelos portugueses contra os "gentios bravos" e estrangeiros. Além dos índios aldeados, os portugueses contavam também com o auxílio de índios aliados, com cuja presença contavam no caso de necessidade de grandes contingentes de guerreiros – pois nem sempre os índios aldeados bastavam para suas batalhas. Ambos – aldeados e aliados – eram "encarregados de defender as vilas e as plantações dos ataques do gentio e as fronteiras dos ataques dos europeus", atuando como "muralhas dos sertões" (PERRONE-MOISÉS, 1992, p.121). Os aliados também deveriam, assim como os aldeados, ser bem tratados, dada a sua igual importância na obtenção de segurança naquele território.

O tratamento “bondoso” reservado aos índios era uma estratégia para convertê-los e mantê-los no aldeamento, de forma que permanecessem servindo ao branco e não retornassem “aos matos e à gentilidade” (PERRONE-MOISÉS, 1992, p.122) – inclusive, havia documentos que atestavam a importância da boa convivência com os índios. Em um primeiro momento – o que significa até o início do século XVIII –, esse tratamento gentil aos índios era de ordem religiosa, pois a conversão só poderia ser conseguida com brandura, e só seria seguida pelos indígenas se fosse exemplificada com bom comportamento.

Os motivos para se utilizar a religião como peça fundamental para cativar os índios era reconhecida mesmo no Regimento do Governador Geral de 1548 – embora alguns jesuítas houvessem defendido a força como único meio de convertê-los e civilizá-los. A partir do século XVIII, entram em jogo os interesses econômicos da colônia, e, a partir de então, enfatiza-se a questão da brandura no tratamento dos índios (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 123). Dessa forma, evitava-se “vexá-los”, o que resultaria no esvaziamento das aldeias e no fracasso do projeto colonial. No entanto, a decisão de tratar os índios com brandura não anulou a perspectiva dos colonizadores de que só seria possível civilizar os índios em cativeiro. Com esse argumento, lutavam por legitimar a escravização dos índios; além disso, voltavam-se também contra os missionários, alegando que não colaboravam com esse processo de cativeiro.

Assim, a participação do índio na História do país, como pudemos verificar nesse breve percurso histórico, foi realmente relegada a segundo plano, sendo-lhe tirados os “créditos” de habitantes originais, configurando como “atores” principais os colonizadores europeus. Vejamos agora, no próximo item, de que forma o indígena participou da História do Estado de Mato Grosso do Sul.

2.4 Mato Grosso do Sul e seus indígenas: condições e trajeto

O Estado de Mato Grosso do Sul possui sete povos indígenas: chamacoco, guarani, kaiowá, guarani ñandeva, guató, kadiwéu, ofaié-xavante e terena (AYLWIN, 2009, p. 30), constituindo-se em uma das maiores populações indígenas do Brasil, com

grande diversidade histórica e cultural. Os dois povos mais relevantes – considerando-se aspectos demográficos – são os guarani (divididos em grupos de kaiowá e ñandeva) e os terena. Sendo a maioria dos povos indígenas da região de Dourados – MS constituídos pelos grupos kaiowá e ñandeva, vamo-nos ater ao aspecto histórico do povo guarani.

De acordo com Aylwin (2009), durante o período colonial, os territórios dos povos guarani eram disputados por espanhóis e portugueses. No século XVII, com a instalação das missões jesuíticas, sua população foi organizada em aldeias, com o intuito de torná-los cristãos; tais missões concentravam-se particularmente onde hoje se situa o território do Paraguai e de Mato Grosso do Sul.

Embora protegidos pelas missões jesuíticas, essa proteção não impediu que uma parte considerável do povo guarani fosse escravizada pelos espanhóis; aqueles que não se tornaram escravos foram posteriormente submetidos pelos bandeirantes, que disputavam com os espanhóis a posse do território e da população indígena. Os ataques frequentes dos espanhóis levaram índios e missionários a refugiar-se onde hoje é o Estado de Mato Grosso do Sul. Aylwin (2009, p. 31) ressalta que a expulsão dos jesuítas do Paraguai no século XVIII obrigou os guarani a dividirem-se, ficando uma parte no território paraguaio e uma outra menor no território brasileiro. A respeito da relação tensa dos jesuítas com os espanhóis, Gressler (1988, p. 5) afirma que esse relacionamento era "pouco amistoso", em decorrência da difícil conciliação de uma doutrina que anunciava um "Deus piedoso e misericordioso" com uma necessidade de se aliar a sistemas de escravidão "disfarçados", como Mytaias, Jacotas e de *encomienda* – este último, segundo Gressler, a forma mais brutal de escravidão, que exigia dos índios esforço sobre-humano no trabalho nos ervais, o que levou à morte de muitos deles.

O território guarani no Estado de Mato Grosso do Sul começou a ser explorado pelos brancos entre os séculos XIX e XX, quando ocorria a exploração da erva mate pela Companhia Mate Laranjeira, que, segundo Aylwin (2009, p. 31), "recebeu uma concessão de terras sobre uma vasta zona [...] totalizando uma superfície estimada em 5 milhões de *ha*" – concessão que atingiu os territórios dos kaiowá e dos ñandeva. Esse domínio da Companhia Mate Laranjeira adiou os processos de colonização até as décadas de 1920 e 1930; no entanto contribuiu para a preservação dos territórios (*tehoka*) e do *habitat* florestal. Sobre esse fato, Gressler (1988, p. 29-30) afirma:

> De maneira geral pode-se afirmar que a Companhia Mate Laranjeira exerceu uma moderada influência no povoamento da Região Meridional do Estado de Mato Grosso do Sul, fato este que pode ser justificado devido à grande mobilidade de seus trabalhadores e em virtude da função itinerante da exploração da erva-mate. Em termos históricos o grande papel exercido por esta companhia foi o da preservação do quadro natural e da posse da maioria destas terras pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, até o início do século XX.

A situação de posse pela Companhia Mate Laranjeira fez que se acelerasse o processo de colonização do Estado de Mato Grosso do Sul; além disso, a Companhia exercia também forte influência sobre os indígenas, que passaram a trabalhar nela, o que permitia que obtivessem uma renda e adquirissem bens materiais. Segundo Aylwin (2009, p. 32), os processos de colonização só ganhariam força, efetivamente, no início do século XX, época em que a Companhia Mate Laranjeira caminhava para o declínio. Em meados desse século, com a aceleração de um "contexto desenvolvimentista" e com a criação oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, a presença indígena na área intensificou-se – e, com esse progresso, aumentaram também as disputas por propriedades, à medida que crescia o valor das terras.

O interesse econômico pelas terras indígenas por parte do branco fez que, gradualmente, "as florestas e savanas naturais que formavam seu *hábitat* natural" dessem lugar às "fazendas de criação de gado e empresas agropecuárias" (AYLWIN, 2009, p. 32), que introduziram a cultura da cana-de-açúcar, a da soja e a de pastagens. Tais fatores podem ser considerados como decisivos para a situação atual dos índios de Mato Grosso do Sul, em especial da região de Dourados-MS. Nessa perspectiva, concordamos com Ramos (1988, p. 16), quando a autora afirma que a escassez de recursos não se deve a limitações naturais, mas sim "ao sistema socioeconômico vigente", principiado a partir do momento em que a terra passou a "ser regida pelo princípio da propriedade privada", princípio este que, até então, era estranho aos índios (RAMOS, 1988, p. 14). No item a seguir, tecemos algumas considerações sobre tal situação nas aldeias de Dourados-MS.

2.4.*1 Índios de Dourados – MS*

A aldeia de Dourados foi criada em 1917, pelo Decreto nº 401 do Governo do Estado de Mato Grosso e, em 1925, foi declarada como unidade administrativa do SPI. Segundo Aylwin (2009, p. 49), iniciou-se como um "estabelecimento conjunto de grupos culturalmente diferenciados", o que causou um considerável impacto na convivência entre os índios, especialmente entre os terena e os guarani, cujas culturas e línguas são diferentes entre si.

A Reserva divide-se em duas aldeias, Jaguapiri e Bororó, onde vivem cerca de 12 mil pessoas. A situação atual das tribos não difere muito daquela noticiada nos jornais do ano de 2005 (cujos excertos constituem o córpus deste trabalho). Segundo Aylwin (2009, p. 51),

> A realidade que esta população indígena vive na RD [Reserva de Dourados] é considerada por todos os analistas como uma das mais críticas do país sob a perspectiva dos direitos humanos. De fato, os níveis de pobreza, marginalidade, desintegração cultural, violência e discriminação de seus habitantes são dramáticos.

Segundo o autor, ainda há o problema da exploração do trabalho indígena: a maioria dos homens das aldeias trabalha em usinas, ganhando salários miseráveis para executar os trabalhos mais insalubres, e os jovens ainda apresentam a tendência de gastar os proventos com o que Aylwin chama de "bens de prestígio" (como roupas, por exemplo). O fator "prestígio social" parece determinante nessas comunidades: segundo Aylwin, (2009), as mulheres da aldeia também têm abandonado seus lares para ingressarem em profissões que lhes dão mais prestígio, como professora, agente de saúde, líder comunitária.

Nessas observações do autor acerca das atividades profissionais dos índios, nota-se a significativa mudança nos interesses e na identidade dos índios, causada pela interferência e proximidade da comunidade branca. Como considera Bauman (2005, p. 17), "a existência de tantas ideias e princípios traz uma necessidade maior de comparações e escolhas". Próximos a outra cultura, a tendência é que os índios façam

comparações com a sua própria cultura e pensem, a partir daí, uma forma de identidade que seja mais adequada à sua nova realidade buscar.

Apesar da adequação proporcionada pela mudança dos padrões identitários, é válido ressaltar, de acordo com Aylwin (2009), que essas mudanças muitas vezes geram conflitos com as tradições dos índios, que, por mais que estejam próximos a uma sociedade diversa da sua, ainda mantêm certo conservadorismo em algumas tradições (como delegar as tarefas da casa às mulheres, por exemplo).

Mesmo que grande parte de seus componentes busque sustento fora da aldeia, esta ainda passa por problemas sérios em sua subsistência. Segundo Aylwin (2009, p. 52), os mais sérios são aqueles ligados à alimentação e aos vícios (muitos chefes de família trocam itens das cestas básicas por bebidas alcoólicas), além dos problemas relacionados à desintegração social, à violência e à saúde. Este último destaca-se pela desnutrição infantil, que ainda é preocupante naquelas aldeias – embora os índices atuais não se comparem aos de 50 mortes anuais em 2004 e 2005.

A partir de notícias veiculadas em dois grandes jornais de circulação nacional e regional no ano de 2005, problematizamos alguns discursos que abordam a questão da desnutrição indígena nas aldeias de Dourados-MS. No próximo item, apresentamos o jornal *O Progresso*, cujos recortes dizem respeito ao nosso foco analítico.

2.5 *O Progresso*: "pensamento e ação" na leitura cotidiana

O jornal *O Progresso* foi lançado no dia 22 de fevereiro de 1920 pelo advogado e jornalista José Passos Rangel Torres, na cidade de Ponta Porã, região sul do então Estado de Mato Grosso, e era publicado quinzenalmente.

Em 1930, *O Progresso* foi obrigado a encerrar suas atividades – fato este justificado pela família como resultado de ameaça política. Em 21 de abril de 1951, o jornal foi reaberto por Weimar Torres, um dos filhos do fundador, e registrava o cotidiano da cidade de Dourados, constituído de acontecimentos e eventos que eram divulgados em forma de textos noticiosos; fotografias só foram publicadas em 1954. À época, *O Progresso* era semanal, com circulação aos sábados. Em 1965, passou a ser

bissemanal e, em 1970, trissemanal. Em 1976, tornou-se diário – como permanece até atualmente – e um ano depois passou a utilizar a impressão colorida. Atualmente, em seu comando estão Adiles do Amaral Torres, diretora-presidente (esposa do falecido Weimar Torres), e as filhas June Ângela do Amaral Torres Oliveira, diretora-executiva, e Blanche Maria Torres, diretora-superintendente.

Embora *O Progresso* tenha em pauta assuntos de aspecto nacional, sua agenda *setting* prioriza os acontecimentos de Mato Grosso do Sul – em especial a região de Dourados. Apresenta uma linguagem simples, muito próxima da oralidade (é frequente, por exemplo, apresentarem o diminutivo de "índio" como "indinho"); trata cada reportagem de uma maneira específica, não incorrendo em generalizações – sempre menciona o nome dos envolvidos nas notícias e faz menção às situações particulares em que cada fato ocorreu.

As ocorrências nas aldeias indígenas situadas em Dourados são assuntos frequentes em sua grade de notícias, e estas constituem a temática de artigos e notícias publicados nesse jornal, que foram determinantes para a sua escolha na constituição do córpus deste trabalho. A esse critério, junta-se a credibilidade que tem perante o público pela sua tradição na região em que atua – um critério de escolha também para o outro jornal a ser analisado, a *Folha On-line*, de circulação nacional.

2.6 *Folha On-Line*: leitura dinâmica na internet

A *Folha On-line*, por ser uma mídia digital, tem uma história relativamente recente, porém seu surgimento pode ser justificado pela história do jornal que foi a sua fonte de origem, a *Folha de S. Paulo*. Essa história começou no ano de 1921, com o lançamento do jornal *Folha da Noite* – criado por Olival Costa e Pedro Cunha –, o qual tinha como prioridade, em suas notícias, as falhas nos serviços públicos; lançou campanhas importantes, como o apoio ao voto secreto. Sua impressão era feita nas oficinas de *O Estado de São Paulo*, à rua 25 de Março. Em 1925, passa a ter sua própria sede de impressão, com uma rotativa alemã Koenig Bauer; em julho desse ano, é criada sua edição matutina, a *Folha da Manhã*.

Após a criação da *Folha da Manhã*, o jornal passa, no decorrer das décadas, por várias transformações, que envolviam desde mudanças na sede dos jornais e em marcas de rotativas utilizadas em sua produção, até mudanças no próprio suporte, como impressão em cores e lançamento de novos cadernos.

Em 1996, com o progresso da informação via internet, é lançado o Universo On-Line, com acesso a todos os usuários da internet, que permite a busca de textos publicados pela *Folha* nos últimos três anos. A empresa lança também o Programa de Qualidade, que visa combater erros ortográficos e de informação. Ocorre ainda a fusão do Universo On-Line com o Brasil On-Line – dois dos mais importantes grupos de comunicação do país. A partir de então, sua incursão no mundo digital propicia recordes de páginas vistas por mês (com cerca de 80% dos usuários de internet acessando-as), rendendo ao provedor mais de 11 prêmios. O Universo On-Line atinge outros países da América Latina e também os Estados Unidos.

Em 2000, é lançada a *Folha On-line*, que disponibiliza, entre notícias em tempo real, o *Folha Wap*, que possibilita aos usuários acessar as informações pelo telefone celular. A partir de então, a *Folha On-line* amplia consideravelmente seu time de colaboradores, criando canais como "Pensata", "Círculo Folha e Almanaque", cada um com informações diversas, que abrangem os diferentes interesses dos usuários. A *Folha On-line* apresenta uma linguagem formal, disposta em pequenos blocos de texto que propiciam uma leitura rápida e dinâmica, como a maioria dos hipertextos. A respeito da desnutrição indígena em Mato Grosso do Sul, apesar de apresentar dados estatísticos, dificilmente apresenta casos específicos, apresentando-os de forma mais genérica.

Em suma, trata-se de um jornal com uma gama de notícias e serviços bastante variada, que propicia diversos tipos de interpretação, entre eles a leitura crítica proposta por este trabalho – que, no próximo capítulo, apresenta a problematização e a análise dos discursos da *Folha On-Line* e do jornal *O Progresso*, na direção de estudar o processo identitário do índio guarani de Mato Grosso do Sul.

CAPÍTULO III: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A situação de desnutrição nas aldeias de Dourados – MS descrita nas páginas de jornais brasileiros do ano de 2005, era comumente denominada como uma "tragédia", "fatalidade", ou mesmo consequência de uma possível falta de responsabilidade por parte das autoridades competentes. Tal situação nos leva à tentativa de entendê-la pelo viés discursivo, pois, dessas reportagens, não sobressaíam somente efeitos de sentido por parte do discurso do jornal, mas também a (re)construção da imagem do índio guarani perante a sociedade – já que esta tende a adotar como verdades inquestionáveis o que é exposto na mídia, vista como uma instituição que inspira credibilidade. Dessa forma, trabalha no inconsciente do público de modo que deixe vivas determinadas memórias discursivas (CORACINI, 2007) que são mantidas no público mediante a repetição, que assegura sua condição de construtoras de estereótipos e representações. (BHABHA, 1998).

No ano de 2005, o discurso corrente nos jornais locais e mesmo em alguns periódicos nacionais sobre a situação da reserva indígena de Dourados trazia frequentemente termos como "tragédia", "desnutrição", "abandono", "miséria", que, naquele momento, serviam para descrever a calamidade; porém, em determinadas condições, tais palavras poderiam servir não apenas como elementos descritivos dos acontecimentos em curso, mas também para invocar a atenção e a emoção do público diante de certas notícias – uma vez que o interesse do leitor/espectador é guiado por extremos (CHARAUDEAU, 2009). Captado o interesse do público, formam-se em seu imaginário as representações daqueles que ali são retratados em sua forma mais degradante e sub-humana: a única forma como são mostrados pela mídia. Matérias que focalizam sua cultura ou suas palavras ocupam bem menos espaço do que aquelas que registram sua miséria.

Os jornais selecionados para este estudo são referências fundamentais de notícias, pois atingem o leitor de maneira abrangente e significativa, contribuindo para a formação de opinião de grande parte desse público, de modo que o estudo aqui proposto, por questionar estratégias discursivas e potenciais efeitos de sentido, poderá suscitar nesse público o anseio pela problematização das notícias.

3.1 *O Progresso*: a desnutrição na perspectiva regional

Os dez recortes referentes ao jornal *O Progresso* têm a sua numeração antecedida da primeira letra do nome principal do jornal (no caso de *O Progresso*, convencionou-se desconsiderar o artigo), para melhor destacá-lo em relação ao outro jornal a ser analisado.

O primeiro recorte que selecionamos, da edição de 21 de janeiro de 2005, seção "Dia-a-dia", refere-se à reportagem "Fome ainda mata crianças em aldeias":

> **P1-** Fome **ainda mata** crianças em aldeias – Sem estrutura adequada, Funasa **não consegue** evitar **índices** negativos; número de **óbitos** cresce anualmente (Dourados) – A fome **ainda mata** crianças nas aldeias de Dourados e região. O relatório anual da Funasa (Fundação Nacional de Saúde), **revela** que o índice de mortalidade infantil cresceu nas aldeias do Estado, principalmente na região sul. **Segundo** o Conselho de Saúde Indígena, os casos aumentaram 29% em 2004. **Segundo** o médico Zelik Trajber, **além da** fome, doenças como pneumonias e diarréias estão entre as principais causas.[16]

O recorte focaliza a morte de crianças por desnutrição nas aldeias de Dourados no início do ano de 2005, ao mesmo tempo em que retoma situações do ano anterior. Embora não haja uma menção direta ao ano de 2004 e ao que ocorrera nesse ano, esse efeito de sentido é conferido pelo advérbio **ainda**, que articula a ideia de continuidade dos problemas em relação ao ano anterior. Segundo Neves (2000, p. 268), trata-se de um advérbio em situação relativa, pois essa é referida "a um momento da enunciação ou do enunciado". Apesar de referenciar algo que se situa no passado, o advérbio expressa a relação deste com o momento presente, que é a sua continuidade, e opera como argumento ao lembrar o leitor desse fato – gerando, em consequência, afirmações como "Nada foi feito", ou mesmo questões, como "O que tem sido feito a esse respeito?".

Ressaltamos também a presença da voz ativa no enunciado em análise, enfatizada pela presença da forma verbal no presente do indicativo **mata**. Nessa direção, classificamos o tempo presente como "tempo relacional" (CORÔA, 2005, p. 26), uma vez que está ligado a eventos ocorridos "antes" e aos que viriam a ocorrer "depois" (ao

[16] Grifos nossos.

contrário do "tempo absoluto", que flui independentemente de fatores exteriores a ele). Aqui, o tempo é "constituído a partir de eventos e suas relações" (CORÔA, 2005, p. 27) e pressupõe uma cadeia contínua de eventos. Fiorin (1996, p. 142-143) também estabelece relações quanto ao tempo presente, ao afirmar que

> O tempo presente indica a contemporaneidade entre o evento narrado e o momento da narração. [...] Com efeito, o *agora* é reinventado a cada vez que o enunciador enuncia [...]. Se o *agora* é gerado pelo ato de linguagem, desloca-se ao longo do fio do discurso permanecendo sempre agora. Torna-se, portanto, um eixo que ordena a categoria topológica da *concomitância x não-concomitância*. Esta, por sua vez, articula-se em *anterioridade x posterioridade*. Assim, todos os tempos estão intrinsecamente relacionados à enunciação.

Ou seja, ao enunciar que a fome "mata" as crianças, o jornal mobiliza o efeito de sentido de que ela sempre causou mortes e provavelmente causará mais mortes (note-se que a presença do "ainda" diminui, de certa forma, esse último efeito, por trazer a ideia de que as mortes podem cessar, ou de que há soluções para o problema); está, nas palavras de Fiorin, "reinventando" um presente que já passou e outro que ainda será. Nesse momento da problematização desse enunciado, também enfatizamos os dois efeitos de sentido relacionados ao uso do "ainda": ele marca uma situação que não está devidamente sob controle, não é sanada (a morte das crianças), ao mesmo tempo em que deixa pistas de que pode haver uma solução para o problema.

A seguir, na tentativa de explicitar o enunciado anterior, o jornal introduz o subtítulo "Funasa **não consegue** evitar índices negativos", atribuindo, já no início, a responsabilidade pelas mortes das crianças. O uso do "não" no enunciado já carrega em si um efeito de sentido que remete à impossibilidade ou mesmo à falta de competência para realizar algo, no que se refere à FUNASA. A respeito da negação, Neves (2000, p. 285) aponta que se caracteriza como

> [...] uma operação atuante no nível sintático-semântico [...], bem como no nível pragmático. É um processo formador de sentido, agindo como um instrumento de interação **dotado de intencionalidade** [grifo nosso]. A negação é, além disso, um recurso argumentativo (ou contra-argumentativo).

A publicação pelo jornal de que o órgão responsável "não consegue" efetivar determinada ação também traz ao conhecimento do leitor – além de uma suposta "incompetência" por parte da FUNASA – o fato de que aquele estaria tentando encontrar uma solução para o caso. Quanto à forma verbal "consegue", modalizada pelo "não", corresponde a um verbo "implicativo negativo", no qual "está envolvida a noção de condição necessária e suficiente" (NEVES, 2000, p. 35-36). A partir daí, entendemos que o uso dessa forma verbal traz o efeito de sentido de uma impossibilidade por parte da FUNASA, algo que estaria além de suas condições para resolução de problemas – o que seria confirmado no decorrer do ano de 2005, com a ocorrência de várias outras mortes e omissões por parte de médicos e de outras autoridades, conforme estudo e problematização das notícias.

No processo de problematização de P1, nota-se, também, o uso do termo "índices", que não se refere às mortes de crianças, mas sim às porcentagens de mortes que consequentemente são publicadas pelo jornal. Ao recorrermos à acepção 2 do dicionário de Cegalla (2005, p. 492), encontramos como sinônimos de "índice" as palavras "indício" e "sinal"–, o que demonstra que, no topo das preocupações de autoridades e órgãos federais, não está a saúde dos pequenos índios guarani, mas o que será exposto à população a partir dessas mortes, que seriam sinais ou indícios de uma má administração dos recursos públicos.

Ao mesmo tempo em que significa "sinal" de um suposto desinteresse pela situação das crianças guarani, reduzindo suas mortes a estatísticas, o termo "índice" também é uma forma de silenciamento da palavra "morte"; todavia não a torna nula, não tira o significado que tem no trecho da notícia e nem no imaginário dos leitores, que interpretam a palavra "índice" como "morte". De acordo com Orlandi (1996, p. 11-12),

> [...] o silêncio é fundante. [...] o sentido é contínuo, indistinto, horizonte possível da significação. A linguagem, mesmo em sua vocação à unicidade, à discrição, ao completo, não tem como suturar o possível, porque não tem como não conviver com a falta, não tem como não trabalhar (com) o silêncio.

Também pelas afirmações de Orlandi, verifica-se que não há como atribuir ao termo "índice" apenas o sentido referente a dados estatísticos, pois o próprio silenciamento que o termo impõe a outro termo (por que foi dito "índice" e não

"morte"?) traz à tona, no imaginário do leitor, a palavra que procura silenciar – e não é possível, de forma alguma, evitar tal processo.

O enunciado seguinte, "Número de óbitos cresce anualmente", corrobora essa visão de preocupação com estatísticas, enquanto a indignação no que tange às mortes de crianças guarani pela fome é demonstrada somente pela palavra "óbitos", originária de uma FD jurídica. Isso equivale a dizer que as mortes das crianças guarani seriam apenas mais notas a constarem em documentos jurídicos e midiáticos, em detrimento da vida miserável que tinham nas aldeias e das privações decorrentes de tal situação.

Após a introdução da matéria, o jornal afirma que "O relatório anual da Funasa [...], **revela** que o índice de mortalidade infantil cresceu nas aldeias do Estado". Torna-se válido, aqui, recorrermos ao significado da forma verbal "revelar", que, segundo Cegalla (2005, p 753), é "confessar", "contar"; "dar a conhecer", "mostrar"; "mostrar-se como realmente é"; "deixar-se perceber". Isto é: como se fosse uma "confissão" do órgão federal que representa, o relatório aponta os índices de mortalidade infantil indígena para trazer a realidade da situação, apresentando as falhas do sistema de saúde.

Por depender do momento em que é enunciado (não importando o momento em que foi escrito, produzido, falado), o verbo "revelar" pode ser caracterizado como um *verbum dicendi* (FIORIN, 1996, p. 181), também definido como "verbo de dizer" (NEVES, 2000, p. 48). E assim se define por trazer, "somado ao dizer básico, informações sobre o modo de realização do enunciado" (NEVES, 2000, p. 48), uma vez que algo foi "revelado", e não foi "dito", "escrito", "apontado".

Para demonstrar que os dados apresentados são decorrentes de um discurso institucional – não se trata, portanto, de constatações do próprio jornal –, há o uso da preposição "segundo", tanto para introduzir as estatísticas do Conselho de Saúde Indígena quanto para introduzir a fala do médico, Zelik Trajber. Nesse ponto, há a força do discurso institucional: por mais que fossem aparentes nas aldeias guarani o aumento das mortes e a propagação de outros problemas, além da fome, esses itens só adquirem valor quando documentados, quer pelas estatísticas de um órgão federal, quer pela fala de um membro desses órgãos; o lugar de poder de onde vêm esses discursos garante-lhes o efeito de verdade proporcionado pelo apoio do discurso institucional (FOUCAULT, 1996, p. 17). Colabora também para isso a predominância de FDs

institucionais (conceituadas por PÊCHEUX, 2007, p. 160), presentes nas estatísticas e dados mencionados pela instituição.

No enunciado final de P1, temos "Segundo o médico Zelik Trajber, **além da** fome, doenças como pneumonias e diarréias estão entre as principais causas". Nesse trecho, temos o operador argumentativo **além de**, que introduz a ideia de que não seria somente a fome a responsável pelas mortes, mas também doenças decorrentes de falta de cuidados e higiene, demonstradas na fala do médico como fatores "principais", muito embora a maioria das mortes fosse somente pelo problema da fome nas aldeias.

Pela leitura das notícias veiculadas pelo jornal *O Progresso*, percebemos que a maioria (dentre os recortes aqui problematizados) apresenta como meio comprovado para justificar o problema da fome nas aldeias guarani os documentos oficiais – e estes chegam mesmo a serem utilizados para "apoiar" a fala de alguns índios, como se a própria vivência destes não bastasse para explicar a maioria dos problemas ocorridos nas comunidades. Isso contribui para que, aos olhos do público, permaneça o efeito de verdade pretendido pelas notícias de jornal e levado a termo pelo caráter oficial dos documentos e falas institucionais.

Segundo Coracini (2007, p. 60), como um veículo de informação, "a imprensa de modo geral provoca nos leitores ou ouvintes efeitos de verdade, como se não houvesse recortes, escolhas, interesses em jogo". No caso das mortes por desnutrição nas aldeias guarani, é muito mais inspirador à credibilidade do jornal utilizar o discurso de autoridades do que ir diretamente aos guarani questionar-lhes sobre a sua situação (poucas vezes isso ocorre) – e restam, nas notícias, menções vagas à sua religião e aos seus costumes como agentes que interferem negativamente na ação de órgãos como a FUNASA, como será problematizado neste trabalho mais adiante.

O próximo recorte, também referente ao dia 21 de janeiro, trata do caráter "atípico" de mortes de crianças guarani no ano de 2004, associando-as às mortes ocorridas no ano de 2005:

> **P2 -** Funasa **diz** que 2004 **foi** um ano **"atípico"** (Dourados) – O coordenador regional da Funasa em Mato Grosso do Sul, Gaspar Francisco Hichmann, **disse** ao O Progresso, que o crescimento no número de mortes infantis nas aldeias de Dourados **foi** ocasionado por **uma série de fatores**. Hichmann **alega** que houve uma mudança de gestão administrativa na Funasa em meados de 2004 e, portanto, os **índices negativos** fazem parte de um ano

> **"atípico"**. "O ano passado **foi** marcado por cinco greves, devido aos atrasos salariais. Isso **acabou refletindo** nos **índices negativos**", **disse** o coordenador ao citar que a **"produtividade"** das equipes médicas da Funasa, principalmente em Dourados, **foi** menor em 2004.

Em P2, enfatizamos primeiramente a institucionalização do discurso do coordenador regional da FUNASA, Gaspar Francisco Hichmann[17]: o primeiro trecho da reportagem traz que a "**Funasa** diz que 2004 foi um ano 'atípico'"; a seguir, ao desenvolver o tema do título, afirmou-se que "**O coordenador regional da Funasa em Mato Grosso do Sul, Gaspar Francisco Hichmann**, disse a *O Progresso*, que o crescimento no número de mortes infantis nas aldeias de Dourados foi ocasionado por uma série de fatores" e que, por isso, o ano de 2004 foi considerado por ele como "atípico". Considerando-se Hichmann como a "voz" da instituição, o efeito de sentido que o termo "Funasa" constrói no início do enunciado é o de que o órgão federal e o coordenador se "fundem" em uma só voz e em um só sujeito. Nessa perspectiva, podemos afirmar que "Funasa" tem função de referenciar "O coordenador regional da Funasa em Mato Grosso do Sul, Gaspar Francisco Hichmann" em forma de catáfora[18], uma vez que ocorre no texto antes do referente principal, que efetivamente fez as afirmações contidas na reportagem. Além de referenciar o coordenador, o termo "FUNASA" ainda designa o lugar de poder ocupado por este, controlando aquilo que diz – conforme Foucault (1996, p. 9), a produção de um discurso é controlada de forma que não seja aleatória; dessa forma, o discurso do sujeito coordenador é controlado pela instituição que representa, e assim um se funde ao outro no momento de se atribuir a origem de seus discursos.

Na fala de Hichmann, constam ainda os tempos verbais "diz" e "alega", ambos no presente do indicativo, aos quais podemos atribuir o conceito mencionado por Corôa (2005, p. 26) de "tempo relacional", por evocar algo contínuo, ou seja, que o coordenador afirma continuamente, sempre que interpelado – ele "disse" e "alegou", ao ser entrevistado, está "dizendo" e "alegando" no momento em que se lê; além disso, tais verbos classificam-se também como verbos *dicendi* (FIORIN, 1996, p. 181), por

[17] Em alguns recortes, o sobrenome do coordenador estará grafado como "Hickmann" – trata-se de uma modificação feita pelo próprio jornal e à qual seguiremos.

[18] Cf. Charaudeau; Maingueneau (2004, p. 94): "A catáfora é uma relação simétrica da anáfora. A diferença reside no fato de que a expressão cuja interpretação é dependente dela se situa antes daquela que o rege".

estarem de acordo com o momento do enunciado, e não exatamente de acordo com o momento da produção das afirmações descritas no excerto; caracterizam-se, assim, como "verbos de dizer" (NEVES, 2000, p. 48). Do mesmo modo (*verbum dicendi*) podem ser classificadas as formas verbais "disse" em P2.

Ainda a respeito de verbos presentes em P2, temos a forma verbal "foi" (pretérito perfeito), repetida quatro vezes ao longo do recorte. De acordo com Corôa (2005, p. 48), todas as formas tradicionais de pretérito da língua portuguesa (perfeito, imperfeito e mais-que-perfeito) conferem objetividade aos enunciados, uma vez que expressam "eventos, estados ou processos já acontecidos e, por isso, percebidos como mais 'reais' por qualquer observador". Ao contrário dos verbos *dicendi*, que estão intimamente ligados ao momento do enunciado, a forma verbal "foi" está ligada ao que a autora denomina de "momento do evento" (ME), que ocorre antes do momento da fala (MF). Assim, o ano de 2004, que "foi" atípico, ocorreu antes desse discurso do coordenador; também o crescimento do número de mortes infantis "foi" ocasionado por uma série de fatores; o ano passado "foi" marcado pelas greves; e a produtividade dos médicos "foi" menor em 2004 – cujos eventos anteriores colaboraram para o discurso do coordenador.

Inscrita no enunciado na forma de heterogeneidade mostrada de forma marcada (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 25), está a classificação de "atípico", relativa ao ano de 2004. Tal termo foi utilizado pelo coordenador Gaspar Hichmann como uma suposta forma de "amenizar" a situação do ano de 2005, minimizando-a em relação à do ano anterior – e talvez até mesmo numa tentativa de estabelecer uma "continuidade" de problemas que se originaram no ano anterior. Ao citar o ano de 2004, o coordenador apela para a memória dos leitores; tal menção traz imagens do ano citado e de seus acontecimentos. Segundo Pêcheux (1999, p. 51), tais imagens funcionam como operadores de memória social, "comportando no interior dela mesma um programa de leitura, um percurso escrito discursivamente em outro lugar"; assim, ao trazer essas imagens do ano de 2004, o jornal traz para a memória do público uma série de outros acontecimentos considerados "atípicos", além das mudanças de gestão, mortes infantis, greves e baixa produtividade médica, fazendo que haja concordância dos leitores com relação ao fato de que o ano citado foi realmente como se caracteriza no trecho.

Conforme citado, o termo “atípico” está no enunciado marcado por aspas e indica a fala do coordenador Gaspar Hichmann – e o jornal exime-se, dessa forma, da responsabilidade de tal afirmativa. Mas, além de indicar o discurso de outra pessoa, as aspas também podem indicar outras particularidades desse discurso, ou seja, elas podem sugerir uma espécie de diálogo com o público leitor, fazendo que este seja envolvido pelo enunciado, ficando a seu cargo a interpretação do que está entre aspas:

> Aquele que usa aspas, conscientemente ou não, deve construir uma certa representação de seus leitores para antecipar suas capacidades de decifração: ele colocará aspas onde presume que sejam esperadas (ou que, não o sendo, criarão um choque, uma surpresa). Reciprocamente, o leitor deve construir uma certa representação do universo ideológico do enunciador para ser capaz de decifrar. O escrevente coloca aspas porque presume que seu leitor modelo tem uma certa representação da posição de onde é enunciado o texto e à qual o escrevente deve-se conformar colocando aspas... Há, pois, um jogo sutil com as expectativas do leitor. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 66-67)

Assim, ao situar o termo entre aspas, o jornalista espera que o leitor compreenda o porquê de estar marcado dessa forma no enunciado. Seu emprego também suscita no leitor algumas questões: foi realmente um ano atípico? Em que sentido? O que o tornou atípico? O que seria um ano “típico”? E o ano em que estamos, pode ser considerado atípico? Enfim, procura despertar no leitor certa criticidade em relação ao assunto abordado. Da mesma forma, problematizamos o termo “produtividade”, relacionado ao desempenho dos médicos no ano de 2004 e utilizado por Hichmann ao comentar o trabalho da equipe médica naquele ano. O jornal mais uma vez usa o termo de forma a explicitar sua origem (ou seja, o uso das aspas é uma forma de deixar bem claro que o jornalista não explicitou, em momento algum, que há ou deixa de haver produtividade na equipe médica) e a suscitar questionamentos no público leitor: Algum dia a produtividade dos médicos foi suficiente? E no ano em questão, os médicos são produtivos o bastante para terem o controle da situação?

Ao comentar sobre o aumento no número de mortes de crianças guarani, Hichmann atribui o fato à ocorrência de “uma série de fatores”. Trata-se de uma expressão genérica e indefinida (NEVES, 2010, p. 128), por se referir a elementos de uma mesma circunstância (mudança de gestão, atrasos salariais, greves e baixa

produtividade estão intrinsecamente ligados) e por iniciar com artigo indefinido – o que completa sua característica de expressão genérica.[19] Todavia, apesar de o uso da expressão genérica não requerer com frequência a sua utilização referencial, a expressão "uma série de fatores", nessa situação, provoca o efeito de sentido de que os elementos "mudança de gestão", "greve", "atraso salarial" e "baixa produtividade" são compreendidos pelo leitor como fatores de correferência[20] à expressão utilizada – uma vez que, separadamente, trata-se de elementos diferentes, embora relacionados um ao outro.

Há, ainda, no recorte, a perífrase verbal "acabou refletindo", que expressa no discurso as consequências dos atrasos salariais e das greves. Nesse caso, "acabou" é classificado como um auxiliar aspectual, uma vez que se alia ao gerúndio "refletindo" para expressar uma ideia de término e resultatividade de um evento. Mais uma vez, configura-se uma tentativa de explicar os motivos das mortes de crianças guarani por desnutrição, como um fato que se origina de outras gestões administrativas, no ano de 2004.

Assim como ocorreu em P1, temos em P2 o termo "índice", referindo-se às mortes de crianças guarani – porém, expressas como um dado estatístico que não oferece maiores detalhes sobre tais mortes (por meio desses dados estatísticos, sabemos dos índices, mas não da situação das aldeias, do que acarretou tal situação...). O termo é acompanhado do qualificador "negativos", que, de acordo com as acepções 3 e 4 do dicionário de Cegalla (2005, p. 606), significa "nulos, sem efeito; contrário ao que se esperava, contraproducente". Associamos essa última acepção à afirmativa de que o trabalho dos médicos no ano anterior havia sido pouco produtivo, o que seria um dos principais fatores mencionados que concorreram para a ocorrência das mortes.

Até o momento, o foco das reportagens foram administrações e dados estatísticos, sem adentrar o âmbito das aldeias e de seus habitantes. Fala-se em índices, em discursos do coordenador da FUNASA, mas não se menciona a versão dos próprios

[19] Segundo Neves (2000, p. 513), o artigo indefinido é utilizado antes do substantivo "quando não se deseja apontar ou indicar a pessoa ou coisa a que se faz referência". A autora afirma que o indefinido aplica-se a "todo e qualquer membro da classe, grupo ou tipo que é descrito pelo sintagma, o que constitui uma generalização".

[20] Cf. Adam (2008, p. 132): "A co-referência é uma relação de identidade referencial entre dois ou mais signos semanticamente interpretáveis, independentemente um do outro". Para Flores, *et al*. (2008, p. 134), é o "processo enunciativo no qual dois ou mais signos-palavra estão em identidade de sentido, por fazerem referência a um mesmo tema. É uma relação de sentido entre signos-palavra sintática e semanticamente interdependentes no enunciado".

guarani sobre o tema em questão, ou sobre as condições em que ocorreram as mortes. Segundo Aylwin (2009, p. 51), a Reserva Indígena de Dourados abriga a realidade mais crítica do país no que diz respeito a direitos humanos, com condições dramáticas de "pobreza, marginalidade, desintegração cultural, violência e discriminação". Todavia, o que consta em P1 e P2 são argumentos institucionais, que visam explicar os problemas de modo a se esquivarem de sua solução – em P1, menciona-se como causa outras doenças (diarreias, pneumonias); em P2**,** creditam-se as mortes aos atrasos salariais, às greves, à baixa produtividade dos médicos no ano (e na administração) anterior.

Assim, o enunciado de P2, que traz os comentários de Gaspar Hichmann sobre os índices de mortalidade infantil na aldeia guarani, revela-se uma via de mão dupla: ou pode-se interpretá-lo tal como está transcrito (os altos índices de mortes entre as crianças indígenas devem-se a uma série de fatores administrativos) ou pelos efeitos de sentido que impõe (no ano de 2005, também há falhas na administração e mortes de crianças guarani, silenciadas no discurso por meio de termos ou dados estatísticos). De acordo com Charaudeau (2009, p. 176),

> O comentário argumentado impõe uma visão do mundo de ordem *explicativa*. [...] Problematiza os acontecimentos, constrói hipóteses, desenvolve teses, traz provas, impõe conclusões. Aqui não se é chamado a projetar-se no mundo contado, mas avaliar, medir, julgar o comentário, para tomar a decisão de aderir ou rejeitar, seguindo a razão.

As mortes de crianças guarani reduzidas a simples estatísticas são uma característica institucional, uma vez que o sucesso ou o fracasso de uma instituição é medido pelos números que sua administração produz – no caso da FUNASA, um alto índice de mortes indica uma má administração. O sujeito coordenador (Gaspar Hichmann) funde-se a essa instituição, chegando mesmo a referenciá-la no decorrer do discurso do jornal. Trata-se de uma forma de assujeitamento: o sujeito, assim constituído, "sofre diferentes processos de individualização (e de socialização) pelo Estado" (PÊCHEUX, 1999, p. 61). O coordenador fala somente pela instituição; se houver algum argumento pessoal de sua parte, não é considerado e muito menos exposto; uma eventual queda da instituição significaria também a sua própria queda. Nas palavras de Pêcheux (1999, p. 61), "temos sobre esse sujeito processos que o individualizam e que derivam das diferentes formas de poder". Opera sobre esse sujeito

o princípio de interdição mencionado por Foucault (1996, p. 9): o sujeito coordenador não pode contradizer a instituição à qual pertence, sob pena de "cair" com ela; mesmo que pense (ou que passe a pensar) em ideias contrárias ao perfil ideológico da instituição, isso não deve ser explicitado na imprensa ou em qualquer outro veículo de informação.

No próximo recorte, problematizamos um caso específico de morte de uma criança guarani, veiculada pela reportagem do dia 11 de fevereiro de 2005:

> **P3 -** Criança **pode** ter morrido por **omissão** – Funasa **afirma** que pais **dificultaram** o tratamento e Funai **afirma** que **não foi comunicada** dos fatos (Dourados) – A falta de entrosamento entre a Funasa (Fundação Nacional de Saúde) e Funai (Fundação Nacional da Saúde) [sic], **pode** ter contribuído para que a indígena de três anos, que morreu na terça-feira em Dourados, não tivesse tido oportunidade de **conseguir** um tratamento **eficiente** de saúde. A menina morreu vítima de desnutrição grave.
> Segundo a Funasa, a criança **chegou a ficar** internada no Centro de Recuperação de Desnutridos no final de 2003, mas **teria** sido levada embora pela família no meio do tratamento.
> O médico Antonio Aurélio, que integra a equipe de saúde nas aldeias de Dourados, **disse** à reportagem que a criança **ainda** não apresentava **condições ideais** para suspender o acompanhamento nutricional. Devido a **isso**, o médico **afirmou** também que **tentou** fazer o tratamento na casa da criança, mas segundo ele, a equipe foi impedida pelo pai, Vicente Isnardi, 24. "**Inclusive** ele **chegou a** usar palavras de baixo calão para nos **afrontar**. Como os ânimos estavam muito exaltados resolvi não seguir em frente para evitar conflitos", disse Aurélio ao confirmar que nem teve a oportunidade de ver a criança.

Em P3, o jornal aborda a possibilidade de a criança ter morrido pela omissão de seus pais e pela "falta de entrosamento" entre instituições. Tais possibilidades são expressas pelo auxiliar modal "pode", acompanhado pela perífrase verbal que forma um tempo composto do passado, "ter morrido" (NEVES, 2000, p. 64). Trata-se, portanto, de uma hipótese: a morte terá sido causada por omissão. Tal hipótese é baseada em afirmativas da FUNASA (posteriormente personificada no sujeito médico, Antonio Aurélio) e da FUNAI – as instituições "afirmam", respectivamente, que os pais impediram o tratamento da criança e que não foi comunicada de tal fato. Por trazer uma informação sobre o modo como o discurso foi enunciado, trata-se de um verbo *dicendi*, pois caracteriza as falas da FUNASA e da FUNAI como afirmativas (NEVES, 2000, p. 48) e depende do momento de enunciação do narrador, e não da fala do interlocutor

(FIORIN, 1996, p. 179). De acordo com Cegalla (2005, p. 36), "afirmar" significa "dizer", "declarar"; "atestar", "confirmar"; "asseverar", "garantir", que são verbos característicos quando se referem aos discursos institucionais: as instituições detêm o poder de declarar, atestar, confirmar, asseverar e garantir algo, inclusive (e especialmente) por meio de documentos oficiais, como leis e atestados.

Embora o efeito de sentido conferido pelo termo "omissão" remeta aos pais da criança, o enunciado "Funai afirma que **não foi comunicada** dos fatos" mobiliza a ideia de omissão por parte da FUNASA, já que esta não comunicou à FUNAI sobre o ocorrido. Segundo Cegalla (2005, p. 624), omissão é "falta, lacuna; falta de atenção ou de cuidado, descuido, esquecimento, negligência". Nota-se que nenhum desses verbos pode ser associado aos pais da criança, pois o que fizeram foi "impedir", "dificultar" o acesso dos médicos, talvez por questões culturais (que serão abordadas mais adiante). Já o fato de a FUNASA não ter comunicado o fato à FUNAI pode ser classificado como falta de atenção ou negligência, uma vez que se trata de uma questão relevante e que faz parte do "campo de ação" de ambas as instituições.

O fato de a FUNASA não ter comunicado à FUNAI o impedimento do tratamento da criança pelos pais contribuiu, segundo o jornal, para que a criança "não tivesse tido oportunidade de **conseguir** um tratamento eficiente". Conseguir, no sentido de "ter como resultado, alcançar, obter" (CEGALLA, 2005, p. 230), pressupõe o final de um processo de tentativas, um resultado obtido após muito esforço. Embora esteja expresso no enunciado que a criança não conseguiu a oportunidade de um tratamento adequado, o efeito de sentido é o de que os médicos é que não conseguiram tratá-la adequadamente, uma vez que tentaram fazer o tratamento, mas, segundo eles, foram impedidos pelos pais.

Após o emprego da forma verbal "conseguir", o jornal qualifica o tratamento médico como "eficiente". A menina não teve a oportunidade de conseguir um tratamento eficiente para seu problema – o que abre espaço para uma questão: seriam os tratamentos dispensados aos outros casos "ineficientes"? O fato de o jornal ter classificado um tratamento eficiente como uma "oportunidade" expressa certa dificuldade em obter um tratamento adequado – de acordo com Cegalla (2005, p. 626), "oportunidade" é uma "ocasião favorável, momento propício". Classificar um tratamento adequado como sendo algo de momento vem (re) significar uma atuação

medíocre por parte dos órgãos responsáveis pela saúde em meio ao caos social e midiático estabelecido pela morte das crianças – particularmente no ano de 2005, época em que os índices de mortalidade atingiram o ápice:

> Em matéria de saúde, o problema mais grave é a desnutrição e, associada a ela, a mortalidade infantil. Em 2002 cerca de 15% das crianças menores de cinco anos da RD [Reserva de Dourados] eram consideradas severa ou moderadamente desnutridas. Para 2005 estimava-se que a taxa alcançava 16% entre crianças guarani (kaiowá e ñandeva), enquanto que 18% estavam em risco nutricional e existia 1% de obesas. [...] A desnutrição teria pesado na elevada taxa de mortalidade infantil existente na reserva, que em 2000 atingiu 47 crianças. Tal realidade se manteve em 2004 e 2005, anos em que foram contabilizadas quase 50 mortes anuais, considerada uma verdadeira epidemia com impacto a nível nacional e internacional. (AYLWIN, 2009, p. 54-55)

Se considerarmos as afirmativas de Aylwin (2009, p. 54-55), a situação de desnutrição nas aldeias guarani já era um problema significativo em 2002. Pelo discurso do jornal, constatamos que, no período entre 2002 e 2005, houve "oportunidades" a poucas crianças de terem um "tratamento eficiente" – e, certamente, não foram todas as vítimas que tiveram a alegação de tratamento impedido pelos pais.

A FUNASA ainda afirma que "a criança **chegou a ficar** internada no Centro de Recuperação de Desnutridos no final de 2003"; nesse enunciado, há o uso de um verbo implicativo afirmativo ("chegou a"), no qual está envolvida a "noção de condição necessária e suficiente" (NEVES, 2000, p. 35). Ou seja, para ser internada no Centro de Recuperação, a criança reunia as condições necessárias para ser considerada como desnutrida (e também para "ficar", ou seja, permanecer internada – noção de tempo longo nessa condição).

A FUNASA também alega que a criança "teria" sido levada embora do hospital pela família, caracterizando a interrupção do tratamento. O uso do verbo "ter" no futuro do pretérito expressa um acontecimento que ocorreu posteriormente a um momento de referência do passado (no caso, a retirada da criança pelos pais depois de esta ter sido internada no Centro de Recuperação). Segundo Fiorin (1996, p. 160), o futuro do pretérito tem, ainda, "o caráter de uma antecipação imaginária". Para o autor, enquanto o futuro do presente sugere uma expectativa, o futuro do pretérito "tem um valor

hipotético". A presença desse verbo no futuro do pretérito no enunciado – e de seu valor hipotético – marca de forma indireta, no discurso do jornal, uma alegação da FUNASA, pois a versão de que teriam sido os pais responsáveis pela retirada da criança é da instituição, e não do jornal. O jornal busca, por meio desse uso, eximir-se das afirmativas de omissão, deixando esse encargo para as instituições e para seus membros – trata-se da premissa de imparcialidade que adota todo veículo de imprensa, embora tal característica possa ser contestada em alguns momentos (como quando o leitor se questiona sobre o porquê de a versão da família da criança não constar na reportagem).

Mesmo nos silêncios do discurso midiático (como a ausência da versão dos índios sobre o problema abordado), estão presentes "efeitos de parcialidade" nas reportagens e notícias. Para o jornal, é válido publicar o fato em que há uma comprovação institucional, mesmo que haja evidência em contrário; não aparecem na reportagem os motivos que levaram os pais a tirarem a criança do hospital – o que, juntamente com termos como "omissão", leva o leitor a pré-julgamentos –, mas sim a versão da FUNASA e da FUNAI para o ocorrido. Outro fator a ser considerado é que o próprio olhar do jornalista responsável pela matéria tende a ser parcial: "Assim sendo, o acontecimento nunca é transmitido à instância de recepção em seu estado bruto; para sua significação, depende do olhar que se estende sobre ele, olhar de um sujeito que o integra num sistema de pensamento e, assim fazendo, o torna inteligível." (CHARAUDEAU, 2009, p. 95).

Ainda abordando a retirada antecipada da criança indígena do Centro de Recuperação, há a afirmativa do médico Antonio Aurélio de que "a criança **ainda** não apresentava **condições ideais** para suspender o acompanhamento nutricional". O uso do advérbio "ainda" expressa, de acordo com Neves (2000, p. 265), "um momento ou período determinado da enunciação ou de outro ponto do enunciado (fóricos)". Por "outro ponto", nesse caso, entenda-se o momento em que a criança foi retirada do hospital, e que caracterizou o tempo expresso pelo "ainda". A presença desse advérbio no enunciado classifica o momento da saída da criança do hospital como subsequente a outro momento, o de sua entrada, além de significar que, apesar de já ter dado entrada no hospital há um determinado tempo, a criança "ainda" não apresentava condições de receber alta.

Também há o sentido de que os responsáveis pelo tratamento fizeram tudo o que podiam fazer (apesar do possível trabalho da equipe médica, a criança "ainda" não estava em condições ideais), que também é expresso pelo enunciado seguinte: "Devido a **isso**, o médico **afirmou** também que **tentou** fazer o tratamento na casa da criança, mas segundo ele, a equipe foi impedida pelo pai, Vicente Isnardi, 24". O pronome "isso" desempenha, aqui, o papel de anáfora encapsuladora (SILVA, 2007, p. 197), pois se trata de um termo que remete a todo um trecho anterior ("a criança ainda não apresentava condições ideais para suspender o tratamento nutricional"); o termo também introduz e desenvolve a justificativa do médico para ter ido à casa da criança para tratá-la. A seguir, há a afirmativa de que o médico "tentou" tratar da criança, o que prenuncia que houve obstáculos a esse tratamento. De acordo com as acepções 3 e 5 do dicionário de Cegalla (2005, p. 818), "tentar" é, respectivamente, "esforçar-se por; procurar" e "ensaiar; arriscar"; o verbo confere ênfase ao trabalho do médico, que se esforçou para prosseguir com o tratamento à criança; no entanto, a atitude dos pais impediu sua entrada na casa.

Após abordar a tentativa do médico em continuar o tratamento da criança, o jornal introduz uma fala daquele para comprovar o ocorrido: "**Inclusive** ele **chegou a** usar palavras de baixo calão para nos **afrontar**. Como os ânimos estavam muito exaltados resolvi não seguir em frente para evitar conflitos". O uso do termo "inclusive" traz o efeito de sentido de que o enunciado é uma continuação de outro fato contado pelo médico (dissera ao jornal que havia sido impedido de entrar na casa, ou de tratar da criança). Segundo Neves (2000, p. 240), trata-se de um advérbio de inclusão, pois incorpora outros elementos a um fato já introduzido (além de ter sido impedido de continuar o tratamento, o médico também fora agredido verbalmente).

Ao descrever a agressão verbal que sofrera, o médico afirma que o pai da criança "**chegou a** usar palavras de baixo calão para nos **afrontar**", o que nos leva mais uma vez a utilizar o conceito de verbo implicativo afirmativo proposto por Neves (2000, p. 35), já que o uso da forma verbal "chegou a" equivale a uma afirmativa de que um determinado evento ocorreu de fato; a seguir, o médico usa o termo "afrontar" para denominar a forma como o pai o recebeu. O termo, além de ser definido como "ofender, insultar, injuriar", também significa "enfrentar, desafiar" (CEGALLA, 2005, p. 38) – ou seja, a atitude do pai é interpretada como um desafio, um enfrentamento ao poder

institucional que o médico representa, como uma forma de resistência a esse poder – o que vai ao encontro da afirmativa de Foucault (1990, p. 95) de que todo poder prenuncia uma resistência a ele.

Ao abordar o tema da resistência, Castells (1999, p. 25) afirma que as identidades de resistência são aquelas adotadas por indivíduos que se encontram em "posições desfavoráveis na sociedade": no caso dos índios, apesar de frequentemente terem de se adaptar a algumas modificações impostas pela cultura do branco, ainda adotam algumas formas de resistência às imposições.

É válido ressaltar que a falta da versão do próprio indígena ao ocorrido corresponde à invalidade de seu discurso ou de sua cultura, pois certamente há um motivo em sua atitude. Por que teria impedido o médico de tratar sua filha? De qualquer forma, a presença de formas de poder (aqui representada na figura do médico) prenuncia a resistência (FOUCAULT, 1990, p. 95).

O silenciamento da voz do pai da criança e de seus motivos para ter tomado determinada atitude contribui para a construção de uma imagem pouco favorável a seu respeito e consequentemente a respeito de seu povo, de uma forma geral. Nas palavras de Achugar (2006), tem-se a impressão de que os cidadãos foram classificados em categorias, nas quais alguns teriam direito à voz, e outros não. O "silêncio" do índio em P3 situa-o na condição dos que não têm direito a falar, ou a opinar.

Ao estabelecer-se essa condição para o índio, acaba-se por enfatizar as ações das outras categorias, uma vez que situar e filiar o Outro são maneiras de "estabelecer o posicionamento de quem fala, possibilita projetar ou inventar memórias, possibilita construir passados ou apagar histórias" (ACHUGAR, 2006, p. 32) – o que explica o porquê de algumas vozes terem sido caladas no decorrer da História, e outras terem-se tornado relevantes mesmo não tendo importância suficiente para tal. O silenciamento de vozes obedece a conveniências várias: talvez não fosse relevante à FUNASA, ou ao próprio jornal, que o discurso do guarani viesse à tona, talvez por trazer implicações a um sistema que, pela Constituição, comprometeu-se a zelar por eles[21], e que no fim só lhes oferece medidas paliativas.

[21] Cf. Art. 2º do Estatuto do Índio: "cumpre à União, aos Estados e aos Municípios, bem como aos órgãos das respectivas administrações indiretas" zelar pelos direitos e conferir benefícios e garantias aos índios quanto à sua integração e sobrevivência em seu meio.

A seguir, apresentamos a problematização do discurso de uma matéria do dia 29 de fevereiro de 2005, sobre a morte da sexta criança guarani por desnutrição; observa-se o discurso do índio, representado pelo sujeito-mãe:

> **P4 –** Morre a **6ª criança índia** em Dourados **–** Médico registra morte de causa desconhecida, porém a mãe da vítima diz que ela passava fome.

A reportagem trata da morte do indígena R. G. F., de dois anos de idade, cujo quadro de sintomas era compatível com desnutrição grave; no entanto, o ocorrido foi registrado no atestado de óbito como "causa desconhecida". De início, problematizamos nesse recorte o próprio título da reportagem, em cuja materialidade figura o numeral ordinal "6ª", referenciando a criança guarani morta por desnutrição. O numeral ordinal aparece para "indicar uma ordem numérica dentro de uma série" (NEVES, 2000, p. 591); além de ter uma função estatística dentro da notícia, também indica uma ordem numericamente definida pelo próprio jornal, uma vez que a presença do numeral ordinal na notícia não indica somente que ocorreram "x" mortes, mas também que as outras mortes foram publicadas sequencialmente pelo jornal.

Em seu papel de referenciação, o numeral ordinal desempenhou, nesse caso, o papel de referência endofórica (APOTHÉLOZ; CHANET, 2003, p. 64), por designar um referente localizado na própria notícia em que é referenciado – ou seja, o numeral "6ª" designou o referente "criança índia", presente no mesmo enunciado – porém esse numeral constitui-se também como uma anáfora associativa[22] (ADAM, 2008, p. 135), pois, por meio dele, tem-se o efeito de sentido de cinco mortes anteriores por desnutrição infantil indígena – ou, nas palavras de Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 188), "há uma ancoragem referencial" que "se opera em relação a um antecedente".

É necessário que se aborde, também, o aspecto midiático do uso do numeral ordinal: ao utilizar um número que indica uma série de mortes, o jornal chama a atenção do leitor para o número crescente de óbitos por desnutrição, ao mesmo tempo em que dá

[22] Cf. Adam (2008, p. 135): a anáfora associativa caracteriza-se pela retomada de elementos em um texto com base em conhecimentos lexicais: "[...] *um carro* fez um mergulho de 160 metros. Ferida nas costas, *a passageira* foi transferida de helicóptero para o hospital [...]. Quanto a*o motorista*, ficou apenas levemente ferido"; no exemplo, a associação dos termos *motorista* e *passageira* remete à palavra *carro*.

sequência a uma série de fatos que já vinham ocorrendo há algum tempo. Afinal, se ali está sendo noticiado que morreu a 6ª criança guarani, é porque as outras cinco mortes foram registradas como notícias. Também chama a atenção para o fato de que, apesar de já terem ocorrido as seis mortes, não foi tomada nenhuma providência para elucidar ou sanar a causa dos óbitos. Assim, o efeito de sentido implica a responsabilidade de outras pessoas por essas mortes (ou seja, ninguém fez nada para impedir que isso acontecesse).

Em P4, aciona-se, por meio do uso do numeral, a memória de outros discursos; segundo Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 325), trata-se de algo comum nos discursos midiáticos, em que se desenvolve uma "memória interdiscursiva" sobre enunciados que pertencem a discursos anteriores e que passam a funcionar sob regime de alusão.

Esse registro de mortes por desnutrição utilizando-se o numeral – bem como o referente "criança índia" – também está relacionado ao conceito de FD (PÊCHEUX, 2007, p. 160), por sua vez ligada aos conceitos de memória externa e memória interna (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 325). Em um primeiro momento, um determinado referente coloca-se dentro de uma cadeia de FDs anteriores: nesse caso, o referente "criança índia", ao ser utilizado pela primeira vez (supondo-se o início dos casos de desnutrição), é simplesmente associado a outras crianças indígenas, que não precisam necessariamente ter passado pela mesma situação; posteriormente, passa a fazer parte de uma memória interna, de forma a se constituir como parte integrante dessa rede de memórias (PÊCHEUX, 1999, p. 50), e não mais como um simples elemento de associação com outros. No enunciado em análise, o sintagma "criança índia" não é associado a uma criança saudável, mas a mais uma que faz parte de uma série de mortes por desnutrição, que ficou inscrita, por meio das repetidas notícias da mídia, na memória do leitor.

O registro de notícias em sequência também considera que o leitor do jornal seguirá tal sequenciação, adquirindo os jornais para se atualizar sobre as notícias: uma vez partindo-se de uma notícia – que classificamos como sendo a "primeira" –, as restantes não teriam sentido se não houvesse a complementação de outras. Segundo Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 445), "partimos de premissas (dadas) que não saberíamos aceitar sem admitir também uma ou outra conclusão".

Outra questão relevante em P4 é a presença do artigo definido "a" antes do numeral ordinal "6ª". Segundo Neves (2000, p. 391), "o artigo definido precede o substantivo. Ele ocorre, em geral, em sintagmas em que estão contidas informações conhecidas tanto do falante quanto do ouvinte". Da perspectiva discursiva, essa afirmação remete ao conceito discursivo de pré-construído (PÊCHEUX, 2007, p. 164): a menção à "6ª criança" aciona a memória discursiva de que houve outras cinco crianças índias que morreram da mesma forma; a articulação, no discurso, de pré-construídos leva-nos ao conceito de "Esquecimento nº 2" de Pêcheux, em que o sujeito imagina que todos compartilham o significado daquilo que diz, ilusão necessária do sujeito na busca de uma identidade fixa e única. (GUERRA, 2008, p. 49).

O artigo utilizado na notícia não remete a uma criança em particular que já tenha sido mencionada no jornal, mas qualifica-a como sendo uma entre outras da mesma categoria às quais ocorreu o mesmo fato – o que pode ser reforçado pela presença do substantivo (neste caso, usado como adjetivo, no lugar de "indígena") "índia", que a enquadra dentro de uma série já apresentada. A memória discursiva é ativada, portanto, por meio de "formulações recorrentes" (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 325), que fazem parte de discursos anteriores, os quais abordavam situações semelhantes. No caso do enunciado em análise, podemos situar esse discurso no plano complementar da História, em que o consideramos como "dominado pela memória de outros discursos": embora possa ser considerado como um suporte "perecível" quando falamos em memória (MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2004, p. 326), por não "conservá-la" de forma permanente, o jornal, ao articular "discursos constituintes" advindos de FDs políticas, jurídicas, médicas, suscita um constante retorno a discursos anteriores.

O subtítulo da reportagem também contém dados importantes a serem problematizados:

> **P5** – Médico **registra** morte de causa desconhecida, porém a mãe da vítima **diz** que ela passava fome.

De início, cabe aqui analisar o aspecto linguístico desse enunciado, a partir do uso de dois verbos, "registrar" e "dizer", no presente do indicativo, referindo-se a situações atuais. Perini (2010) situa o tempo presente em duas formas: presente simples (por ex., "Médico registra") e presente progressivo ("Médico está registrando"); tais formas "não são sinônimas" (PERINI, 2010, p. 221): o primeiro tem caráter permanente e pode ser mencionado a qualquer momento, e o segundo, limita-se ao momento em que o "registro" ocorre.

Diante disso, podemos classificar o tempo dos verbos descritos como presente simples, uma vez que exprimem um evento de propriedade permanente – o efeito de sentido que se tem é de que ambos, tanto o médico quanto a mãe da criança, sustentam continuamente suas versões do fato como verdades –, assim como exprimem uma noção de verdade geral, que independe de tempo.

Sobre o tempo presente, Fiorin (1996, p. 142), citando Benveniste, afirma que, "enquanto função do discurso, não pode ser localizado em nenhuma divisão particular do tempo crônico, já que ele as admite todas e, ao mesmo tempo, não exige nenhuma. Com efeito, o *agora* é reinventado cada vez que o enunciador anuncia". Pode ser classificado, ainda, como "presente omnitemporal ou gnômico" (FIORIN, 1996, p. 150), por possuir momento de referência ilimitado (pode ser citado continuamente, mantendo sempre o mesmo sentido).

Os dois verbos em análise também indicam, na perspectiva discursiva, uma oposição entre as falas do médico e da mãe da criança: "registrar" (proveniente de uma FD jurídica, por relacionar-se ao registro em atestado de óbito), quando se refere à atitude do médico quanto à causa da morte da criança, e "dizer", referindo-se à mãe nesse mesmo sentido. O verbo "registrar", utilizado, no enunciado, na 3ª pessoa do presente do indicativo, deixa marcas referentes ao "lugar de onde se fala", mencionado por Foucault (1996, p. 9), uma vez que, segundo o dicionário de Cegalla (2005, p. 737), "registrar" significa "transcrever, anotar; denunciar para que fique documentado; inscrever oficialmente; documentar". Nesse sentido, conforme reflexão de Foucault acerca do "suporte institucional" (1996, p. 17), a fala do sujeito médico ganha força pelo apoio da instituição à qual pertence, a qual lhe delega poderes de "documentar" um acontecimento de forma que este tenha efeitos de verdade.

Devemos considerar, porém, também a possibilidade de silenciamento por parte do médico, por supostamente estar omitindo dados para "encobrir" uma má atuação da instituição em que trabalha. Dessa forma, o próprio ato de registrar já carrega o efeito de sentido de silenciamento, pois, se no documento está dito que a *causa mortis* é desconhecida, torna-se nula a possibilidade de mais investigações acerca da morte da criança; nas palavras de Orlandi (2007, p. 12), "há um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não-dito absolutamente distinta da que se tem estudado sob a rubrica do 'implícito'"; ou seja, já não se trata somente de encobrir uma má-atuação da instituição, mas de impedir que outros fatos aconteçam a partir dessa atuação.

Além da característica de possuir efeito de verdade pelo seu significado e pelo seu suporte institucional, o verbo "registrar" deriva de "registro", o qual pertence a uma FD médica, pertencendo, portanto, ao discurso da Ciência. Segundo Foucault (1996, p. 17),

> [...] essa vontade de verdade, como outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um conjunto de práticas [...]. Mas ela é também reconduzida [...] pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído.

Partindo desse princípio, o documento expedido pelo médico – e sua condição de profissional institucionalizado – excluiria qualquer outra afirmação acerca da *causa mortis* da criança. O enunciado se completa, no entanto, nos seguintes termos: "[...] **porém** a mãe da vítima diz que ela passava fome". Nesse sentido, apesar de a fala institucionalizada do sujeito médico adquirir poder pelo lugar que ocupa (o médico pertencia a uma equipe da FUNASA – Fundação Nacional de Saúde -, vinda de Brasília, que estava instalada em Dourados), a conjunção adversativa "porém" estabelece uma contraposição à sua fala, diminuindo seu potencial efeito de verdade – além de estabelecer também uma oposição entre a versão do sujeito médico (não desnutrição) e a versão do sujeito-mãe (desnutrição). Podemos destacar também o verbo "dizer" no sentido de "declarar, revelar" (CEGALLA, 2005, p. 318, acep. 6), aliado ao fato de ter sido proferido pelo sujeito-mãe, que, sem dúvida, estava mais ciente de seus

sintomas, primeiramente, pelo fato de ser mãe; em segundo lugar, por conviver diariamente com casos parecidos na comunidade indígena.[23]

Embora tenha valor documental, o discurso do sujeito médico ainda é contestado em outro trecho da notícia:

> **P6** – **Apesar do** laudo médico **indicar** "causa desconhecida", Neuza [a mãe da criança] **deixou claro** ao jornal *Dourados Agora* e ao *O Progresso* que **não tem quase nada** para alimentar os filhos.

O operador discursivo **apesar de** "estabelece uma relação adverbial de concessão" (NEVES, 2000, p. 733) com a afirmativa do laudo médico, uma vez que expressa um estado de coisas contrário a essa afirmativa, sem contudo neutralizá-la – ou seja, embora o jornal divulgue a fala do sujeito-mãe com todos os fatos que o caracterizam como verdade, o discurso do sujeito médico – devidamente documentado – não é anulado por esse motivo. Tal discurso documentado aparece em P6 na forma de heterogeneidade mostrada em sua forma marcada (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 25), inscrevendo o outro na sequência discursiva por meio de aspas ("causa desconhecida", que aparece no discurso como parte do laudo médico).

Além do pensamento de Authier-Revuz (1990) sobre a heterogeneidade, cabe aqui a afirmação de Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 261), segundo a qual "a heterogeneidade mostrada corresponde à presença localizável de um discurso no outro fio do discurso". Pode-se classificar a heterogeneidade mostrada do enunciado em sua forma marcada por estar assinalada entre aspas. Da mesma forma como o discurso do médico surge como heterogeneidade mostrada, a fala de Neuza, a mãe, também pode ser classificada desse modo, uma vez que figura como discurso direto: o jornal afirma sobre a mãe ter "deixado claro" que "não tem quase nada para alimentar os filhos".

Pode-se dizer que, de certa forma – mesmo que sua fala não tenha valor de documento oficial, diferente do atestado de óbito –, o discurso da mãe da criança adquire também um forte sentido de verdade ao ser reforçado pelo jornal, que utiliza expressões como "deixou claro" para enfatizar sua fala ao público leitor. A escolha de

[23] Vale ressaltar, no entanto, que o discurso do médico, expedido em forma de documento, é o que foi oficialmente divulgado.

tais expressões para atribuir valores de verdade a um ou outro discurso leva-nos à teoria de Foucault (1996, p. 9) sobre a ordem do discurso, em que afirma ser a produção do discurso controlada por "procedimentos" que o limitam e o impedem de ser proferido aleatoriamente.

A escolha de determinados tipos de expressão linguística em notícias de jornal não é, portanto, algo aleatório; a necessidade do jornal de "afirmar a verdade" – ou passar o efeito de sentido de que está afirmando a verdade – leva a tais escolhas que, por sua vez, também obtêm, perante o público, a propriedade de "coagi-lo" a acreditar no que foi publicado: apesar de o argumento do sujeito-médico ter o suporte institucional (visto que pertencia a uma instituição de âmbito nacional), nele apenas é "indicado" que a *causa mortis* era desconhecida, enquanto o discurso do sujeito-mãe "deixa claro" que a criança passava fome. Este último discurso é apresentado de forma que não restem dúvidas a respeito dessa precária condição, o que acaba por diminuir o efeito de verdade do discurso institucional (levado a termo no discurso do sujeito-médico).

Cabe ressaltar, aqui, um contraponto entre os discursos de P5 e P6: enquanto em P5 o sujeito-médico "registra" e a mãe da criança "diz" (cabendo o valor de verdade àquele que se vale de um discurso posteriormente documentado, "registrado"), em P6, o médico "indica" e a mãe "deixa claro". Dessa vez, é ao sujeito-mãe que o jornal direciona sua "vontade de verdade", valendo-se de sua condição de suporte institucional. "A vontade de verdade apoiada sobre um suporte e distribuição institucional tende a exercer sobre outros discursos [...] uma espécie de pressão e como que um poder de coerção (FOUCAULT, 1996, p. 18). Assim, o discurso do sujeito-mãe ganha força por estar "documentado" no suporte "jornal", atuando dessa forma como valor de verdade para os leitores.

Outro detalhe relevante a ser problematizado em P6 é sobre as FDs presentes no enunciado: ali, estão presentes FDs jurídicas (ao mencionar o "laudo" médico); médicas (laudo "médico") e midiáticas (deixou claro "ao jornal"). A presença de termos de diferentes FDs faz que se delimitem espaços e se dividam opiniões no interior de um enunciado. Segundo Cardoso (2003, p. 130), "toda formação discursiva é associada a uma memória discursiva, constituída de formulações que repetem, recusam e transformam outras formulações"; assim, a FD jurídica, munida de todo o seu significado perante uma rede de sentidos associada à memória, pode repetir, recusar ou

transformar formulações pertencentes a outras FDs (ou seja, complementa ou estabelece oposição com as FDs médica e midiática).

No âmbito do conceito de FD, é relevante dizer aqui que toda formulação coloca-se em uma interseção que abrange o pré-construído (constituído pelo domínio da memória) e a linearidade do discurso, que, por sua vez, oculta o primeiro: o sujeito interioriza o pré-construído que sua FD impõe (CARDOSO, 2003, p. 130). O sujeito, em seus discursos, apresenta a tendência a expor o pré-construído como se fosse algo inerente à linearidade de seu discurso; assim, os discursos apresentados pelo jornal provêm de diferentes FDs, mas se apresentam como se obtivessem apenas um eixo de significação – em "laudo médico", por exemplo, as FDs fundiram-se em um significado de "documento médico com valor legal".

Destacamos, também, em P6, o trecho "... **não** tem quase nada", que seria o equivalente a "tem tudo", o oposto da situação retratada. Essa impressão é reforçada pelo uso do "não", sem o qual o enunciado ficaria da seguinte forma: "Neusa [...] deixou claro ao jornal *Dourados Agora* e ao *O Progresso* que **tem quase nada** para alimentar os filhos", o que qualificaria realmente a quantidade de alimentos que teria em casa. Sobre o uso do "não", Neves (2000, p. 285) afirma: "A negação [...] é um processo formador de sentido, agindo como instrumento de interação dotado de intencionalidade. A negação é, além disso, um recurso argumentativo (ou contra-argumentativo)"; no enunciado em análise, propicia um efeito de sentido contrário ao que pretendia o jornalista, dando margem a um contra-argumento (se havia tudo em casa, por que a criança teria morrido?)

O próximo recorte que selecionamos (P7), da edição de 4 de março, refere-se à reportagem "Situação de índios desnutridos é grave". Ressaltamos que tal reportagem integra as matérias da seção "Política" e traz o subtítulo "Secretário de Segurança Alimentar afirmou que 'nos anos anteriores a situação era ainda mais grave'".

> **P7 -** [...] José Giácomo Baccarin **lembrou** que os índios da aldeia têm contado com o auxílio da sociedade **civil** e que "toda sociedade branca tem que fazer um resgate do direito dos índios e dos quilombolas. [...] A situação das aldeias não se resolve a curto prazo. Na Guarani-Kaiuá, por exemplo, a população é de 11,5 mil pessoas oriundas de uma etnia que **não é originalmente agricultora**. São pessoas que eram **nômades, coletores**", destacou.

O verbo “lembrou”, destacado em P7, remete a algo que está fora do enunciado em análise: a reportagem não trata do “auxílio da sociedade civil”, mas Baccarin aciona a memória discursiva do público para um acontecimento externo (“o auxílio”), que se opõe ao tema central, que é a “situação grave” dos casos de desnutrição. A forma verbal no passado remete também ao “resgate dos direitos de índios e quilombolas”, provavelmente, já citado, em algum evento anterior. Em P7, a forma verbal “lembrou” aciona os pré-construídos, pois caracteriza-se como a marca de um discurso anterior em um enunciado – e que “se opõe àquilo que é construído no momento da enunciação” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 401). Ainda segundo os autores, o pré-construído apresenta-se como evidente, pois, uma vez dito, há a tendência de “esquecermos” quem foi seu enunciador – em P7, José Giacomo Baccarin cita, por exemplo, o resgate de índios e quilombolas, mas não menciona a origem desse discurso, ou a sua referência em outro evento.

Nota-se, no enunciado transcrito, o seguinte dado: “[...] os índios da aldeia têm contado com o auxílio da sociedade civil”. Aqui, o discurso da mídia, por meio do vocábulo “civil”, refere-se à sociedade envolvente – e, portanto, em condições de cidadania e civilização –, que se contrapõe ao índio em sua condição de suposto “não-civilizado”. O enunciado traz ainda a questão da subalternidade do índio em relação ao branco, quando não pode nem mesmo lutar por seus próprios direitos: “toda sociedade branca tem que fazer um resgate do direito dos índios [...]”. Nesse segmento, embora existam tentativas de se incluir o índio na sociedade (é recorrente o tema “inclusão”), sua voz ainda é considerada um “balbucio”, que só é ouvido quando se mostra conveniente às outras classes (ACHUGAR, 2006). Os substantivos “nômades” e “coletores”, transcritos em P7, reforçam essa ideia do índio como alguém despreparado para integrar a sociedade e, dessa forma, limitado pela própria etnia. Há ainda o pronome indefinido “toda”, que se refere à sociedade de um modo geral, como se as medidas para sanar o problema não dependessem totalmente do poder público**,** uma vez que somente ele tenha a autoridade e o poder suficientes para produzir políticas públicas.

Outro dado que chama a atenção é a afirmativa de que a etnia Guarani-Kaiuá [sic] “não é originalmente agricultora”, justificada pela afirmação de que eram “nômades e coletores”. Tais enunciados mostram que os guarani têm sido vistos de

acordo com a ideia de trabalho predominante na sociedade envolvente, que é caracterizado pelos processos de produção. Nas comunidades indígenas, esse significado da palavra "trabalho" não é aplicável (RAMOS, 1988, p. 26), pois há ali uma flexibilidade maior de tempo em que não há as obrigações de cumprimento de horários ou de metas. A atribuição de adjetivos como "nômades" e "coletores" também mostra uma desvalorização do modo de vida dos índios guarani, numa demonstração de desconhecimento a respeito de sua cultura e seus costumes.

Vale problematizar, também, o significado das expressões "nômade" e "coletor" – respectivamente definidos como "pessoa que não tem residência fixa, errante" (CEGALLA, 2005, p. 610) e "encarregado de recolher o lixo urbano"[24] (CEGALLA, 2005, p. 209). Em suma, trata-se de uma quase definição dos índios como moradores de rua ou, para usar um termo mais rude, "mendigos", caracterizados como a parte da população que se situa às margens da sociedade. Ao remetermos esse trecho do discurso de Baccarin à parte em que diz que os índios precisam do auxílio da sociedade civil, citamos Souza (2003, p. 147): aqueles que estão à margem da sociedade de alguma forma sempre dependeram de alguma ação por parte das camadas mais altas, e não se desenvolvem por si próprios.

O discurso de José Giácomo Baccarin é marcado pela heterogeneidade mostrada, pois vem situado entre aspas, caracterizando uma forma de inscrever "o outro na sequência do discurso" (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 25). A sua afirmativa de que a sociedade branca deveria fazer um "resgate" dos índios e quilombolas também é significativa: segundo Cegalla (2005, p. 747), "resgatar" equivale a "salvar", "compensar". Isso significa que, segundo Baccarin, os direitos de índios e quilombolas algum dia existiram efetivamente, e a responsabilidade dessa recuperação de direitos cabe ao restante da população. Outro efeito de sentido que se pode atribuir ao verbo no infinitivo "resgatar" é o de "salvar", o que reforça a imagem do índio como "vítima", "frágil", alguém com necessidade de ser resgatado.

A seguir, uma análise do recorte referente ao discurso do prefeito sobre a situação de desnutrição dos índios:

[24] Embora o termo esteja diretamente associado ao fato de os índios, de uma forma geral, coletarem o que a natureza oferece, o que abordamos aqui é o efeito de sentido que tal expressão proporciona ao leitor, que diariamente é informado pelos jornais sobre a situação dos índios guarani nas aldeias – e as expressões utilizadas pelos jornais geralmente levam a julgamentos acerca dessas condições.

> **P8 -** O prefeito de Dourados, Laerte Tetila, **afirmou** que a cidade **ficou com a imagem de índios desnutridos**, divulgada inclusive internacionalmente, **mas** que muitas das crianças que foram mostradas pela televisão são oriundas de outros municípios, atendidas por um centro de saúde construído na aldeia de Dourados. O prefeito **afirmou** que a aldeia sofre com problemas gravíssimos, causados por uma situação histórica "cada vez mais explosiva". **De acordo** com o prefeito, a aldeia lida, entre outros problemas, com alcoolismo, uso de drogas ilícitas, prostituição, contaminação por HIV, grande quantidade de suicídios, arrendamento de terras para plantio de soja e a presença de 25 seitas religiosas diferentes que disseminam o preconceito e a discriminação.

O verbo destacado em P8 – "afirmou" - está caracterizado no enunciado de forma a depender do momento de enunciação do narrador, e não do interlocutor (uma vez que está inserido em um discurso indireto). Como situação em relação ao momento de enunciação do narrador, apresenta simultaneidade com o verbo seguinte ("ficou"), caracterizando uma "simultaneidade do *verbum dicendi*" (FIORIN, 1996, p. 179). Discurso citado e discurso citante são idênticos, uma vez que este último também é enunciativo (tanto o jornalista quanto o prefeito enunciam, utilizando verbos *dicendi* simultâneos). Dessa forma, o discurso do prefeito funde-se ao discurso jornalístico, deixando nessas falas marcas e efeitos de seu discurso.

Na questão do sentido do verbo "afirmar", o discurso do prefeito, inscrito no discurso do jornal como heterogeneidade mostrada por meio do discurso indireto (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 25), é introduzida pelo verbo no pretérito perfeito "afirmou" – modo indicativo que, segundo Cegalla (2005, p. 36), tem o sentido de "declarar", "confirmar", "garantir". Assim, o discurso da autoridade em questão é marcado por uma forma verbal que impõe efeitos de sentido que demonstram o lugar de onde fala, o que influencia significativamente o que está para ser dito. Quanto à força do discurso institucional, importa aqui evocar Foucault (1996, p. 18), para quem, quando há um suporte institucional, há influência considerável (que o autor caracterizou como "pressão") sobre os outros discursos.

Em "a cidade **ficou** com a imagem de índios desnutridos", o verbo "ficar", no pretérito perfeito, indica a ação como "algo acabado", o que marca "uma descontinuidade na continuidade do momento de referência e, portanto, como algo

dinâmico, visto do exterior" (FIORIN, 1996, p. 155). Entendemos como "momento de referência" uma suposta época em que os índios não tinham a imagem de desnutridos, a qual foi "descontinuada" ao serem divulgadas, "inclusive internacionalmente", as mortes por desnutrição – o que reforça também o efeito de sentido de que, para o prefeito, mesmo que haja crianças morrendo por desnutrição, isso não importaria tanto se as mortes não fossem divulgadas, pois, enquanto esse fato fosse silenciado/omitido, não haveria responsáveis por isso.

O discurso do prefeito aborda ainda uma "situação histórica", o que nos leva a uma reflexão sobre a condição do índio no decorrer da História do País, na qual foi subjugado pelos colonizadores e pelas gerações subsequentes. Em um estudo sobre a relação entre colonizador e índio, Holanda (1995, p. 44) afirma: "Esse tipo humano [o colonizador] ignora as fronteiras. No mundo tudo se apresenta a ele em generosa amplitude e, onde quer que se erija um obstáculo a seus propósitos ambiciosos, sabe transformar esse obstáculo em trampolim".

Por ter sido escravizado e por ter uma cultura diferente, o índio guarani continua a ser um "trampolim", ou seja, ele serve a propósitos políticos, quando seus problemas são tratados na base do assistencialismo, e a propósitos comerciais, quando sua imagem é explorada pela mídia, por exemplo. Assim, dessa vez o que contribui para tal imagem não é a necessidade de seu trabalho braçal, mas sim o sucesso de manobras políticas e as vendagens significativas de jornais proporcionados pela articulação de sua imagem e de sua situação na sociedade.

Mais do que abordar o papel do índio na história do país, a expressão "situação histórica" remete às administrações anteriores à de Laerte Tetila, como se o problema em questão não tivesse origem em sua gestão e, portanto, a "culpa" e a responsabilidade pela situação não pudessem ser imputadas a ele.

No enunciado proferido pelo prefeito, há uma contradição quando afirma que a cidade "ficou com a imagem de índios desnutridos", o que significa que, em épocas passadas, não havia tido problemas dessa natureza – embora o próprio prefeito atribua tais problemas a uma "situação histórica", ou seja, oriunda de governos passados. O discurso do prefeito ainda carrega outros efeitos de sentido: ele afirma, em dado momento, que a aldeia enfrenta problemas como alcoolismo, drogas, suicídios e doenças, e insinua que os índios arrendam suas terras para plantio de soja. Sendo um

território indígena, por lei estaria impedido de ser feita qualquer espécie de transação financeira sobre ele – e a responsabilidade sobre esse feito seria do poder público, que, omisso quanto à questão indígena, deixou que tal fato ocorresse.

Na sequência do enunciado "[...] ficou com a imagem de índios desnutridos", há uma justificativa de Laerte Tetila: "Mas [...] muitas das crianças que foram mostradas na televisão são oriundas de outros municípios [...]". O operador "mas", além de demonstrar que o prefeito se eximia da totalidade da culpa (afinal, nem todos os casos relatados estariam sob seu "território" de governo), também estabelece uma relação de oposição ao que a imprensa afirmava, ao se apresentar no enunciado como um argumento definitivo. Foram mostrados pela mídia vários casos de desnutrição associados à região de Dourados, "mas" muitos não eram dessa região – contrariando o que havia sido divulgado "inclusive internacionalmente". Sobre a função do operador "mas", Neves (2000, p. 755) afirma que "evidencia a exterioridade entre dois segmentos coordenados, e [...] coloca o segundo segmento como de algum modo diferente do primeiro". Nessa perspectiva, afirmamos que o prefeito empreende de certa forma uma "discussão" com a mídia, buscando contradizer o que havia sido divulgado por ela sobre os fatos que aconteciam sob a sua gestão.

O discurso do prefeito Laerte Tetila traz FDs da política, por abordar medidas políticas a serem tomadas e por se referir a outras gestões ("problemas gravíssimos" causados por uma "situação histórica"); FD jurídica, quando o prefeito menciona o uso de drogas "ilícitas" pelos índios; FD médica, ao ser mencionada a "contaminação por HIV" de membros da tribo; e FD religiosa, quando argumenta sobre as diferentes "seitas religiosas" presentes nas aldeias. Sobre esta última, ainda há um dado curioso: o prefeito afirma serem as diferentes seitas religiosas das aldeias "disseminadoras" do preconceito e da discriminação. O verbo "disseminar" – definido por Cegalla (2005, p. 315) como "espalhar, difundir, propagar" – geralmente está ligado à propagação e difusão de doenças e epidemias; há uma transgressão do discurso religioso – o que nos leva a concluir que o preconceito e a disseminação mencionados por Tetila tinham na tribo a força de destruição de uma doença ou epidemia, contribuindo também para a condição em que os índios se encontravam. Assim, há o efeito de sentido de que o índio é facilmente "manobrável" por fatores espirituais, a tal ponto que pode ser prejudicado e prejudicar a comunidade por determinados tipos de crenças.

Em P8, há ainda a presença da expressão conformativa "de acordo com": "**De acordo** com o prefeito, a aldeia lida, entre outros problemas, com alcoolismo [...]". Tal expressão possui, no enunciado em análise, a propriedade de anular, de certa forma, a voz do sujeito-índio sobre sua própria situação; assim, apenas a versão do sujeito-prefeito tem validade. Segundo Guerra (2010, p. 41-42), neste caso, "restam apenas os elementos que estão em conformidade com o mundo dos brancos, com a escrita de sua lei", o que "silencia a voz do outro, do índio". A validade da versão do prefeito é confirmada ainda pelo seu lugar de poder na sociedade: como prefeito da cidade, mais do que qualquer outro cidadão, suas palavras obtêm um valor de verdade que é assegurado pelo lugar que ocupa (FOUCAULT, 1996, p. 17).

No próximo recorte, problematizamos afirmativas da FUNASA no discurso do jornal, mais uma vez abordando "o número de mortos", na edição do dia 2 de maio de 2005:

> **P9 -** Funasa **diz** que o número de mortos caiu – Dados da Fundação Nacional de Saúde **apontam** uma redução nas mortes de crianças indígenas em MS (Dourados) – A Funasa – Fundação Nacional de Saúde – **está comemorando** o resultado do trabalho desenvolvido desde fevereiro em Dourados, quando iniciou uma "força-tarefa" para **tentar reduzir** e **até acabar** com os casos de morte entre crianças indígenas menores de 6 anos provocados pela desnutrição.
> Segundo números da Fundação, em janeiro morreram 4 crianças, em fevereiro o número pulou para 8, em março foram 3 mortos, e em abril apenas um [sic] morte.
> "Apenas uma destas mortes tem a desnutrição como causa principal. Em 8 casos a desnutrição estava associada a doenças e o restante das mortes é em decorrência de doenças diversas", explicou o médico da Funasa, Antonio Fernandes.

Em P9, o jornal introduz a matéria com o título "Funasa **diz** que o número de mortos caiu", utilizando o verbo *dicendi* "dizer", que caracteriza o modo como foi falado (a FUNASA "disse"). Ao empregar esse verbo, o jornal se exime das afirmativas sobre as estatísticas, delegando-as à instituição; assim, caso surgissem posteriores afirmativas que as contestassem, a credibilidade do jornal não seria afetada. O uso de tais verbos na elaboração da matéria jornalística geralmente mantém o veículo de comunicação distante de supostas estratégias utilizadas por suas fontes (no caso de P9, a fonte da informação é a FUNASA). Segundo Charaudeau (2009, p. 75-76):

> Quando a fonte é constituída por uma instância intermediária proveniente de outros organismos profissionais (agências de imprensa, outras mídias) ou de serviços de informações especializados ligados a diferentes corporações políticas, administrativas, sindicais ou associativas, as mídias, a menos que se trate de um regime totalitário, sabem que estão engajadas em uma luta de influência, que tanto pode ser através do apelo à corrupção quanto através de estratégias de produção de *barrigas* (notícias falsas), por parte da fonte. Por exemplo, o serviço de imprensa de um político pode divulgar uma falsa agenda, ou uma agenda truncada, de seus deslocamentos, pode lançar uma informação secundária para atrair a atenção, desviando-a de informações mais importantes que procura preservar, evitando, assim, que se tornem públicas.

Dessa forma, por meio da escolha de determinados tempos verbais ou vocábulos para dispor a notícia em sua pauta, o jornal leva a termo estratégias de prevenção aos fatores de manipulação de notícias mencionados por Charaudeau (2009). Pelo viés do autor, é válido considerar que as instituições, por mais credibilidade que inspirem, podem forjar dados para transmitir efeitos de sentido referentes à sua produtividade ou porcentagem de sucesso em suas interferências, já que nem tudo o que o jornal publica está acessível à conferência do público leitor. Os leitores não podem, por exemplo, certificar-se de que os números das estatísticas são verdadeiros, o que é comum quando a mídia se refere também a políticos (quantas pessoas investigam a vida ou o trabalho de um candidato antes de votar nele?).

Outro verbo articulado no discurso da FUNASA é o verbo "apontar", em "Dados da Fundação Nacional de Saúde **apontam** uma redução nas mortes de crianças indígenas em MS (Dourados)". Segundo o dicionário de Cegalla, (2005, p. 75), "apontar" é "sugerir, mostrar", o que significa que os dados da FUNASA indicam a redução da morte de crianças entre os índios guarani de Dourados; consideramos também que a presença desse verbo pertence a uma FD institucional, uma vez que a instituição geralmente divulga os dados de seu trabalho ao público com base no que suas próprias estatísticas consideram.

No que diz respeito ao uso de verbos, destacamos também a perífrase verbal "está comemorando", tanto pela sua classificação quanto pelo efeito de sentido que confere à situação retratada. Acompanhada pelo auxiliar "está", a forma "comemorando" confere uma noção de atualidade ao enunciado, de algo momentâneo,

em oposição ao presente durativo e omnitemporal, que expressa fatos permanentes, que se pretendem como "verdades eternas" (FIORIN, 1996, p. 151-152). Assim, embora a comemoração esteja ligada ao sucesso de uma interferência da instituição, o uso dessa forma de presente atual traz o efeito de sentido de que tal sucesso é momentâneo e que ainda há muitos resultados a serem alcançados – ou seja, no momento, a FUNASA "está comemorando" o resultado de trabalho de um dado período, mas essa "comemoração" não é garantida para momentos posteriores; não existe a certeza de que as estratégias terão êxito no futuro.

Os resultados "comemorados" pela FUNASA incluem os seguintes fatos: "Segundo números da Fundação, em janeiro morreram 4 crianças, em fevereiro o número pulou para 8, em março foram 3 mortos, e em abril apenas um [sic] morte". Segundo o médico da FUNASA, Antonio Fernandes, apenas uma das mortes estava relacionada de forma direta à desnutrição; portanto, em seu "escore" de resultados contra a desnutrição, consta somente essa morte, e as outras desconsideram-se por resultarem de "doenças diversas" – o que, na linha de pensamento da instituição, é algo digno de comemoração. Desconsidera-se, porém, que haja outros trabalhos a serem desenvolvidos pelo sistema de saúde.

No que se refere à produção de sentidos proporcionada pelo verbo "comemorar", nesse caso, afirmamos que está ligada tanto ao momento da enunciação (uma vez que é construída por forma verbal que representa o presente atual) quanto a contextos sociais, históricos e ideológicos. Independente do fato de terem ocorrido dezesseis mortes no trimestre, houve uma "comemoração" que envolvia tais mortes. Não cabe a essa problematização, contudo, julgar as atitudes da instituição, mas sim questionar: havia já motivos para comemorar? Embora houvesse redução no número de mortes, elas ainda perdurariam pelo restante do ano de 2005, causando eventos sociais e políticos significativos, como revolta por parte dos próprios guarani e afastamento de algumas autoridades de seus cargos em decorrência do uso indevido de verbas destinadas à resolução do problema da desnutrição na região.

Embora as instituições (como a FUNASA) tenham ao redor de si uma "aura" de credibilidade quase inquestionável, elas se baseiam comumente em costumes e opiniões públicas, como sustenta Holanda (1995, p. 86), ao afirmar que, desde o princípio (quando o Brasil estava em processo de colonização), "era preciso, para se fazerem

veneráveis, que as instituições fossem amparadas em princípios longamente consagrados pelo costume e pela opinião", baseadas na tradição de domínio dos portugueses sobre os indígenas à época. Embora a "incapacidade legal" dos índios, de forma geral, tenha terminado com a Constituição Federal de 1988, os indígenas da Reserva Indígena de Dourados continuam sendo tratados pelas instituições como se fossem "incapazes", sem terem reconhecido "o direito de autonomia que lhes corresponde em suas decisões internas, como seus direitos civis como cidadãos fora da comunidade". (AYLWIN, 2009, p. 60).

A afirmativa de que a FUNASA estaria "comemorando" os resultados obtidos com a força-tarefa revela o seu poder como instituição, que visa a resultados e a dados estatísticos a seu favor, e também a fragilidade da população indígena, que permanece sem reação diante desse sistema. Ressaltamos a falta de voz do índio guarani, que não aparece para expor a sua versão e suas condições; o que consta no discurso é somente a fala institucional, da FUNASA ou de um de seus representantes (médicos). O silenciamento do índio é uma negação de sua condição de cidadão, que possui direitos garantidos pela Constituição Federal – e a predominância do discurso institucional corrobora o que Foucault (1990, p. 100) afirmou sobre o fato de os mecanismos de poder serem projetados pelo discurso.

O jornal explica ainda que a força-tarefa teve por objetivo "**tentar reduzir** e **até acabar** com os casos de morte entre crianças indígenas menores de 6 anos provocados pela desnutrição". O uso de verbos como "tentar" e da preposição "até" revela a dificuldade em se reduzir ou acabar com as mortes por desnutrição – uma "tentativa" revela um "esforço" em contornar uma situação difícil (CEGALLA, 2005, p. 818), enquanto o "até" expressa uma possibilidade, ou seja, mesmo sendo difícil, poderiam conseguir "até mesmo" acabar com a desnutrição por meio da força-tarefa. O operador argumentativo "até", nesse caso, pode ser considerado também em seu aspecto terminativo-durativo – se eliminarmos a conjunção "e" do enunciado, fica "tentar reduzir até acabar", que revela "o ponto final de um processo (terminativo) que dura no tempo (durativo)" (FIORIN, 1996, p. 173) –, uma vez que a ação da força-tarefa duraria um determinado tempo até que o problema da desnutrição tivesse um fim.

O próximo recorte a ser problematizado refere-se à reportagem "Doações estão paradas na sede da Funai", publicada no dia 5 de maio de 2005. Ao mesmo tempo em

que aborda a questão das mortes de crianças guarani por desnutrição, a matéria trata de problemas envolvendo a distribuição de cestas básicas aos índios. O coordenador da FUNASA à época, Lourival Barbosa, justificava a não entrega das cestas básicas afirmando que não havia índios "passando fome":

> **P10** – "Eu te **garanto** que você não encontra nenhuma família passando fome aqui na reserva de Dourados, porque todas nossas equipes estão **empenhadas** num programa para **detectar** algum problema de faltas de mantimentos e aí, imediatamente, já enviamos cesta básica. É por isso que **asseguro** que hoje não tem mais nenhum índio passando necessidade nas aldeias de Dourados", **garantiu** Lourival Barbosa, da Funasa.

Observa-se, mais uma vez, a inserção da fala de autoridade no discurso por meio da heterogeneidade mostrada, em sua forma marcada: o uso de aspas "altera a unicidade aparente da cadeia discursiva" (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 29), trazendo o discurso do outro para o discurso do jornal; o outro, por sua vez, propicia por sua fala efeitos de sentido que lhe dão valor de verdade, por originar-se de um suporte institucional. (FOUCAULT, 1996, p. 17).

O discurso do coordenador da FUNASA torna-se enfático pela presença de verbos no presente do indicativo, modo verbal que "apresenta uma ação ou um estado como fato real" (CEGALLA, 2005, p. 491). Ao dizer "Eu te **garanto**" e "É por isso que **asseguro**", a fala do coordenador, além de ter seu discurso enfatizado pelo seu papel de representante de uma instituição (FUNASA), ainda se compromete inteiramente com esse discurso: "garantir" e "assegurar", verbos de sentido semelhante, significam "asseverar", "defender", "tornar seguro", "afirmar com segurança" (CEGALLA, 2005, p. 446 e 92, respectivamente), que revelam um grau de adesão alto a esse comprometimento. Isso porque "garantir" e "assegurar" também acionam uma memória discursiva que traz como efeito de sentido a responsabilidade por sua afirmativa, se ela se revelar contrária ao que ele afirma.

Em P10 observamos, mais uma vez, a ocorrência de *verba dicendi*: "garanto" e "asseguro", utilizados pelo discurso do coordenador da FUNASA em conjunto com "garantiu", empregado pelo jornalista – este último, assumindo uma posição de posterioridade em relação aos outros e reafirmando seus efeitos de sentido; observa-se,

assim, a concomitância entre o discurso do coordenador e o discurso do jornalista. O emprego desses verbos, associados ao discurso do coordenador, situa também o lugar de poder que este ocupa, e que lhe confere autoridade para "garantir" e "assegurar" algo.

Também destacamos, em P10, o fato de Lourival Barbosa afirmar que as equipes da FUNASA estariam "empenhadas" em "detectar" as faltas de mantimentos na reserva. O uso desses dois termos vem confirmar, no enunciado, o fato de que as famílias não estariam passando fome; caso contrário, esse problema já teria sido "detectado". Aqui, o significado do verbo "detectar", de acordo com Cegalla (2005, p. 304), é "revelar ou perceber a existência de algo que está escondido; identificar; descobrir", o que nos remete a P5 e P6, quando afirmamos que houve um silenciamento no discurso do médico da FUNASA a respeito da *causa mortis* da criança, e que este estaria ocultando o verdadeiro motivo da morte; se há algo para ser detectado, é porque está oculto de alguma forma.

No próximo item, problematizamos os discursos do jornal *Folha On-line*, constituídos de nove recortes analisados sob o aporte da Análise do Discurso.

3.2 *Folha On-line*: a repercussão da desnutrição indígena no país

Dentre os variados assuntos abordados pela *agenda-setting* da *Folha On-line*, os casos de desnutrição infantil entre os índios guarani de Dourados fizeram parte de sua pauta, fazendo que o assunto se tornasse parte integrante também dos interesses do público de todo o país. Neste item, os nove excertos extraídos do *Folha On-line* seguem a sua numeração própria, antecedidos da inicial do nome do jornal, com o intuito de propiciar maior destaque aos enunciados. O primeiro recorte a ser analisado – "Cresce mortalidade infantil indígena", do dia 25 de janeiro de 2005 – refere-se ao crescimento da mortalidade infantil nas aldeias de Dourados e de possíveis causas para a desnutrição das crianças indígenas:

> **F1 – A** desnutrição **e** mortalidade infantil estão relacionadas à falta de terra e os casos de alcoolismo entre os índios, **afirmou** o coordenador-regional da Funasa, Gaspar Hickman.
> "**Os** pais bebem e abandonam **os** filhos em casa. **As** crianças ficam **até três dias** sem comer", afirma a nutricionista Cíntia Naito que coordenada [sic] o programa de vigilância nutricional nas aldeias.

Em um primeiro momento de problematização do recorte da *Folha On-line*, é relevante que se destaque a generalização da figura do índio mediante o uso do genérico "indígena"; em nenhum momento da reportagem fica claro a qual etnia pertenciam as crianças, ou seus pais. Isso deixa margem para que o leitor imagine que todos os índios, de uma forma geral, procedam da forma descrita no enunciado, e não que se trata de casos isolados.

O fato de a reportagem descrever os índios guarani como alcoólatras, desnutridos e relapsos com seus filhos desconstrói, de certa forma, a imagem "romântica" do índio que foi forjada, de forma geral, no decorrer da história do país. No século XVIII, era comum a exploração do binômio tropical Índio-Natureza, e as obras que exploravam tal temática eram direcionadas ao público europeu – na época, os olhos do mundo se voltavam para a Europa (AMOROSO; SÁEZ, 2004, p. 238). Desta forma, ficou consolidada a imagem do índio como saudável e naturalista pelas pessoas "de fora". A *Folha On-line*, veiculada no Estado de São Paulo, de certa forma reflete essa idéia de forma oposta: os índios de Mato Grosso do Sul são mencionados em condições de extrema miséria e abandono, e essa imagem é propagada para fora do estado – e a representação do índio guarani (e dos outros índios de forma geral) que permanece é justamente aquela divulgada pela mídia.

No que concerne à materialidade linguística do recorte, no enunciado "**A** desnutrição **e** mortalidade infantil", o artigo definido em destaque aponta os casos de desnutrição como específicos, e não como fatos isolados, e traz, portanto, "uma informação conhecida tanto do falante quanto do ouvinte" (NEVES, 2000, p. 391). A autora afirma ainda que o artigo tem sua ocorrência efetivada em sintagmas referenciais, exercendo, no caso do enunciado em análise, a função de referência indireta, por depender "exclusivamente do conhecimento compartilhado entre falante e ouvinte, e os interlocutores sabem a que entidade se faz referência" (NEVES, 2010, p. 391). Também Roncarati (2010, p. 59) afirma que o uso do artigo definido pode ser classificado ainda

como uma forma de expressão referencial com descrição definida, por fazer remissão a elementos que estão fora do momento do enunciado. Assim, quando se menciona "**A** desnutrição", os leitores já a associam às diversas ocorrências anteriores, cuja característica de constância e progressão é ainda confirmada pelo título da reportagem, "Cresce mortalidade infantil indígena".

Ressaltamos também o uso que o jornalista faz da conjunção coordenativa "e", em "A desnutrição **e** mortalidade infantil": Segundo Perini (2010, p. 160), a coordenação, juntamente com a subordinação, compõe a dupla de processos básicos que juntam unidades de uma mesma classe para se formar uma classe maior; dessa forma, a coordenação não ocorre apenas no nível de composição de um enunciado, mas também na coordenação de sintagmas nominais, como no excerto analisado. Neves (2000, p. 739) ressalta que a conjunção "e" "marca uma relação de adição entre os segmentos coordenados", de forma que, no caso do enunciado em análise, os segmentos "desnutrição" e "mortalidade" estão estreitamente relacionados, e tal relação é demonstrada pelo uso da conjunção coordenativa. Na perspectiva discursiva, afirmamos que o efeito de sentido proporcionado por tal conjunção é de que não há desnutrição sem mortalidade, o que indica uma impossibilidade de solução para o problema da desnutrição, além de ressignificar ambos os vocábulos. Observa-se que, ao invés de especificar cada palavra por meio de artigo (**A** desnutrição e **a** mortalidade), o enunciado do jornalista estabelece uma relação de sinonímia entre elas, ao publicar como "**A** desnutrição **e** mortalidade" – passando ao leitor o efeito de sentido de que ambas são indissociáveis – ou seja, a desnutrição nas aldeias sempre resultaria em morte.

Em "A desnutrição e mortalidade infantil estão relacionadas **à** falta de terra e **os** casos de alcoolismo entre os índios", também há a ocorrência de artigos definidos (no caso de "**à** falta de terra", o artigo está junto a uma preposição, em uma fusão denominada crase) fazendo referência exofórica (APOTHÉLOZ; CHANET, 2003, p. 64): ambos os "fenômenos" estão relacionados a fatores exteriores ao enunciado – os conflitos decorrentes da falta de terra e o alcoolismo relacionado aos índios eram, e são, constantes na grade de notícias dos jornais, o que justifica a constante remissão a estes dados referenciais. O fato de tais dados – alcoolismo, falta de terra, desnutrição – serem constantemente referenciados nos jornais alude à "fixidez na construção ideológica da

alteridade", mencionada por Bhabha (1998, p. 105). Segundo o autor, quando há constante repetição de dados referentes a uma determinada classe, etnia ou gênero, existe o desejo de manter certos estereótipos, com o objetivo de manter o poder de outras camadas da sociedade. Ou seja, ao serem referenciados com frequência na condição de "alcoólatras", "sem terras" e "desnutridos", tal repetição os deixa permanentemente nessas condições, garantindo que permaneçam (pelo menos em termos de memória) os mesmos em todos os processos de evolução da História e do discurso, produzindo efeitos de verdade e reforçando a imagem dos demais como "superiores".

Em "A desnutrição e mortalidade infantil estão relacionadas à falta de terra e os casos de alcoolismo entre os índios, **afirmou** o coordenador-regional da FUNASA, Gaspar Hickman", o verbo em destaque caracteriza o enunciado que o precede como um discurso indireto; porém o verbo não introduz o enunciado, mas sim o encerra, o que provoca um efeito de sentido de que o discurso do coordenador se funde ao discurso do jornal – se, por exemplo, tivéssemos o enunciado "O coordenador-regional da FUNASA Gaspar Hickman afirmou que a desnutrição e a mortalidade estão relacionadas à falta de terra e os casos de alcoolismo entre os índios", a introdução da fala do coordenador pelo verbo revelaria um grau de adesão maior deste em relação a esse discurso.

Com relação ao tempo verbal empregado em "afirmou", trata-se do pretérito perfeito, que designa uma ação como "algo acabado, como uma descontinuidade (um ponto) na continuidade do momento de referência e, portanto, como algo dinâmico, visto do exterior" (FIORIN, 1996, p. 155); quanto a seu significado, o verbo é sinônimo de "declarar com firmeza", "asseverar", "consolidar" (AMORA, 2003, p. 19), de modo que traz para o enunciado um efeito de verdade, uma vez que consolida uma posição de certeza por parte do enunciador. O uso desse verbo também designa o lugar de onde se fala (FOUCAULT, 1996, p. 9); seu valor de verdade provém do fato de que foi proferido por alguém cujo poder é institucionalizado – segundo Foucault (1996, p. 17), a "vontade de verdade" de um discurso (e seu poder) apoia-se sempre sobre um suporte institucional. O verbo "afirmar" é usado também para consolidar a fala da nutricionista, quando esta enumera os motivos pelos quais as crianças morrem por desnutrição.

A respeito da fala da nutricionista, sua forma de inscrição no discurso do jornal é por meio do uso de aspas, caracterizando a forma de heterogeneidade mostrada de

forma marcada ou explícita (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 261); trata-se da representação de um discurso diverso dentro do discurso de outro, da inserção de um "exterior específico" de forma a operar certa "constituição de identidade" para o discurso (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 31). O discurso da nutricionista inserido no discurso jornalístico confere a este uma identificação com uma FD médica, carregando em si considerações médicas a respeito do problema em questão.

Em "**Os** pais bebem e abandonam **os** filhos em casa. **As** crianças ficam até três dias sem comer", os artigos definidos em destaque desempenham o papel de referência indireta (NEVES, 2000, p. 391), pois dependem exclusivamente de um saber compartilhado entre o leitor e o jornalista. Alguém que lesse tal enunciado de forma isolada e não tivesse conhecimento da situação das aldeias indígenas não compreenderia a quais crianças e a quais pais o jornalista se refere.

Quando se apresenta tal forma de referência, "os interlocutores sabem a que entidade se faz referência" (NEVES, 2000, p. 391), mesmo que esta não esteja presente na situação de enunciação. Os artigos também especificam os sujeitos envolvidos na situação descrita: são "**os** pais" que abandonam as crianças, e não outra pessoa qualquer; nesse enunciado, há a responsabilização dos pais pela situação da saúde dos filhos, como se o sistema de saúde e os governantes não tivessem responsabilidade alguma com o fato.

Mesmo tendo a propriedade de particularizar um indivíduo, o artigo pode também generalizá-lo, quando utilizado em referências (NEVES, 2000, p. 395). A associação entre os vocábulos "pais", "filhos" e "crianças", introduzidos pelos artigos definidos, constitui-se ainda em formas de anáfora associativa, pois um remete à presença do outro (ADAM, 2008, p. 135). Isso remete também ao efeito de sentido de que os pais são os responsáveis pela desnutrição dos filhos, e não o sistema de saúde inadequado, ou as falhas na distribuição de cestas básicas (conforme está exposto em F2). Em F1, destacamos também a preposição "até", em "As crianças ficam até três dias sem comer". No enunciado, a preposição introduz o sentido de "ação que atinge o limite temporal" e faz referência a outros conjuntos de ações e atitudes (falta de terra, casos de alcoolismo) que estão envolvidos nesse limite de tempo (FLORES, *et al.*, 2008, p. 138), e que culminam nos fatores "desnutrição" e "mortalidade".

O discurso do coordenador regional da FUNASA, Gaspar Hickmann, reforça a ideia de que a responsabilidade pelos casos de desnutrição está sendo atribuída aos próprios índios, ao mesmo tempo em que isenta de culpa a instituição em que atua. Esse discurso ganha efeito de verdade em virtude de sua origem, que é institucional (FOUCAULT, 1996, p. 17), o que faz que obtenha um poder de coerção, que "pressiona" a produção de outros discursos com conteúdo semelhante. Ressaltamos que o discurso da nutricionista (proveniente de uma FD médica), ao dizer que "os pais bebem e abandonam os filhos em casa", é praticamente um "embasamento científico" do discurso do coordenador regional, que mencionara o alcoolismo nas aldeias como um dos motivos por haver crianças morrendo de desnutrição. Assim, tal discurso ganha força pela sua transmissão de um sujeito a outro, e deste para outros sujeitos. (FOUCAULT, 1990, p.101).

No próximo recorte a ser problematizado, a reportagem intitula-se "Índia de 3 anos morre de desnutrição", publicada em 9 de fevereiro de 2005, e argumenta a respeito de algumas estatísticas sobre a mortalidade infantil nas aldeias, para comentar as circunstâncias da morte da criança:

> **F2 -** O médico Antônio Aurélio Teixeira de Carvalho Neto **disse** que o caso da criança morta ontem pode ser mais grave ainda, pois **os pais da menina não deixavam** a equipe de saúde da Funasa tratar da criança desnutrida.
> "Eu mesmo fui expulso da casa pelo pai. Foi em dezembro. Às vezes, os índios pensam que a gente quer tomar a criança. Só uma necropsia para saber o que exatamente causou a morte da criança", **afirmou** Neto.
> A uma emissora de rádio de Dourados, o índio Sebastião Isnarde, 24, pai da criança, **disse** ontem que a filha passava fome, pois a família não recebia cestas de alimento do estado.

Nesse recorte, as formas verbais "afirmou" e "disse" possuem a mesma relação de oposição estabelecida pelas formas verbais "registra" e "diz", analisadas em P2, no subitem 3.1; porém, em F2, ambos estão no pretérito perfeito, e, segundo Fiorin (1996, p. 152), marcam "uma relação de anterioridade entre o momento do acontecimento" (quando o médico proferiu o discurso) "e o momento de referência presente" (quando o discurso do médico foi reproduzido pelo jornal).

Segundo Corôa (2005, p. 48), verbos no pretérito refletem o mundo com mais objetividade, uma vez que são usados para "relatar eventos, estados ou processos já acontecidos" e, portanto, interpretados como mais próximos à realidade. Segundo a autora, tais verbos estão ligados intrinsecamente ao momento do evento – no caso, o momento em que o médico "foi expulso" e o momento da agonia da criança passando fome (a qual foi relatada pelo pai a uma emissora de rádio). "É nos *tempora* do pretérito que o momento do evento está mais bem delimitado e localizado: ocorre sempre antes do momento da fala" (CORÔA, 2005, p. 48-49).

Ressaltamos ainda a seguinte afirmativa do médico: "o caso da criança morta ontem pode ser **mais grave ainda**, pois os pais da menina não deixavam a equipe de saúde da FUNASA tratar da criança desnutrida". O advérbio de intensidade "mais" e o advérbio de tempo "ainda", intercalados pelo adjetivo "grave", enfatizam que a omissão dos pais em relação ao tratamento da criança é mais condenável do que a própria suposição de que a criança teria morrido de fome – fato esse que seria confirmado posteriormente pelo pai da mesma, ao afirmar que a família não recebia as cestas de alimento que lhes eram de direito. Segundo Neves (2000, p, 236), o advérbio "mais" exerce, aqui, uma função modificadora, pois afeta "o significado do elemento" sobre o qual incide (a morte da criança) fazendo uma predicação sobre as propriedades desses elementos: "ser mais grave ainda". O advérbio "ainda" contribui para acentuar o valor de verdade do enunciado, trazendo para o leitor o efeito de sentido de que o caso seria "mais grave" do que se acreditava e mesmo "mais grave" do que outros que já haviam sido noticiados pelo jornal.

O discurso do médico, inscrito no discurso do jornal como heterogeneidade mostrada em forma marcada por meio de aspas (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 33; CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 261), apresenta-se com valor de verdade. Em uma de suas afirmativas, diz ter "ele mesmo" sido expulso da casa dos pais da criança, no sentido de afirmar que "de fato" houvera sido expulso: o vocábulo "mesmo", segundo Amora (2003, p. 459), significa "de fato", "realmente", e expressa a indignação do médico sobre o fato – indignação que é confirmada na afirmativa seguinte, quando o médico diz que "Só uma necropsia para saber o que exatamente causou a morte da criança" – ou seja, se enquanto estava viva os pais não permitiram o

acesso do médico à criança, só com sua morte seria possível saber sobre seu estado de saúde.

No mesmo enunciado, podemos identificar também a "quebra" do discurso institucionalizado do médico: apesar de ter o suporte de uma instituição (a FUNASA) para exercer sua autoridade como profissional da saúde, Antônio Aurélio Teixeira de Carvalho Neto foi expulso da casa pelo pai da criança, o que se poderia classificar como uma forma de resistência. Segundo Foucault (1990, p. 95), "onde há poder, há resistência"[25]; pela perspectiva do autor, não há como dissociar resistência e poder. A existência do poder depende em grande parte da multiplicidade de resistências, que o colocam constantemente à prova; porém as formas de resistência são mobilizadas, segundo Foucault, de maneira irregular – embora definitiva –, agindo somente em determinadas situações, e não de forma regularizada, como o poder: "Os pontos, nós, ou focos de resistência estão espalhados ao longo do tempo e do espaço em densidades diferentes, às vezes mobilizando grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento"[26] (FOUCAULT, 1990, p. 96). Assim, embora haja resistências por parte do índio, elas ocorrem em focos isolados, às vezes individualmente (como no caso do pai que expulsou o médico), às vezes em forma de mobilização de grupos, mas não de modo constante e permanente, como as formas de poder.

No enunciado "Às vezes, **os índios** pensam que a gente quer tomar a criança", o termo em destaque referencia, ao mesmo tempo, o índio que proibiu a entrada do médico para examinar a criança, e outros índios de uma forma geral; ao mesmo tempo em que se constitui como uma anáfora direta, por referenciar o pai da criança, já citado no enunciado, também pode ter o efeito de sentido de uma anáfora indireta, pois remete a outros índios que não o citado na reportagem. (SILVA, 2007, p. 197). Além de generalizar um conceito sobre os índios guarani, o termo destacado ainda traz à tona o efeito de sentido de que somente os índios impedem o tratamento médico para suas crianças; ou de que somente eles poderiam pensar que o médico "tomaria" seus filhos.

[25] "Where there is power, there is resistance". (FOUCAULT, 1990, p. 96)
[26] "The points, knots, or focuses of resistance are spread over time and space at varying densities, at times mobilizing groups or individuals in a definitive way, inflaming certain points of the body, certain moments in life, certain types of behavior". (FOUCAULT, 1990, p. 96)

No caso do impedimento da assistência médica pelos pais, salientamos o aspecto cultural que possa estar envolvido nessa situação. Apesar de estarem muito próximos da cultura da sociedade envolvente, os índios guarani conservam fortes traços de sua cultura de origem. Segundo Brandão (1986, p. 103), esse seria um caso em que "as transformações provocadas no interior do sistema interétnico sobre as condições pré-contacto [...] não destruíram plenamente uma espécie de sentimento coletivo". Nas sociedades de entorno, poucas pessoas têm conhecimento acerca de certos costumes que permeiam, por exemplo, a alimentação dos índios, a qual é "revestida de valores culturais que podem ser objeto de grande elaboração simbólica" (RAMOS, 1988, p. 43). Há, nessa cultura, algumas "interdições alimentares", em que determinados tipos de alimentos que servem aos mais velhos não devem, em hipótese alguma, serem servidos às crianças, e vice-versa – o que Ramos denomina de "tabus alimentares"[27] (RAMOS, 1988, p. 44).

Não se sabe ao certo até que ponto tais "tabus" são respeitados na atualidade pelos guarani, mas deve-se considerar a possibilidade de alguns pais vetarem às crianças alimentos que considerariam inapropriados conforme sua cultura – além do fato de as mencionadas "cestas de alimento do Estado" não serem corretamente distribuídas. A manutenção de alguns de seus traços culturais (como tabus alimentares, por exemplo) caracteriza-se como uma forma de resistência perante a sociedade envolvente, confirmando uma negação em assumir uma perda de identidade.

Por outro lado, se o índio guarani perdeu uma parte de seus aspectos culturais, podemos afirmar que assumiu a identidade de projeto mencionada por Castells (1999), em que abre mão de grande parte de sua cultura para adequar-se à realidade das sociedades de entorno. O fato de aceitar (e necessitar de) receber cestas do governo, mesmo tendo "tabus alimentares" em sua cultura original, marca essa condição de adequação: a própria proximidade com o branco – que transformou o antes vasto território indígena em "propriedade privada" (RAMOS, 1988, p. 16), obrigando-os a vender barato sua mão de obra aos invasores – gerou essa situação de dependência de recursos.

[27] Embora as restrições alimentares mencionadas nesta pesquisa estejam relacionadas, em grande parte, a questões econômicas (os guarani frequentemente são citados como dependentes de cestas básicas fornecidas pelo governo), mencionamos os tabus alimentares para exemplificar alguns costumes que permeiam os valores culturais dos índios.

A seguir, em matéria do dia 22 de fevereiro, o jornal *Folha On-line* destaca a morte de "mais uma criança índia" por desnutrição:

> **F3 -** Fome **mata mais** uma criança **índia** em MS – a desnutrição **causou** a morte de mais uma criança índia em Dourados (**218 km** de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul). "A desnutrição **levou** à diarréia e à desidratação, e a criança morreu", afirmou ontem o médico Zélik Trajber, 58, que presta serviço de assistência para a Funasa (Fundação Nacional de Saúde).
> A menina K. F., que tinha seis meses e 15 dias de vida, morreu no sábado pela manhã no Hospital da Mulher localizado na cidade, mas a morte só foi **confirmada** ontem pela Funasa. O bebê estava internado havia nove dias.
> É o **terceiro** caso de morte por desnutrição neste ano nas aldeias de Dourados.
> [...]
> O médico Helder Lúcio Ganacin, 33, também da Funasa, e Trajber informaram que no atestado de óbito **constará** como causa da morte desidratação e diarréia. Ganacin e Trajber disseram que a desnutrição tornou a criança mais vulnerável às doenças, **porém** não aparecerá como motivo da morte.

O jornal introduz a matéria com um verbo na voz ativa – "Fome **mata** mais uma criança índia em MS" –, indicando, no início, a causa direta das mortes das crianças indígenas, na utilização direta da causa (fome) no lugar da consequência (desnutrição). Ao qualificar a vítima da fome, utiliza um termo que normalmente é utilizado como substantivo (índia), em lugar de um adjetivo (indígena). Equiparar um termo com função de substantivo a outro adjetivo faz que um denomine o outro em um processo de referenciação. Segundo Neves (2000, p. 184), "isso acontece especialmente com adjetivos que, à força de ocorrer constantemente junto do mesmo substantivo, acabam por assumir o papel desse substantivo, passando a denominar o referente". Assim, o termo "criança" pode ser referenciado ao longo do enunciado como "índia" ou como "indígena".

Outro termo a ser problematizado no título da matéria "Fome **mata mais** uma criança **índia** em MS" é o vocábulo "mais", que acentua a quantidade de crianças mortas por desnutrição; exprime também uma noção de anterioridade ao ocorrido, deixando claro que já morreram outras crianças além do que está descrito na matéria e lançando, consequentemente, a questão: o que (não) foi feito para impedir essas mortes? Por que elas não puderam ser evitadas? O efeito de sentido de que a criança é apenas

"mais uma" colabora, também, para uma representação de fragilidade dos indígenas, pressupondo uma cadeia de eventos aos quais se vão somando outros – se houve "mais uma" morte, provavelmente haverá outras.

Podemos comparar a situação de fragilidade dos indígenas à situação dos escravos na História do Brasil, baseando-nos no fato de que ambos foram explorados no processo de desenvolvimento do País e deixados à margem da sociedade que fora "construída". Nessa direção, afirmamos que, constituindo o que Souza (2003, p. 105) denominou de "periferia", os indígenas tornaram-se "homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade" (SOUZA, 2003, p. 122).

Desvinculados da sociedade, seus atos e sua cultura não despertam o interesse da população que a compõe. Assim, mesmo aquele que morre em decorrência de algo tão grave quanto a fome, torna-se apenas "mais um" entre tantos outros que já morreram e que, possivelmente, ainda vão morrer. Embora lhes sejam garantidos, pelo Estatuto (1973) e pela Constituição Federal (1988), os mesmos tratamentos de saúde oferecidos à sociedade de entorno, não ocorre que alguma comunidade dessa sociedade tenha as mesmas porcentagens de mortes infantis que a Reserva de Dourados - o que revela que o tratamento não é o mesmo[28].

Comparando-se as matérias do jornal *Folha On-line* às do jornal *O Progresso*, verifica-se que o primeiro revela distanciamento dos fatos ocorridos por meio de certas escolhas vocabulares – é o caso do numeral cardinal "218", utilizado para indicar a distância entre Dourados e a capital Campo Grande, ou seja, uma "quantidade numericamente definida" (NEVES, 2000, p. 587). A comparação de distâncias, tomando como referência a capital do Estado, não foi articulada pelo jornal *O Progresso*. No entanto, em F3 ela é utilizada para que os leitores de outros Estados tenham noção da localização da cidade em que ocorrem os fatos. O uso do numeral como indicativo de distância também traz o efeito de sentido de que esse tipo de problema (morte por desnutrição) não ocorre em outro lugar que não seja Dourados – o que equivale a "este tipo de morte ocorre em Dourados, a 218 km de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul, mas não ocorre, nem nunca ocorreu, em São Paulo ou em outros Estados". O distanciamento da *Folha On-line* em relação aos fatos é expresso também pela confirmação tardia da morte do bebê, que morrera no sábado, 19 de

[28] Por exemplo, de acordo com o Art. 54 do Estatuto do Índio, "Os índios têm direito aos meios de proteção à saúde facultados à comunhão nacional".

fevereiro, mas cuja morte só foi confirmada ao jornal dois dias depois, 21 de fevereiro: "A menina K. F., que tinha seis meses e 15 dias de vida, morreu no sábado pela manhã no Hospital da Mulher localizado na cidade, mas a morte só foi **confirmada** ontem pela Funasa."

Em F3, há também a ocorrência de um numeral ordinal para referenciar um dos casos de morte por desnutrição na Reserva de Dourados: "É o **terceiro** caso de morte por desnutrição neste ano nas aldeias de Dourados". Segundo Neves (2000, p. 591), "os numerais ordinais indicam ordem numérica dentro de uma série", funcionando como "adjetivos classificadores com indicação de ordem numericamente definida"; ao mesmo tempo em que indica a ordem de acontecimentos, qualifica também a criança dentro dessa cadeia de eventos.

Em sua fala, o médico Zélik Trajber afirma que "A desnutrição **levou** à diarréia e à desidratação, e a criança morreu". Como foi problematizado em P9, no item anterior, observa-se uma tentativa de "isentar" a desnutrição da morte da criança. Em P9, consta que oito óbitos foram causados por doenças relacionadas à desnutrição; em F3, ocorre o mesmo: morte por diarreia e desidratação causadas por desnutrição, o que deixa margem à estratégia de fazer constar nos registros oficiais a morte pelos sintomas, e não por sua causa direta, conferindo o efeito de sentido de diminuição de mortes por desnutrição (apesar de o fato ser descrito como "mais uma" morte por fome). O verbo "levar", em "A desnutrição **levou** à diarréia e à desidratação", tem, no entanto, o sentido de "aproximar", "fazer chegar", "encaminhar", "direcionar" (CEGALLA, 2005, p. 537), o que revela a desnutrição como a causa direta da morte.

No último parágrafo de F3, os médicos da FUNASA informam que "no atestado de óbito **constará** como causa da morte desidratação e diarréia"; o verbo "constar" equivale a "registrar" (CEGALLA, 2005, p. 232), que advém de uma formação discursiva jurídica, de caráter oficial, que confere efeito de verdade ao que foi afirmado. Oficialmente, para todos os efeitos jurídicos, a morte não ocorreu por desnutrição, embora os médicos admitam que essa tornasse a criança "mais vulnerável". Admitir oficial e juridicamente que crianças estão morrendo de fome não é algo edificante à imagem dos órgãos oficiais responsáveis pela saúde. Isso porque se sabe que eles podem ser responsabilizados diretamente pelas morte, uma vez que o Estatuto assegura

que os índios tenham o mesmo tratamento e atenção dispensados à comunidade de entorno.[29]

Marcando a contradição entre o ocorrido e o que consta em documentos oficiais, está o operador argumentativo "porém", classificado por Neves (2000, p. 755) como "conjunção coordenativa", que, assim como o "mas", estabelece uma "relação de desigualdade" entre segmentos do enunciado, sendo utilizada para "a organização da informação e para a estruturação da argumentação", caracterizando uma "contraposição em direção oposta", pelo registro da morte não equivaler aos seus motivos de fato (a morte foi causada por desnutrição, "porém" tal causa não constará nos registros oficiais). A informação é organizada de forma que o leitor compreenda tal contradição e vem estruturar o argumento de que não constará como *causa mortis* a desnutrição.

O fato de a desnutrição não constar como a causa direta da morte de algumas crianças da Reserva Indígena de Dourados interfere decisivamente nas estatísticas de mortalidade nas aldeias. No final do mês de fevereiro de 2005, foram analisados os atestados de óbito para uma comparação com o ano anterior. Em matéria do dia 14 de março de 2005, a *Folha On-line* apresenta alguns dos dados referentes a essa análise, além de algumas porcentagens referentes a exames da FUNASA nas aldeias:

> **F4 -** Funasa **encontra** 467 índios com problemas de nutrição em MS – Entre 2.236 crianças menores de cinco anos examinadas nas aldeias de Mato Grosso do Sul, a Funasa (Fundação Nacional de Saúde) informa ter **encontrado** 124 desnutridas (22 delas em estado grave) e 343 em risco nutricional (abaixo do peso normal). No total, são 467 crianças, ou 19,9% com algum tipo de problema.
> A Funasa começou, no fim de fevereiro, a fazer exame nas aldeias em ritmo de mutirão devido às mortes de crianças indígenas desnutridas. O órgão realizou uma análise em atestados de óbito e constatou que a desnutrição aparece como causa de 12 mortes neste ano. A informação foi repassada à Folha na semana passada. Em 2004, ocorreram 15 casos.

A matéria inicia com a afirmativa que a FUNASA "encontra" 467 índios com problemas relativos à desnutrição. O verbo "encontrar", de acordo com definição de Cegalla (2005, p. 342), significa "descobrir", "perceber". Levando-se em consideração que o problema com a desnutrição nas aldeias já se estendia desde o ano de 2002 (AYLWIN, 2009, p. 54), a escolha do verbo "encontrar" traz efeitos de sentido que

[29] Idem à nota 28, sobre o artigo 54 do Estatuto do Índio.

conferem distanciamento da FUNASA em relação ao problema. Partindo-se do pressuposto que todo "encontro" envolve uma "procura", cabe aqui refletir: teria a FUNASA demorado três anos para constatar que havia um problema sério de saúde a ser resolvido? As constatações da instituição estão expressas em F4 na forma de números e porcentagens, que se tornam questionáveis pelo fato de algumas mortes constarem no atestado de óbito como consequência de sintomas de desnutrição (diarreia, desidratação), e não pela desnutrição propriamente dita. O verbo "encontrar" está no presente do indicativo, o que caracteriza uma perspectiva de tempo relacional, uma vez que engloba eventos que aconteceram no passado e que possivelmente ocorrerão no futuro: pressupõe, pois, uma cadeia contínua de eventos (CORÔA, 2005, p. 26).

Os dados comparativos com relação ao ano de 2004 (no qual constam três mortes a mais) tornam-se inválidos mediante os "eufemismos" utilizados nos atestados de óbito: se fossem consideradas as mortes pela desnutrição – e não por seus sintomas -, os dados seriam esses? Quais os motivos para a desnutrição não constar como causa direta de algumas mortes? Estatísticas altas no número de mortes indicariam uma atuação medíocre da instituição, já que sua função é "enfrentar, através de diferentes estratégias tanto preventivas quanto curativas, a crítica realidade das condições de saúde existentes particularmente entre a população indígena da reserva". (AYLWIN, 2009, p. 63).

Consideramos, nesse aspecto, que o fato de a desnutrição não constar como causa principal de algumas mortes é uma forma de silenciamento, pois caracteriza algo que não foi dito – mas que é de conhecimento dos leitores e autoridades, de forma geral. As palavras que compõem o atestado em lugar de "desnutrição" materializam esse silêncio – segundo Orlandi (2007, p. 11-12), "as próprias palavras transpiram silêncio" e, no caso dos atestados de óbito das crianças guarani, pode-se afirmar também que "todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer": se as palavras que constam nos atestados são sintomas de desnutrição, isso indica que o motivo das mortes foi silenciado.

A título de justificativa para algumas mortes que não teriam ocorrido por desnutrição, a FUNASA argumenta ainda sobre outro motivo de óbito. Em parte da matéria de 14 de março, o *Folha On-line* reproduz o discurso do diretor do

departamento de saúde indígena da FUNASA a respeito de supostas mortes por infecção hospitalar:

> **F5 - Além do** atendimento às crianças nas aldeias, a Funasa pediu à Prefeitura de Dourados (218 km de Campo Grande) que faça inspeção no hospital da Mulher, onde neste mês morreram três crianças indígenas, que não tinham desnutrição. Segundo Padilha [Alexandre Padilha, diretor do Departamento de Saúde Indígena da Funasa], a preocupação é com a infecção hospitalar.

O operador argumentativo "além de" introduz mais uma ação ao trabalho da FUNASA: o fato de responsabilizar-se pelo atendimento aos casos de desnutrição não a impedia de agir sobre outros casos, como a infecção hospitalar. Nesse caso, a FUNASA transferiu uma parte dessa responsabilidade para a Prefeitura de Dourados, solicitando uma inspeção do Hospital – e o efeito de sentido dessa atitude é o de que o Hospital não oferecia atendimento adequado aos pacientes. Isso (re) significava que a responsabilidade era política e social, ou seja, do Governo Municipal, além de mudar o foco da reportagem: da desnutrição para a infecção hospitalar.

Em matéria do dia 21 de março de 2005, a *Folha On-line* apresenta outros números relativos às mortes de crianças guarani por desnutrição, e sua avaliação pelo então ministro da Saúde, Humberto Costa, a saber:

> **F6 -** Desnutrição **já** matou 14 crianças indígenas em MS – A desnutrição matou ao menos 14 crianças indígenas, menores de cinco anos, da etnia guarani-caiuá em Mato Grosso do Sul neste ano. Durante 2004, foram 15 casos no Estado, segundo a Funasa (Fundação Nacional de Saúde), responsável pela assistência médica nas aldeias.
> Essa estatística contraria avaliação feita no dia 8 de março passado pelo ministro Humberto Costa (Saúde). Ele disse, durante a reunião do CNS (Conselho Nacional de Saúde), em Brasília, que "as mortes estão dentro do número que **normalmente** acontece".
> Na estatística de 14 mortes, a Funasa **confirma** 13. O outro óbito foi **registrado** na semana passada pela direção do Hospital Regional de Amambaí (393 km de Campo Grande), que é referência no atendimento de crianças indígenas no sul do Estado.

A matéria é iniciada pelo subtítulo "Desnutrição **já** matou 14 crianças indígenas em MS". De acordo com Neves (2000, p. 268), o termo "já", classificado pela autora como um advérbio de tempo, representa uma "situação relativa", por se referir "a um momento da enunciação ou do enunciado" – ou seja, até aquele momento em que o discurso do jornal foi publicado, haviam morrido 14 crianças.

As estatísticas apresentadas pela FUNASA não foram, no entanto, relevantes na opinião do ministro da Saúde Hélio Costa, que afirmou estarem as mortes "dentro do número que **normalmente** acontece", o que confere o efeito de sentido de que seria normal a morte de crianças por desnutrição em aldeias, mesmo havendo meios (e deveres institucionais) que visam a impedir tais óbitos[30].

Ao afirmar que o argumento do ministro contraria os dados fornecidos pela FUNASA, o jornal estabelece uma oposição entre a visão regional do problema (em que a FUNASA procura soluções, tanto para a situação de desnutrição nas aldeias quanto para salvar a própria imagem) e a visão nacional, representada na voz do ministro Hélio Costa, responsável por decisões referentes à saúde em âmbito nacional (que considera "normal" o número de mortes). Esse tipo de exposição gera polêmica na mídia – e expõe a sua característica de dualidade, que conjuga informação e certo "contrato de comunicação" com o público:

> A máquina midiática é complexa [...] pela tensão permanente que existe entre as duas finalidades de informação e de captação de seu contrato de comunicação. Isto explica por que ela está marcada por um paradoxo: por um lado, pretende transmitir informação da maneira mais objetiva possível, e isso, em nome de valores cidadãos, por outro, só pode atingir a massa se dramatizar a cena da vida política e social. (CHARAUDEAU, 2009, p. 243)

Ao colocar o discurso do ministro em oposição às afirmações da FUNASA, o jornal age como se afirmasse que "o ministro considera normal crianças indígenas morrendo por desnutrição", e isso atinge o público de forma significativa, interferindo em sua perspectiva social e política. Afinal, o poder que atua no País depende, em parte, do voto (e por vezes, do veto) dos cidadãos.

[30] Reafirmamos o papel da FUNASA quanto a "estratégias preventivas e curativas" (AYLWIN, 2009, p. 63) e ao Estatuto do Índio que decreta, no Art. 54: "Os índios têm direito aos meios de proteção à saúde facultados à comunhão nacional".

Quanto à FUNASA, observa-se a persistência em classificar as mortes de forma a diminuir os números das estatísticas, contrariando o que afirma o jornal no título da notícia, "a FUNASA confirma 13 das 14 mortes divulgadas", deixando de fora de suas estatísticas a morte ocorrida em hospital da cidade de Amambaí. Portanto, fora da área "coberta" por sua pesquisa está também a Reserva Indígena de Dourados. Para salientar que o caso em questão não pertence à "sua" área, ainda é revelado que o óbito foi "registrado" na cidade de Amambaí, em que "registrar" pertence a uma FD jurídica - confere efeito de verdade à afirmativa pela sua origem oficial, de um lugar de poder - e situa oficialmente a morte da criança como ocorrida na cidade de Amambaí.

Salientamos que o registro de fatos sob a forma jurídica deixa-os também impressos como registros históricos, constituindo uma "matéria inerte" da história do País (BARBOSA, 2004, p. 101) – algo que permanece registrado e que traz fatos à memória. O registro da morte da criança guarani não constituirá o histórico da cidade de Dourados, ou da própria FUNASA; ficará restrito a um território "neutro", que não é exposto em pesquisas e nem associado a mortes e à desnutrição, sejam elas eventuais ou não – o que vem isentar a FUNASA e a Prefeitura de Dourados de sua ocorrência.

O próximo recorte a ser analisado trata das providências a serem tomadas sobre os casos de morte por desnutrição nas aldeias de Dourados, sob o título "Comissão da Câmara deve votar hoje relatório sobre crianças indígenas", que consta na seção "Brasil" da edição do dia 11 de maio de 2005:

> **F7 -** Os parlamentares **ouviram** índios e autoridades dos dois estados e do Governo Federal. O relatório final da comissão apresenta **detalhadamente** os motivos que **provocam** a desnutrição das crianças indígenas. Os deputados descobriram que programas de alimentação dos índios, **como o sopão comunitário**, foram suspensos no ano passado.

Destacamos, de início, a forma verbal "ouviram", referindo-se ao encontro entre parlamentares, índios e autoridades. Nota-se que os sujeitos agentes da ação "ouvir" são os parlamentares, cabendo aos índios e autoridades falarem sobre a desnutrição. A escolha desse verbo indica o lugar de poder em que os parlamentares se situam: diferentemente do sentido que teria se o enunciado fosse "índios e autoridades falaram aos parlamentares" (em que ambos seriam os agentes da ação), aqui o uso da forma

verbal “ouviram” indica que o papel dos parlamentares é diferente e superior aos dos índios e autoridades, que tiveram que ir ao encontro deles para serem ouvidos. A ação de “ouvir” obteve um resultado: um relatório, por meio do qual foi “descoberto” que alguns programas de alimentação haviam sido suspensos

Nesse recorte, também outras duas expressões chamam a atenção: o advérbio “detalhadamente” e a forma verbal “descobriram”. O primeiro (que se refere ao modo como o relatório em questão foi elaborado) leva o leitor a crer que, na sequência, será relatado um motivo determinante para que tivessem ocorrido tantas mortes em virtude da desnutrição; mas, contrapondo-se a essa ideia, as mortes por desnutrição são creditadas à falta do denominado “sopão comunitário”, como se este fosse a solução para todos os problemas da aldeia. A expressão “sopão comunitário” evoca uma política assistencialista que tem como foco apenas medidas paliativas – como se o problema não dependesse de melhor infraestrutura de apoio à comunidade, tal como melhoria no atendimento dos hospitais, na assistência social e na adequada distribuição/aproveitamento de verbas. O fato de terem investigado “detalhadamente” também evita que sejam alvo de críticas, pois possivelmente investigaram tudo que era necessário, numa ilusão de completude da língua – tal como a ilusão de completude do sujeito, que se imagina como indiviso, uno, quando na verdade é heterogêneo, cindido (CORACINI, 2007, p. 17).

Nesse mesmo percurso, Orlandi (1996, p. 11-12), ao abordar as características do dizer, qualifica-o como sempre “aberto”, e afirma que “só por ilusão que se pensa poder dar a ‘palavra final’. O dizer também não tem um começo verificável, o sentido está (sempre) em curso [...], o sentido é contínuo, indistinto”. Assim, afirmamos a presença dessa “ilusão” no enunciado em análise, uma vez que trata de algo que estará sempre “em curso” no que diz respeito aos seus sentidos – os motivos que provocam a desnutrição podem variar de acordo com a situação das aldeias, com a situação política ou até mesmo de acordo com o ponto de vista de quem acompanha as notícias dos jornais, sendo praticamente impossível “detalhá-lo” de forma completa e definitiva.

A segunda expressão a ser ressaltada é a forma verbal “descobriram”, ao referir-se aos deputados. “Descobrir”, segundo a acepção 3 do dicionário de Cegalla (2005, p. 283), é “fazer conhecer o que estava escondido”. Estaria “escondida” de todo o país (e por conseguinte, de Brasília) a situação de miséria extrema dos índios de Dourados,

mesmo com toda a cobertura que a mídia estava dedicando a ela, e mesmo com todas as estatísticas apontadas por instituições como a FUNAI? Seria a desnutrição entre os guarani algo novo, a ser "descoberto"? "Descobrir" também traz o efeito de sentido de que houve uma severa investigação até que fossem encontradas as causas para os problemas, o que põe em relevo o trabalho dos deputados envolvidos na comissão – embora a situação em questão não necessitasse de algo tão minucioso para ser "descoberto".

Outra forma verbal que ressaltamos em F7 é "provocam". "Provocar", na acepção 3 do dicionário Cegalla (2005, p. 706), é "causar, produzir, gerar". Isso vem ressignificar pelo discurso do jornal que as condições em que os índios se encontram não se constituem em responsabilidade política ou institucional, mas sim em algo que "foi produzido", "gerado" não se sabe de que maneira. Mas, conforme foi problematizado em P8, a culpa cabe mesmo aos próprios índios guarani que, no discurso do então prefeito Laerte Tetila, têm "cultura nômade, coletora" e são "alcoólatras", "suicidas", "viciados" em drogas e "doentes".

Vale ressaltar, em F7, as FDs presentes em seu discurso: FD médica, quando aborda a "desnutrição", e a FD populista, quando se refere ao "sopão comunitário". As FDs remetem aqui às condições históricas, pois os problemas de saúde entre os indígenas e a política assistencialista paliativa fazem parte do processo histórico do país – e a materialidade de seus enunciados é de ordem institucional (CARDOSO, 2003, p. 132), uma vez que ficam restritas às suas respectivas FDs (A expressão "como o sopão comunitário", por exemplo, não poderia originar-se de uma FD médica, assim como "desnutrição" não se origina da FD populista).

Responsável pela manutenção da saúde nas aldeias, a FUNASA é citada na mesma notícia, apontada pela deputada Perpétua de Almeida como uma das "culpadas" pelas graves ocorrências nas aldeias de Dourados, alegando "omissão" por parte da instituição:

> **F8 –** O texto da relatora, deputada Perpétua Almeida (PC do B – AC) aponta uma série de fatores para a morte das crianças, entre eles a omissão de órgãos oficiais, como a Funai (Fundação Nacional do Índio) e Funasa (Fundação Nacional de Saúde).

Em F9, temos um recorte do dia 9 de maio que explica melhor a fala da deputada:

> **F9 -** O coordenador geral da Funasa [...] em Mato Grosso do Sul, Gaspar Hickman, pediu afastamento do cargo na última quinta-feira após denúncias de irregularidades no uso de verbas da instituição. A Comissão Externa da Câmara dos deputados, que investiga o caso, liga as irregularidades à morte de 36 indígenas na região de Dourados (MS) por subnutrição e falta de cuidados.

Temos no recorte F9, anterior a F8 na grade de notícias da *Folha On-line*, a caracterização da "omissão", referenciada aqui como "irregularidades no uso de verbas da instituição" – um eufemismo para "roubo", "peculato". Nota-se que, por vezes, a própria mídia vale-se de eufemismos para passar efeitos de verdade ao público e "mascarar" determinadas ideias, mesmo que o uso de tal recurso possa parecer contraditório a seu suposto compromisso com a verdade. Essa atitude de "mascarar" contribui, todavia, para caracterizar o efeito manipulador da mídia sobre o público (GUERRA, 2008, p.100).

Há ainda nesse enunciado a presença de um número à guisa de estatística: "A Comissão Externa da Câmara dos deputados [...] liga as irregularidades à morte de **36** indígenas na região de Dourados". Embora não fosse exatamente necessário atribuir estatísticas a esse dado (pois esse número poderia ainda aumentar), essa informação configura-se na notícia por ser um fator que chama a atenção do público; nas palavras de Gregolin, "espetacularizа" a notícia, tornando-a mais "atraente" aos olhos do público – que, como já foi ressaltado, tem sua atenção voltada para extremos (CHARAUDEAU, 2009).

Portanto, o que se observa pela análise empreendida é que o índio constitui uma espécie de "massa de manobra" dos políticos – um povo por meio do qual a classe política pode exercer seu poder e ainda aparecer na mídia devido aos efeitos de assistencialismo que a situação provoca. A seguir, as reflexões sobre os resultados desta

pesquisa, que não pretendem ser exaustivas e permanentes em decorrência de sua perspectiva teórica e metodológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa visou a identificar as formas de representação social do índio no discurso midiático, e como essas imagens são construídas pelos múltiplos caminhos que se materializam na língua e compõem o discurso dos jornais. Tal discurso, pela ordem como se apresenta, parece seguir uma especificação em que as autoridades responsáveis pela tutela do índio sempre "garantem", "afirmam", "registram", "asseguram", "determinam", "apontam" e "apresentam", entre outras ações; enquanto isso, os índios apenas "dizem" (conforme o discurso do jornal), "bebem", "abandonam os filhos", "são nômades e coletores" (cf. alguns discursos institucionalizados) e "morrem" (cf. as estatísticas).

Diante desse objetivo, a análise dos excertos dos jornais *O Progresso* e *Folha On-line* possibilitou que observássemos algumas regularidades em seus discursos, como certos verbos que marcam determinadas pessoas e os lugares em que elas atuam (autoridades e indígenas). Embora *O Progresso* apresente mais frequentemente os discursos das autoridades diretamente envolvidas nos casos de desnutrição indígena, pode-se dizer que ambos os jornais utilizam estratégias semelhantes de apresentação das notícias, dispondo-as sempre como manchetes principais, como algo que não pode simplesmente ser mencionado de forma superficial. Além disso, há o fator da espetacularização da notícia, que recebe todo tipo de ênfase com o intuito de impressionar, chamar a atenção dos leitores e aumentar as vendas de jornais e os acessos às páginas de internet.

Ao enunciarem sobre a desnutrição na Reserva Indígena de Dourados, os jornais frequentemente associam-na à morte, embora haja também poucos casos em que o problema surge resolvido. A repetição do tema, além de guardar em seu não-dito que há outras irregularidades ocorrendo – desvio de verbas, alimentos se deteriorando sem terem sido distribuídos -, visa não somente a reforçar essa situação, mas marcar a posição do indígena guarani na sociedade, e assim consegue manter essa imagem de "abandonado" – entre outras - perante os leitores.

Os excertos problematizados revelam em seus (inter)discursos uma perspectiva "colonial" de se ver o índio: permanece a visão do mesmo como um "coadjuvante" na

História do País, baseada não em sua trajetória neste percurso, mas no imaginário de uma sociedade moldada pela História canônica. Colocadas sob a lente de aumento sensacionalista e espetacularizadora da mídia, tal imagem do índio é marcada, de forma quase definitiva no imaginário dos leitores, por meio de estratégias que conferem efeitos de verdade aos enunciados.

Os efeitos de verdade alcançados pelos enunciados dos jornais – tais como aqueles conferidos pelos discursos que apresentam o índio guarani como hostil ao tratamento médico, por exemplo - são enfatizados pela presença de diversas FDs que apóiam seus discursos e conferem-lhes a credibilidade necessária para seduzir o público. Assim, as FDs médicas, jurídicas, institucionais e políticas, identificadas nos excertos analisados, marcam o lugar de poder daqueles que proferem os discursos e dão força às representações ali marcadas, e que se perpetuam no imaginário popular e na memória discursiva do público – que irá associar a figura do índio à imagem vendida e construída pelo jornal.

Ao analisar os enunciados dos jornais *O Progresso* e *Folha On-line*, confirmamos, portanto, nossa hipótese de que as notícias constroem representações do índio no imaginário dos leitores, e de que a relação entre índio e branco é permeada de "tensões", que são a raiz da maioria dos conflitos apresentados na análise de dados. E, a partir das reflexões apresentadas, trazemos a seguir algumas das representações encontradas durante o processo de problematização dos enunciados. Nessa direção, é válido ressaltar que não pretendemos preencher todas as lacunas referentes à representatividade do índio guarani pela mídia: certamente, há muitas outras imagens a serem exploradas, mas apresentamos aqui as mais relevantes e regulares nos discursos dos suportes midiáticos em análise, numa contribuição à pesquisa sob o prisma da Análise do Discurso e dos Estudos Culturais.

Para melhor compreensão e visualização dos resultados desta pesquisa, convencionou-se dividi-los em grupos, nominados de acordo com as representações encontradas, com reflexões acerca de seus excertos correspondentes.

O primeiro grupo a mencionarmos é o de enunciados que veiculam a imagem do índio como "abandonado", como nos excertos P1, P3, P4, P5, P8, P9, F1, F3, F4, F8 e F9. As regularidades que nos levam a tal imagem estão presentes no uso de vocábulos e

expressões que denunciam a omissão por parte dos órgãos públicos no que diz respeito à desnutrição, causando o abandono e morte de crianças indígenas.

O efeito de sentido de omissão parte também do fato de que os discursos institucionais e políticos presentes nos excertos citados priorizam o aspecto "estético" da desnutrição (como quando mencionam que Dourados ficou com a "imagem de índios desnutridos"), em detrimento da situação calamitosa de crianças morrendo por inanição. Entendemos, por esse viés, que a omissão das autoridades, expressa ou interpretada no interdiscurso dos enunciados, configura-se como um abandono perpetrado contra os índios guarani.

O segundo grupo a ser apresentado é o de enunciados que veiculam a imagem do índio como "subalterno", sendo visto como aquele que não tem direito à voz, a qual é silenciada pela presença do discurso de autoridades ou apenas "balbuciada" de acordo com os vocábulos que a inserem no discurso jornalístico. Os excertos em que tal imagem está presente são P1, P2, P3, P4, P5, P7, P8, P9, P10, F2.

As regularidades que levam à imagem de subalterno do índio configuram-se, especialmente, no fato de que predominam, no discurso de ambos os jornais, as vozes advindas de FDs institucionais, políticas, médicas e jurídicas, as quais conferem valor de verdade ao que está sendo divulgado e relegam a segundo plano a voz do índio guarani. O silenciamento do índio pode ocorrer tanto pela omissão ou supressão de sua voz, quanto pela diminuição do valor de verdade da mesma, ao serem introduzidas por verbos como "diz", em contrapartida aos verbos que introduzem os discursos das autoridades, tais como "garante" e "assegura". Tais formas verbais, além de demonstrarem o lugar de poder de quem enuncia, também trazem, ao interdiscurso do jornal, a imagem do índio guarani como inferior às outras etnias, marcando sua imagem de subalternidade em relação ao branco.

Outra representação do índio guarani propagada pelos jornais é a de "miserável". Essa imagem está presente nos enunciados P1, P4, P6, P8, P9, F1, F2, F4 e F7. Tais excertos trazem como regularidade a repetição de afirmações a respeito das condições de miséria em que vivem os índios: este surge no discurso do jornal como aquele que "passa fome", que morre por desnutrição, que não tem meios de alimentar a família, que é desnutrido e doente. A repetição de tais condições leva às formações de estereótipos do índio como miserável e, consequentemente, à fixação dessa imagem na memória

discursiva do leitor – e colabora para a propagação dessa imagem o fato de serem provenientes de discursos de FDs médicas e jurídicas.

Também formada pelo discurso dos jornais é a imagem do índio guarani como "selvagem", que tanto pode ser associada a uma possível hostilidade à presença do branco, quanto à não aceitação de sua cultura e de seus hábitos. Os excertos em que tal imagem aparece são: P3, P7, P9, F1 e F2. As regularidades discursivas que conferem ao guarani a imagem de selvagem configuram-se nos momentos em que os jornais o caracterizam como omisso quanto ao cuidado com os filhos, quanto ao trabalho que desenvolve em seu meio e no fato de, às vezes, se mostrar agressivo com algumas autoridades. Essa imagem do índio é articulada pelo jornal mediante as diferenças culturais que existem entre índios e brancos, e leva o leitor a questionar-se: o branco seria omisso com seus filhos, empreenderia um ritmo mais lento de trabalho ou agrediria um médico?

No entanto, tais questões surgem sem que sejam levados em consideração os aspectos culturais dos próprios índios que, apesar de viverem em um ambiente com constantes mudanças culturais, preservam ainda alguns costumes e tabus de sua etnia. Colabora para a construção dessa imagem de selvagens o fato de certos episódios serem relatados por médicos e políticos, sem que seja dada a oportunidade de surgir a voz do índio no discurso para justificar suas atitudes.

Outra imagem do índio guarani a ser abordada é a de "submisso"; esta surge em P2, P3, P10, F2, F6 e F7. A despeito da situação calamitosa das mortes infantis por desnutrição, o índio se submete à "baixa produtividade" dos médicos, à falta de "tratamento eficiente", ao recebimento irregular de cestas básicas, à negligência de alguns órgãos públicos e à espera por decisões políticas. A predominância de vozes de FDs médicas, políticas e institucionais colabora ainda para o silenciamento de sua voz, enfatizando ainda mais a sua condição de submissão frente a algumas instituições, que asseguram seu lugar de poder por meio de seus discursos onipresentes.

Também regular no discurso dos jornais, nos enunciados P1, P7, F3, F4, F6 e F9, surge a imagem do guarani como "vítima". Essa imagem é construída pela presença, nos enunciados, de vocábulos e expressões que mostram o índio como sendo "morto" pela desnutrição, e necessitando do "resgate da sociedade civil". Mais uma vez, as FDs das quais se originam esses discursos conferem aos mesmos o valor de verdade que irá

fixá-los no imaginário social: são médicos e políticos que fazem tais afirmativas, e seus lugares de poder não dão margem a dúvidas ou contestações por parte do público leitor.

A representação do índio guarani como "marginal" está presente no discurso dos enunciados P7, P8 e P10 e F7. Não empregamos aqui a palavra "marginal" no sentido de "bandido" ou "contraventor", como comumente é empregado, mas sim no sentido de indivíduo que vive à margem da sociedade, no que se pode considerar como periferia. Nos excertos mencionados, a escolha vocabular para referenciar o índio guarani o qualifica como "nômade", "coletor" – uma comparação com os moradores de rua -, desnutridos, viciados e dependentes do assistencialismo do governo. Permanece a estratégia de utilizar discursos provenientes de FDs institucionais e políticas para a manutenção dessa imagem, ao ser construída por meio do discurso de autoridades.

Identificamos, também, no discurso jornalístico a representação do índio como "incapaz", a qual consta nos excertos P4, P5, P6, F2 e F7. Tal representação se constitui a partir de como determinadas situações são apresentadas ao leitor: a índia cujo filho "morreu de fome" e ela nada pôde fazer para impedir; a mesma mãe declarando não ter alimentos para os filhos; os pais que tiram a criança do hospital, mas não conseguem impedir sua morte; os índios dependendo de "sopão comunitário" para se alimentarem – todas as situações mencionadas colaboram para a fixação da imagem do índio guarani como incapaz de se sustentar por si próprio. Aliado à estratégia do uso de discursos de FDs médicas e políticas, está o recurso da repetição, que também colabora para a manutenção de tal imagem na memória discursiva do leitor.

A última representação à qual pudemos chegar, pela problematização das notícias dos jornais, é a imagem de "viciado". Embora ocorra em menor número do que as outras imagens (nos excertos P8 e F1), sua vinculação à imagem do índio ganha força pelo lugar de poder de onde é proferida: proveniente de FDs políticas e médicas, o discurso em questão caracteriza o índio como viciado em "drogas ilícitas" e "alcoólatra", e o lugar de onde se originam faz com que permaneçam na memória do público como verdades, que não são contestadas devido à sua origem.

Diante do apresentado acerca dos excertos retirados de *O Progresso* e *Folha On-line*, chegamos à conclusão de que o índio é representado por ambos os jornais como um indivíduo que não possui espaço para seu argumento; e, quando esse espaço surge, se apresenta na forma de discursos indiretos e com grande interferência do discurso

jornalístico - que por sua vez carrega em si os discursos institucionais e políticos que, ao utilizarem termos provenientes de FDs jurídicas, médicas, políticas e institucionais, conferem valor de verdade ao que é publicado. Portanto, quem assume o direito de argumentar sobre os índios guarani são as entidades que se auto-intitulam responsáveis por eles, do alto de seus lugares de poder. Por outro lado, aqueles que se pronunciam a respeito da comunidade indígena por meio da mídia tiram o direito dos índios de se manifestarem e organizarem seus discursos na imprensa, de forma a se constituírem como sujeitos ativos e exporem seus discursos.

Por mais que as condições de marginalidade e de "figuração" do índio sejam históricas (desde a época do "descobrimento", convencionou-se atribuir o poder a outros "protagonistas"), ainda na atualidade ela é alvo de uma exploração que obedece a conveniências várias: ora pode aumentar a venda de jornais, ora pode demonstrar sua dependência frente a um sistema político e institucional que, em lugar de apoiá-lo e incluí-lo em uma sociedade que para ele é "estranha", o expõe ainda mais em sua fragilidade. Nesse contexto, as imagens do índio guarani atendem aos apelos sensacionalistas, sendo espetacularizado pelo jornal *O Progresso* e pelo jornal *Folha On-line*, que os representam como abandonados, subalternos, miseráveis, selvagens, submissos, vítimas, marginais, incapazes e viciados. Afirmamos, sem medo de errar, que o espaço midiático reproduz as mesmas relações predominantes na sociedade que, por sua vez, fundamenta-se na própria História que, em seu descontínuo percurso, construiu imagens equivocadas do índio, representações perpetuadas pelos diversos discursos que carregam em si marcas históricas, culturais, sociais e ideológicas.

Por fim, esperamos ter mostrado, da perspectiva discursiva e culturalista, que a mídia constrói todo um universo discursivo, em torno dos problemas da etnia guarani de Dourados (MS), a partir de discursos que chegaram até a contemporaneidade por um trabalho de memória de interdiscurso, resultados de um complexo de ideologias presentes em conjuntos de práticas discursivas diversas. E os fatores históricos apontados foram determinantes na construção de certas enunciações em torno das identidades desse povo, editadas pelos *mass media*. Observamos, ainda, que o lugar de produção dos discursos analisados, longe de ser pacífico, é um campo fecundo, ativo, de lutas pelo poder, sucessivas disputas e batalhas discursivas.

REFERÊNCIAS

ACHUGAR, Hugo. Espaços incertos, efêmeros: reflexões de um planeta sem boca. In: _____. **Planetas sem boca:** escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura. Trad. Lysley Nascimento. Belo Horizonte: UFMG, 2006, p. 9-26.

_____. Sobre o "balbucio teórico" latino-americano. In: _____. **Planetas sem boca:** escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura. Trad. Lysley Nascimento. Belo Horizonte: UFMG, 2006, p. 27-51.

ADAM, Jean-Michel. **A lingüística:** introdução à análise textual dos discursos. Trad. Maria das Graças Soares Rodrigues *et al*. São Paulo: Cortez, 2008.

AJI – Ação dos Jovens Indígenas. Disponível em: <http://ajindo.blogspot.com> Acesso em: 25 / 05 / 2010.

AMORA, Antônio Soares. **Minidicionário Soares Amora da língua portuguesa.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

AMOROSO, Marta Rosa; SÁEZ, Oscar Calavia. Filhos do norte: o indianismo em Gonçalves Dias e Capistrano de Abreu. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (orgs.). **A temática indígena na escola.** 4. ed. São Paulo: Global / Brasília / MEC / MARI / UNESCO, 2004.

APOTHÉLOZ, Denis; CHANET, Catherine. Definido e demonstrativo nas nomeações. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena (orgs.). **Referenciação.** São Paulo: Contexto, 2003, p. 131-176.

ARBEX JUNIOR, José. **O jornalismo canalha:** a promíscua relação entre a mídia e o poder. São Paulo: Casa Amarela, 2003.

AUTHIER-RÉVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Trad. Celene M. Cruz e João W. Geraldi. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, nº. 19. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 311-319.

AYLWIN, José. **Os direitos dos povos indígenas em Mato Grosso do Sul, Brasil:** confinamento e tutela no século XXI. Trad. Maria Regina Toledo Sader. São Paulo: IWGIA; FMUSP, 2009.

BARBOSA, Pedro Luís Navarro. O acontecimento discursivo e a construção de identidades na História. In: SARGENTINI, Vanice; BARBOSA, Pedro Luís Navarro. **Foucault e os domínios da linguagem:** discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004, p. 97-130.

BAUMAN, Zygmunt. A cultura como consumidor cooperativo. In: _____. **O mal – estar da pós – modernidade.** Trad. Mauro Gama e Cláudia M. Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 160-176.

_____. **Identidade.** Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BENITES, Flávio Roberto Gomes; GUERRA, Vânia Maria Lescano. **Michel Foucault e seu método arque-genealógico.** In: V Seminário de Estudos da Linguagem. Três Lagoas: UFMS, 2009.

BEVERLEY, John. **Subalternidad y representación:** debates em teoria cultural. Trad. Mayrlene Barbosa y Sérgio Villalobos-Ruminott. Madri: Iberoamericana, 2004.

BHABHA, Homi. **O local da cultura.** Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e etnia:** construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia:** de Gutenberg à internet. Trad. Maria Carmelita P. Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CANCLINI, Nestor G. Globalizar-se ou defender a identidade: como escapar dessa opção. In: _____. **A globalização imaginada.** Trad. Sérgio Molina. São Paulo: Iluminuras, 2003, p. 19-40.

CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. **A questão da referência:** das teorias clássicas à dispersão de sentidos. Campinas: Autores Associados, 2003.

CASTELLS, Manuel. Paraísos comunais: identidade e significado da sociedade em rede. In: _____. **O poder da identidade.** Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 21-28.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Dicionário de Língua Portuguesa.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias.** Trad. Angela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2009.

CHARAUDEAU; Patrick, MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso.** Trad. Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

CORACINI, Maria José F. R. **A celebração do outro:** arquivo, memória e identidade. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

CORÔA, Maria Luiza Monteiro Sales. **O tempo nos verbos do português.** São Paulo: Parábola, 2005.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: _____. (org.). **História dos índios no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras: 1992, p. 9-24.

ESTATUTO DO ÍNDIO, Lei n.º 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação:** as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 1996.

FLORES, Valdir do Nascimento *et al.* **Enunciação e gramática.** São Paulo: Contexto, 2008.

FOLHA ON-LINE. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br> Acesso em: 24 / 05 / 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** 3. ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. Method. In: _____. **The history of sexuality:** an introduction. V1, Vintage, 1990. p. 92-102

GREGOLIN, Maria do Rosário V. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso:** diálogos e duelos. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2006.

GRESSLER, Lori Alice. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul:** destaque especial do município de Dourados. Dourados: L. A. Gressler, 1988.

GUERRA, Vânia Maria Lescano. **O indígena de Mato Grosso do Sul:** práticas identitárias e culturais. São Carlos: Pedro & João, 2010.

_____. **Práticas discursivas:** crenças, estratégias e estilos. São Carlos: Pedro & João, 2008.

GUIDON, Niéde. As ocupações pré-históricas do Brasil (excetuando a Amazônia). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras: 1992, p. 37-52.

HERNANDES, Nilton. **A mídia e seus truques:** o que jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público. São Paulo: Contexto, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil.** 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIMBERTI, Rita de Cássia Pacheco. **Discurso indígena:** aculturação e polifonia. Dourados: UFGD, 2009.

LIPOVETSKY, Gilles. **Metamorfoses da cultura liberal:** ética, mídia, empresa. Trad. Juremir M. da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2003.

MELATTI, Julio Cezar. **Índios do Brasil.** São Paulo: EDUSP, 2007.

MILNER, Jean Claude. Reflexões sobre a referência e a correferência. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena (orgs.). **Referenciação.** São Paulo: Contexto, 2003, p. 85-130.

MIQUELETTI, Eliane Aparecida. **Os casos de desnutrição infantil indígena e a mídia:** constituição de imagens e sentidos. Três Lagoas: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2007. 132 f. (Dissertação de mestrado)

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português.** São Paulo: UNESP, 2000.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Do índio ao bugre:** o processo de assimilação dos Terêna. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

O PROGRESSO. Dourados, 28 fev. , 2005, Dia-a-dia, p. 1.

O PROGRESSO. Dourados, 4 mar., 2005, Política, p. 5.

O PROGRESSO. Dourados, 5 mai., 2005, Dia-a-dia, p. 7.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, Michel. O papel da memória. In: ACHARD *et al.* **Papel da memória.** Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

_____. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. 3. ed. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethânia S. Mariani, *et al*. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997, p. 163-235.

PERINI, Mário A. **Gramática do português brasileiro.** São Paulo: Parábola, 2010.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). **História dos índios no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras: 1992, p. 116-132.

RAMOS, Alcida Rita. **Sociedades indígenas.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

REVEL, Judith. **Michel Foucault:** conceitos essenciais. Trad. Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

RONCARATI, Cláudia. **As cadeias do texto:** construindo sentidos. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

SILVA, Alena Ciulla. As expressões referenciais como marcadores de alternância no discurso literário. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães, *et al* (orgs.). **Texto e discurso sob múltiplos olhares:** referenciação e outros domínios discursivos. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 195-219.

SILVA, Denize E. G. da; ABRIL, Neyla G. P. **Miradas cruzadas hacia la pobreza desde uma perspectiva crítica transdisciplinaria.** Cadernos de Linguagem e Sociedade, 11 (1), Thesaurus UnB, 2010, p. 66-90.

SOUZA, Jessé. A singularidade da "nova periferia". In: _____. **A construção social da subcidadania:** para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003, p. 93-149

ANEXO I – “O PROGRESSO”

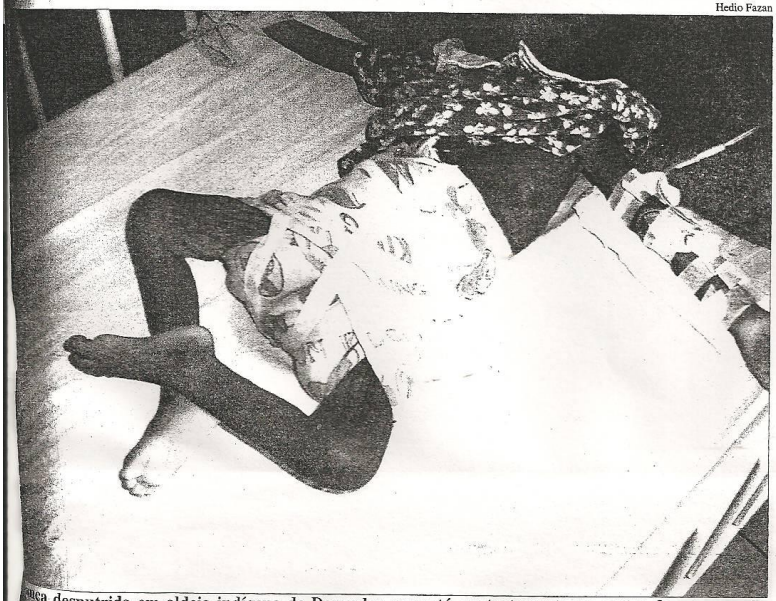
Dourados, Mato Grosso do Sul, sexta-feira, 21 de janeiro de 2005

Saúde

Fome ainda mata crianças em aldeias

em estrutura adequada, Funasa não consegue evitar índices negativos; número de óbitos cresce anualmente

Hedio Fazan



...ança desnutrida em aldeia indígena de Dourados que está em tratamento no centro de recuperação

...César

DOURADOS – A fome ainda mata crianças nas aldeias de Dourados e ...ão. O relatório anual da ...sa (Fundação Nacional da ...de), revela que o indíce de ...talidade infantil cresceu ...aldeias do Estado, princi...mente na região sul. Segun...o Conselho de Saúde Indí...a) os casos aumentaram 29% em 2004. Segundo o médico Zelik Trajber, além da fome, doenças como pneumonia e diarréias estão entre as principais causas. "A situação é mais crítica nos municípios de Amambai, Caarapó e Dourados", pontuou o médico.

O balanço da Funasa contabiliza os casos de crianças com menos de um ano de vida. No ano passado, o indíce de mortalidade foi de 64 mortes para cada 1.000 crianças nascidas vivas. Em 2003, o índice era de 53 óbitos em cada 1.000. Já em 2002, "apenas" 46 em cada 1.000 crianças morriam. Para o médico, os números negativos são reflexo de um retrocesso na saúde indígena. Zelik disse ao **O PROGRESSO**, que faltam medicamentos, transporte adequado e pessoal suficiente para realizar o trabalho que deve ser feito.

Pólo de Dourados sofre com falta de remédios, pessoal e transporte

Em Dourados, segundo Zelik, são quatro médicos, cinco enfermeiros, dois dentistas e uma nutricionista para atender cerca de 12 mil índios das aldeias Bororó, Jaguapirú, Panambizinho e da região de Porto Cambira. Além do corpo clínico reduzido, o médico disse que a frota sucateada da Funasa prejudica o trabalho. "Quando um médico precisa ir até uma aldeia, muitas vezes precisa esperar o outro chegar, pois não temos carros suficientes. Boa parte da nossa frota não sai do conserto", disse.

A falta de um acompanhamento mais eficaz nas aldeias, faz com que muitas crianças cheguem para o tratamento em situações críticas. Na quarta-feira, um índio de um ano e sete meses, da aldeia Jaquapirú, foi levado para o centro de recuparação de desnutridos, localizado próximo ao Hospital da Missão Caiuá. A criança que, se estivesse em condições normais de saúde, deveria estar pesando cerca de 11 quilos, pesava apenas 6,7 quilos. Uma outra criança, de um ano e cinco meses, também deu entrada no centro pesando apenas 4,4 quilos.

Funasa diz que 2004 foi um ano "atípico"

DOURADOS – O coordenador regional da Funasa em Mato Grosso do Sul, Gaspar Francisco Hichmann, disse ao **O PROGRESSO**, que o crescimento no número de mortes infantis nas aldeias de Dourados foi ocasionado por uma série de fatores. Hichmann alega que houve uma mudança na gestão administrativa da Funasa em meados de 2004 e, portanto, os índices negativos fazem parte de um ano "atípico". "O ano passado foi marcado por cinco greves, devido aos atrasos salariais. Isso acabou refletindo nos índices negativos", disse o coordenador ao citar que a "produtividade" das equipes médicas da Funasa, principalmente em Dourados, foi menor em 2004.

O coordenador frisou que a mudança na política de saúde indígena consistiu na transferência de coordenação dos serviços. Segundo ele, até meados do ano passado, o serviço de saúde indígena era cuidado por Ongs (Organizações não governamentais). No caso de Dourados, todo serviço era de responsabilidade da Missão Evangélica Caiuá. Atualmente, a Missão apenas oferece recursos humanos para Funasa.

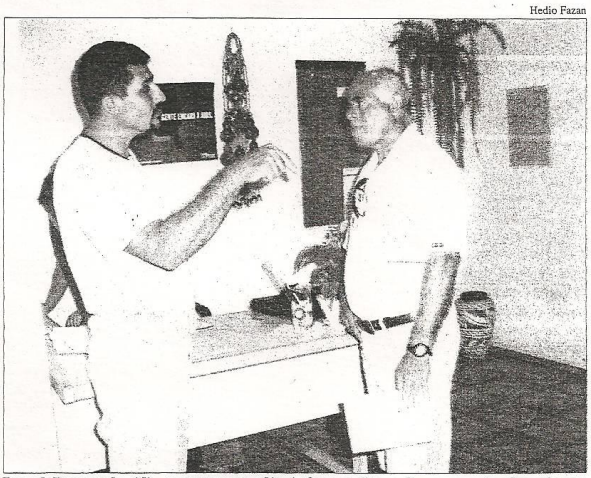
O coordenador disse que já tem um mapeamento dos pontos críticos da saúde indígena no Estado e que em 2005, haverá mais agilidade e eficiência nos trabalhos. Sobre a falta de medicamentos, Hichmann alega que a fundação trabalha com uma lista básica de 100 remédios e que todo medicamento solicitado que não esteja disponível é requisitado posteriormente, conforme a necessidade. Em relação a frota de carros, o coordenador alega existir a possibilidade do Estado conseguir 10 novos carros a partir do mês que vem. "Pelo menos dois deles seriam para Dourados", disse. *(G.C.)*

Dourados, Mato Grosso do Sul, sexta-feira, 11 de fevereiro de 2005

riança pode ter morrido por omissão

sa afirma que pais dificultaram tratamento e Funai afirma que não foi comunicada dos fatos

Hedio Fazan



Israel Bernardo (d), enquanto pedia informações sobre a morte da criança

...sar

...RADOS – A falta ...ntrosamento entre ...asa (Fundação Na... Saúde) e Funai ... Nacional da Saú... ...er contribuído para ...gena de três anos e ...s, que morreu na ... em Dourados, não ...o oportunidade de ...um tratamento efi... ...de. A menina mor... ...de desnutrição gra... ...do a Funasa, a cri... ...ou a ficar internada ...de Recuperação de ...os no final de 2003, ...ido levada embora ...da no meio do trata-mento.

O médico Antonio Aurélio, que integra a equipe de saúde nas aldeias de Dourados, disse à reportagem que a criança ainda não apresentava condições ideais para suspender o acompanhamento nutricional. Devido a isso, o médico afirmou também que tentou fazer o tratamento na casa da criança, mas segundo ele, a equipe foi impedida pelo pai, Vicente Isnardi, 24. "Inclusive ele chegou a usar palavras de baixo calão para nos afrontar. Como os ânimos estavam muito exaltados resolvi não seguir em frente para evitar conflitos", disse Aurélio ao confirmar que nem teve oportunidade de ver a criança.

Funai tem poder para retirar criança de pais que impedem o tratamanto

O coordenador da Funasa em Mato Grosso do Sul, Gaspar Francisco Hickmann, disse que a criança tinha a guarda disputada por integrantes da família. Ele afirmou ainda que havia denúncias de maus tratos. "Somos responsáveis pela saúde nas aldeias, mas quando os pais interferem ou interrompem o tratamento médico não podemos fazer nada. Quem tem competência para tomar alguma providência em casos como esse é a Funai", frisou.

O administrador regional da Funai em Dourados, Israel Bernardo, disse que se houve qualquer tipo de obstáculo no tratamento da criança, o órgão não foi comunicado. "Não ficamos sabendo dos fatos, caso contrário, não deixaríamos de maneira nenhuma a criança correr riscos. Quando o caso exige, compramos briga com quem quer que seja e, se for necessário, arrancamos a criança dos pais e encaminhados para o tratamento", explicou Bernardo ao afirmar que será preciso "esclarecer" a competência de tomar decisões em casos de negligência familiar. "Acredito que os agentes da Funasa também podem tomar a iniciativa e as providências necessárias para evitar problemas como o desta menina", disse ao destacar que irá colocar o assunto em discussão com os servidores.

Dourados, Mato Grosso do Sul, segunda-feira, 28 de fevereiro de 2005

alamidade

Morre a 6ª criança índia em Dourados

Médico registra morte de causa desconhecida, porém a mãe da vítima diz que ela passava fome

aria Lucia Toloue

OURADOS - O indígena Robson Garcia Fernandes morreu nes sábado por volta das 13h, s dois anos de idade. Segun a mãe, Neuza Fernandes, o ho passou a sentir fortes do no estômago, vomitava e fecava sangue. Ele recebeu endimento, quando estava uma fazen na região do rque das Na es II, mas não sistiu. O pai, lson Garcia abalha em na usina na gião e não es va em casa ando o fato ocorreu.

De acordo com o médico ime F.C. Valência (CRM do strito Federal) que compõe equipe da Funasa de Brasí que está instalada em Dou dos desde a última sexta-fei para apurar as causas das ortes por desnutrição, o me ho morreu *"de causa desco hecida"*.

No entanto, a mãe da ví ma contou que o filho vinha ndo alimentado escassamen ; com um pouco de macar io feito na água e sem nenhum tempero ou qualquer outro tipo de alimento.

Apesar do laudo do médico indicar "causa desconhecida", Neuza deixou claro ao jornal *DouradosAgora* e ao **O PROGRESSO** que não tem quase nada para alimentar os cinco filhos. Eles estão passando por privações. Sendo assim, e apesar do atestado de óbito, Robson pode ser a sexta vítima de desnutrição nas aldeias de Dourados este ano de 2005. Contando com ele, em uma semana, já morreram quatro crianças pequenas.

Em uma semana, quatro crianças morreram na Reserva

O corpo do menino de 2 anos foi velado ontem na casa dos avós Libério Vilhalva e Laurentina Rolim, na Aldeia Bororó.

VÍTIMAS DA FOME

A desnutrição matou na quinta-feira passada duas crianças indígenas residentes na *Reserva Indígena de Dourados*. Rosivaldo Gonçalves Barbosa, de um ano e 11 meses, filho de Hermes Vera Gonçalves e Luzinete Barbosa morreu no Hospital e Maternidade Indígena Porta da Esperança, na Missão. De acordo com o atestado de óbito, assinado pelo médico Franklin Amorin Sayão, ele foi vítima de Desnutrição Protêico Calórica Severa. Em decorrência do quadro, o menino foi acometido por pneumonia e paralisia cerebral. Rosivaldo foi a quinta vítima da desnutrição.

A quarta vítima da desnutrição nas aldeias de Dourados foi a indígena Jenifer Duarte Gonçalves, de um ano e três meses. Ela morreu na madrugada desta quinta-feira, por volta das 3h, a caminho do hospital da Missão Caiuás, na Reserva de Dourados.

A menina, que residia com os pais Laécio Gonçalves dos Santos, Neuza Duarte e um irmão menor na casa 42-A da Aldeia Bororó, teria chegado morta ao Hospital da Missão Caiuá. Segundo o atestado de óbito, assinado pelo mesmo médico, a menina foi vítima de desnutrição severa. Ela vinha sendo acompanhada pela equipe médica da Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

A terceira vítima de desnutrição na aldeia foi uma menina indígena de sete meses que morreu na madrugada de sábado passado no Hospital da Mulher de Dourados (HM). Segundo a Funasa, Keli Fernandes Arévalo sofreu complicações decorrentes de um quadro de desnutrição crítico. Os pais da criança, Tiburcio Fernandes de Oliveira e Maurea Arévalo confirmaram que a criança estava passando pela terceira internação devido à desnutrição. As duas primeiras vítimas morreram em janeiro deste ano.

ESTATÍSTICA

Relatório da Funasa revela que os casos de mortalidade infantil indígena não cresceram apenas em Dourados, onde está concentrada a maior população de índios do Estado como também em vários municípios da região sul.

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) aprovada pela Câmara de Dourados vai investigar as causas da desnutrição entre crianças indígenas nas aldeias Bororó e Jaguapiru. Segundo o vereador Eduardo Marcondes, autor da proposição reiterada pelos demais parlamentares, o trabalho da CPI da desnutrição deverá ser instalada na próxima sessão, na terça-feira, e deve durar 30 dias.

Sidnei Lemos/Douradosagora

Pai olha sepultura do filho; a mãe disse em entrevista que o filho passava fome e família não recebia cesta básica

Dourados, Mato Grosso do Sul, sexta-feira, 4 de março de 2005
O PROGRESSO

diência Pública

ituação de índios desnutridos é grave

cretário de Segurança Alimentar afirmou que "nos anos anteriores a situação ainda era mais grave"

RASÍLIA - Durante audiência pública na Comissão de Direitos anos e Legislação Parti-tiva (CDH), realizada on-, o secretário de Segurança limentar e Nutricional do istério de Desenvolvimen-ocial e Combate à Fome, Giacomo Baccarin, afir- que a mortalidade infan-as aldeias indígenas em rados, Mato Grosso do especialmente entre os arani-Kaiuá, é mais grave que a registrada na popula-em geral e pior do que em as etnias in-enas.

Mas o se-tário de Se-rança Ali-ntar afirmou "nos anos eriores a situ-ão ainda era is grave". Se-ndo Baccarin, nos dois pri-iros meses deste ano mor-am seis índios de menos de o anos de idade em Dou-os, sendo que cinco de fato avam desnutridos. No mes-período de 2001 morreram ndios; em 2002 foram oito, 2003 também 8 e em 2004 rreram 11 óbitos nas mes-circunstâncias.

"O índice de mortalidade da, é alto, mas há efetiva-te uma redução", afirmou.

José Giacomo Baccarin lembrou que os índios da aldeia têm contado com auxílio da sociedade civil e que "toda sociedade branca tem que fazer um resgate do direito dos índios e dos quilombolas". Baccarin destacou ser necessário entender os contextos culturais dessas sociedades e a partir daí implementar as políticas mais corretas possíveis.

"A situação das aldeias não se resolve a curto prazo. Na Guarani-Kaiuá, por exemplo, a população é de 11,5 mil pessoas oriundas de uma etnia que não é originalmente agricultora. São pessoas que eram nômades, coletores" destacou.

Prefeito diz que a cidade ficou com a imagem dos índios desnutridos

O coordenador da Fundação Nacional da Saúde (Funasa) em Mato Grosso do Sul, Gaspar Francisco Hickmann, destacou que o órgão passou a tratar da saúde indígena desde 1999 e que hoje já existe uma estrutura montada para atender à população indígena. Segundo Hickmann, as estatísticas de mortalidade infantil e desnutrição entre os indígenas vem caindo desde que essa população passou a ser atendida pela Funasa.

O coordenador da Funasa informou que a situação mais grave do Estado é entre os indígenas da cidade de Amambai. Nessa localidade, 26% das crianças apresentavam quadro de desnutrição severa em 2003. Em 2005 o número caiu para 16%.

"Ainda assim é assustador e revoltante", reconheceu.

Hickmann destacou, no entanto, que a Funasa lida com as conseqüências e não com as causas da desnutrição. O órgão trata de alimentação apenas emergencialmente, informou. Destacou que todas as crianças que morreram em conseqüência da desnutrição tinham sido atendidas por equipes de saúde. "Uma das crianças que morreu chegou a passar por 29 consultas da equipe médica na aldeia", afirmou, lembrando que a questão indígena é muito complexa e a culpa pelos problemas não pode ser atribuída apenas a uma instituição.

O prefeito de Dourados, Laerte Tetila, afirmou que a cidade ficou com a imagem dos índios desnutridos, divulgada inclusive internacionalmente, mas que muitas das crianças que foram mostradas pela televisão são originárias de várias aldeias oriundas de outros municípios, atendidas por um centro de saúde construído na aldeia de Dourados. O prefeito afirmou que a aldeia sofre com problemas gravíssimos, causados por uma situação histórica "cada vez mais explosiva". De acordo com o prefeito, a aldeia lida, entre outros problemas, com alcoolismo, uso de drogas ilícitas, prostituição, contaminação por HIV, grande quantidade de suicídios, arrendamento de terras para plantio de soja e a presença de 25 seitas religiosas diferentes que disseminam o preconceito e a discriminação.

Outro problema apontado pelo prefeito da cidade foi a demora na votação pelo Congresso Nacional, no ano passado, de dotações orçamentárias para a cidade, devido a trancamento de pauta por conta de atraso na apreciação de medidas provisórias.

"Trancamento de pauta mata criança lá na ponta. Em Dourados paralisou o trabalho de agentes de saúde e pouco depois da greve desses profissionais as crianças começaram a morrer", afirmou. *(Agência Senado)*

Dourados, Mato Grosso do Sul, segunda-feira, 2 de maio de 2005

Central Borrachas e Ferramentas
Borrachas, correias, mangueiras, bombas d´água, ferramentas, lonas, eletrodos, motores, elétrica, mangueiras hidráulicas e equipamentos em geral.
Central Borrachas e Ferramentas
(67) 421-2300
Av. Marcelino Pires, 2995 - Douradas/MS
As melhores marcas, os melhores preços. Tudo num só lugar.
Central Borrachas e Ferramentas

Mortalidade

Funasa diz que número de mortos caiu

ados da Fundação Nacional de Saúde apontam redução nas mortes de crianças indígenas em MS

Roberto Jacometto

DOURADOS – A Funasa – Fundação Nacional de Saúde – está comemorando o resultado do trabalho desenvolvido desde fevereiro em Dourados, quando iniciou uma 'força-tarefa' para tentar reduzir e até acabar com os casos de morte entre crianças indígenas menores de 6 anos, provocados pela desnutrição.

Segundo números da Fundação, em janeiro morreram 4 crianças, em fevereiro o número pulou para 8, em março foram 3 mortos e em abril, apenas um morte.

"Apenas uma destas mortes tem a desnutrição como causa principal. Em 8 casos a desnutrição estava associada a outras doenças e o restante das mortes é em decorrência de doenças diversas", explicou o médico da Funasa, Antonio Fernandes.

Funasa diz que redução das mortes foi por causa de soma de esforços

GÉRIA E JOSIMAR

A índia caiuá Géria da Silva, 1 ano e 9 meses, que no início de janeiro pesava pouco mais de 4,800 quilos, hoje está com 8,070 quilos.

Há 3 meses deu entrada no Centro de Recuperação Nutricional, que funciona dentro da Reserva de Dourados, com quadro de desnutrição severa. As imagens dela circularam o mundo chamando a atenção da sociedade para o problema da fome nas aldeias indígenas do Brasil.

O outro indinho caiuá que também chocou o mundo por conta da fragilidade em que se encontrava em janeiro deste ano, agora também tem outra fisionomia. Josimar entrou no Centrinho com 6 quilos. Hoje está com 9,640 quilos. As duas crianças devem receber alta nas próximas semanas e são dois exemplos de que o tratamento sem interrupção dá certo.

PROBLEMÁTICA

Mas o problema dos índios está longe de terminar. Representantes do Comitê de Defesa dos Direitos dos Guarani-Caiuás dizem que o caso é mais grave e passa pelo fato do índio estar confinado em pequenas áreas onde já não tem mais condições de caçar e pescar.

Por isso os grupos indígenas estão se mobilizando para pressionar o governo federal a homologar novas áreas. Em Mato Grosso do Sul os guarani-caiuás reivindicam 600 mil hectares.

Fotos: Hedio Fazan

Na primeira foto Géria da Silva, quando chegou ao Centrinho; agora 3 meses depois que começou o tratamento

Dia-a-Dia Dia-a-Dia Dia-a-Dia **Dia-a-Dia** Dia-a-Dia Dia-a-Dia Dia-a-Dia 7

Dourados, Mato Grosso do Sul, quinta-feira, 5 de maio de 2005

O PROGRESSO

stas básicas

oações estão paradas na sede da Funai

nte e sete toneladas de alimentos doadas pela Conab não chegam aos índios de Dourados

ório Jacometto

OURADOS - Há mais de duas semanas, 27 toneladas de alimentos adas pela Conab – Com- hia Nacional de Abasteci- nto – estão paradas no nú- da Funai – Fundação Na- al do Índio – em Doura-

De acordo com o admi- rador do órgão no municí- os alimentos ainda não m entregues aos índios das eias Jaguapiru e Bororó que falta gente para mon- as cestas básicas.

"Os alimentos vieram se- dos e nós não temos ser- res suficientes para arru- estas cestas e fazer a dis- ição nas aldeias. Quando doações chegaram nós co- amos até as mulheres que alham aqui na Funai para carregar o caminhão", afir- u Israel Bernardo.

Os alimentos estão esto- os numa sala da Funai, já a Funasa tem espaço a armazenar doações e bém porque, undo a Fun- ão Nacional Índio, o mu- pio não quis se respon- lizar pela estocagem, pre- ação das cestas e distribui- delas.

"Na primeira vez que a nab doou alimentos para os ios de Dourados, dia 11 de ereiro, houve erro na contagem das cestas e a quantidade de alimentos não somava as doze toneladas, como era a previsão inicial. Tivemos de refazer toda contagem que estava sob responsabilidade da Prefeitura, por isso agora eles preferiram passar o problema para a gente resolver", comentou Israel Bernardo.

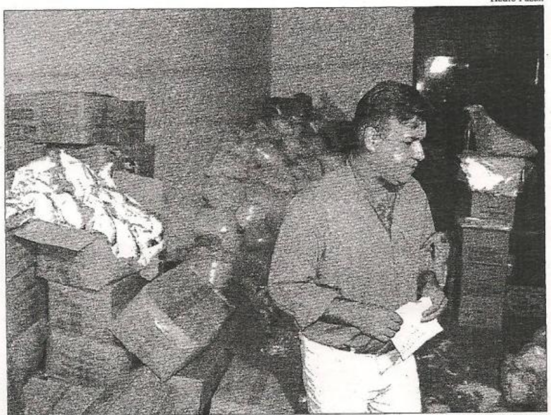
Doações estão estocadas numa sala da Funai e podem estragar

A outra doação da Conab, de 22 toneladas, foi feita dia 28 de fevereiro, depois que o jornal **O PROGRESSO** publicou diversas matérias mostrando que crianças indígenas de Mato Grosso do Sul estavam morrendo de fome.

Segundo o funcionário da Funasa – Fundação Nacional da Saúde – Isaías Dutra, algumas cestas já foram embaladas e esta semana começaram a ser distribuídas para as famílias indígenas das aldeias no Sul do Estado.

"Ontem mesmo distribuímos mais de 20 cestas para índios da aldeia Lagoa Rica, em Douradina e outras 16 para famílias das aldeias de Dourados, que têm problema com tuberculose", informou o funcionário da Funasa.

Hedio Fazan



Alimentos doados pela Conab; Funai diz não ter pessoal suficiente para montar cestas

MANTIMENTOS

Os alimentos doados somam 27 toneladas. São 12 toneladas de arroz, 6 toneladas de feijão, 2,4 toneladas de açúcar, 1,2 tonelada de macarrão, 2,4 toneladas farinha de mandioca, 1,2 mil quilos de leite em pó e 2,4 mil litros de óleo de soja. As doações, que são suficientes para preparar 1,2 mil cestas chegaram a Dourados dia 15 do mês passado.

Enquanto os mantimentos continuam estocados no prédio da Funai, índios continuam passando fome nas aldeias de Mato Grosso do Sul.

FUNASA

O coordenador da Fundação Nacional de Saúde, Lourival Barbosa, disse que há 33 agentes de saúde espalhados pelas aldeias de Dourados para detectar se há índios passando necessidade. O coordenador afirmou que se isso estiver acontecendo as cestas básicas seriam enviadas para estas famílias.

"Eu te garanto que você não encontra nenhuma família passando fome aqui na Reserva de Dourados, porque todas nossas equipes estão empenhadas num programa para detectar algum problema de falta de mantimentos e aí, imediatamente, já enviamos cesta básica. É por isso que asseguro que hoje não tem mais nenhum índio passando necessidade nas aldeias de Dourados", garantiu Lourival Barbosa, da Funasa.

REALIDADE

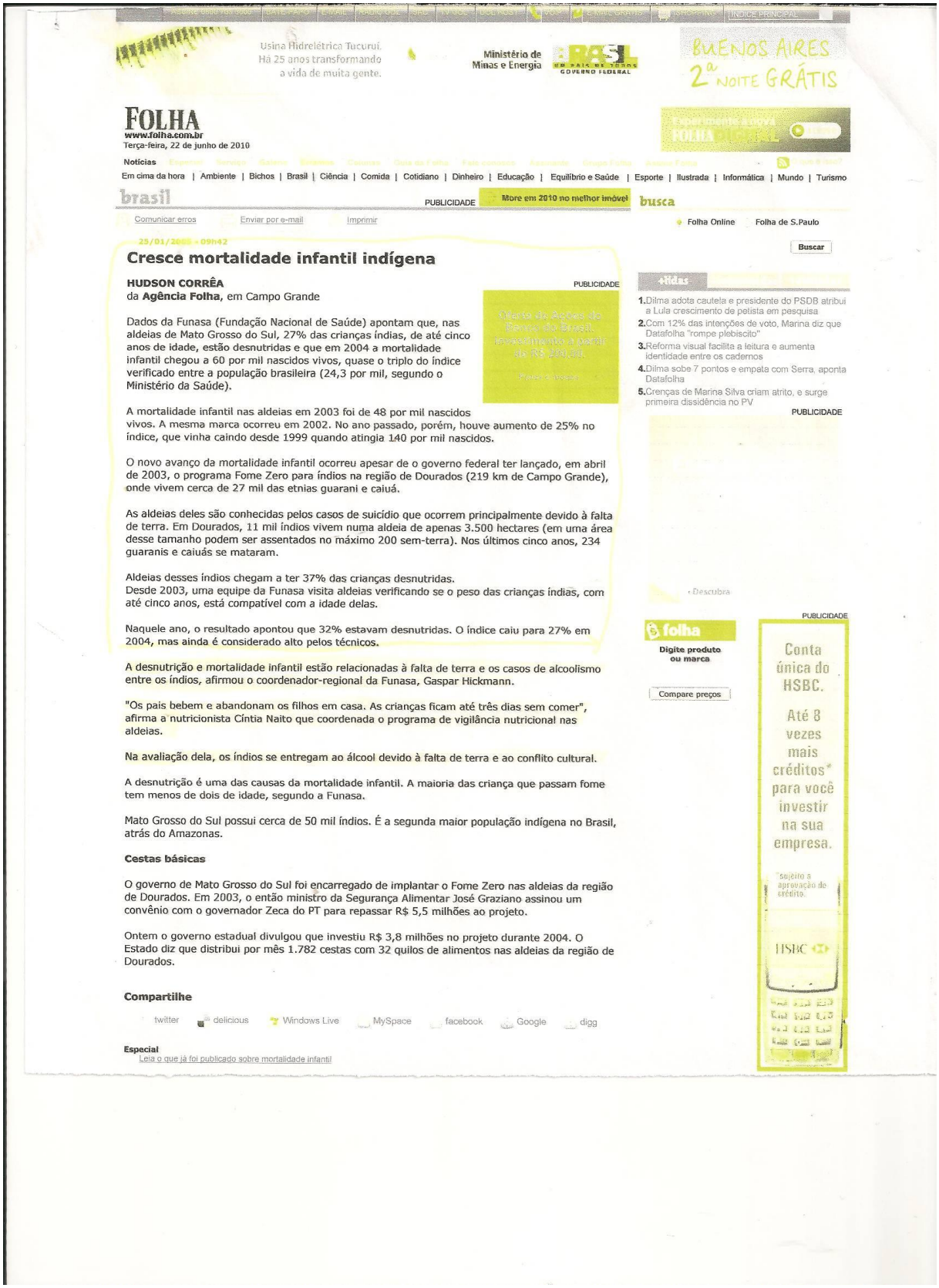
Na aldeia Bororó a equipe de reportagem encontrou a família da índia Geni Machado que ontem tinha apenas um pouco de feijão para comer.

"Essa é a realidade que enfrentamos todo dia. Vamos ter de dividir esse feijão entre eu, meu marido, meu filho, nora e os 6 netinhos", comentou a índia caiuá da Bororó.

A nora de dona Geni, a índia caiuá Viane Escanteiro, disse que ontem havia apenas tomado água porque a cesta básica já tinha acabado há mais de uma semana.

"A gente foi hoje na cidade vender mandioca que plantamos aqui para comprar um pouco de arroz, mas o que compramos só deu para o almoço. A gente ainda agüenta ficar sem comer, mas os meus filhos reclamam que têm fome", comentou a índia caiuá.

ANEXO II – “FOLHA ON-LINE”



Usina Hidrelétrica Tucuruí.
Há 25 anos transformando
a vida de muita gente.
Ministério de Minas e Energia
BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL
BUENOS AIRES
2ª NOITE GRÁTIS

FOLHA
www.folha.com.br
Terça-feira, 22 de junho de 2010

25/01/2005 - 09h42

Cresce mortalidade infantil indígena

HUDSON CORRÊA
da **Agência Folha**, em Campo Grande

PUBLICIDADE

Dados da Funasa (Fundação Nacional de Saúde) apontam que, nas aldeias de Mato Grosso do Sul, 27% das crianças índias, de até cinco anos de idade, estão desnutridas e que em 2004 a mortalidade infantil chegou a 60 por mil nascidos vivos, quase o triplo do índice verificado entre a população brasileira (24,3 por mil, segundo o Ministério da Saúde).

A mortalidade infantil nas aldeias em 2003 foi de 48 por mil nascidos vivos. A mesma marca ocorreu em 2002. No ano passado, porém, houve aumento de 25% no índice, que vinha caindo desde 1999 quando atingia 140 por mil nascidos.

O novo avanço da mortalidade infantil ocorreu apesar de o governo federal ter lançado, em abril de 2003, o programa Fome Zero para índios na região de Dourados (219 km de Campo Grande), onde vivem cerca de 27 mil das etnias guarani e caiuá.

As aldeias deles são conhecidas pelos casos de suicídio que ocorrem principalmente devido à falta de terra. Em Dourados, 11 mil índios vivem numa aldeia de apenas 3.500 hectares (em uma área desse tamanho podem ser assentados no máximo 200 sem-terra). Nos últimos cinco anos, 234 guaranis e caiuás se mataram.

Aldeias desses índios chegam a ter 37% das crianças desnutridas.
Desde 2003, uma equipe da Funasa visita aldeias verificando se o peso das crianças índias, com até cinco anos, está compatível com a idade delas.

Naquele ano, o resultado apontou que 32% estavam desnutridas. O índice caiu para 27% em 2004, mas ainda é considerado alto pelos técnicos.

A desnutrição e mortalidade infantil estão relacionadas à falta de terra e os casos de alcoolismo entre os índios, afirmou o coordenador-regional da Funasa, Gaspar Hickmann.

"Os pais bebem e abandonam os filhos em casa. As crianças ficam até três dias sem comer", afirma a nutricionista Cíntia Naito que coordenada o programa de vigilância nutricional nas aldeias.

Na avaliação dela, os índios se entregam ao álcool devido à falta de terra e ao conflito cultural.

A desnutrição é uma das causas da mortalidade infantil. A maioria das criança que passam fome tem menos de dois de idade, segundo a Funasa.

Mato Grosso do Sul possui cerca de 50 mil índios. É a segunda maior população indígena no Brasil, atrás do Amazonas.

Cestas básicas

O governo de Mato Grosso do Sul foi encarregado de implantar o Fome Zero nas aldeias da região de Dourados. Em 2003, o então ministro da Segurança Alimentar José Graziano assinou um convênio com o governador Zeca do PT para repassar R$ 5,5 milhões ao projeto.

Ontem o governo estadual divulgou que investiu R$ 3,8 milhões no projeto durante 2004. O Estado diz que distribui por mês 1.782 cestas com 32 quilos de alimentos nas aldeias da região de Dourados.

Compartilhe
twitter | delicious | Windows Live | MySpace | facebook | Google | digg

Especial
Leia o que já foi publicado sobre mortalidade infantil

Quero as Ações do Banco do Brasil. Investimento a partir de R$ 250,00.
Clique e invista
PUBLICIDADE

+lidas
1. Dilma adota cautela e presidente do PSDB atribui a Lula crescimento de petista em pesquisa
2. Com 12% das intenções de voto, Marina diz que Datafolha "rompe plebiscito"
3. Reforma visual facilita a leitura e aumenta identidade entre os cadernos
4. Dilma sobe 7 pontos e empata com Serra, aponta Datafolha
5. Crenças de Marina Silva criam atrito, e surge primeira dissidência no PV

PUBLICIDADE
Descubra
folha
Digite produto ou marca
Compare preços
PUBLICIDADE
Conta única do HSBC.
Até 8 vezes mais créditos* para você investir na sua empresa.
*sujeito a aprovação de crédito.
HSBC

C1.

FOLHA
www.folha.com.br
Terça-feira, 22 de junho de 2010

09/02/2003 - 20h46

Índia de 3 anos morre de desnutrição

HUDSON CORRÊA
da **Agência Folha**, em Campo Grande

PUBLICIDADE

Uma menina índia com três anos e 11 meses de idade morreu de desnutrição, segundo atestado de óbito, ontem em Dourados (219 km de Campo Grande). É o segundo caso neste ano.

No dia 11 de janeiro, morreu um bebê indígena de apenas oito meses de vida. Durante 2004, a desnutrição matou 15 índios menores de cinco anos nas aldeias de Mato Grosso do Sul, segundo a Funasa (Fundação Nacional de Saúde).

Em janeiro, a **Folha** informou que a mortalidade infantil entre os índios de Mato Grosso do Sul aumentou 25% em 2004 e chegou a 60 por mil nascidos vivos enquanto a média da população brasileira, segundo o Ministério de Saúde, é 24 por mil.

Dados da Funasa apontam que 12% dos índios menores de cinco anos estão desnutridos (1.091 crianças) e que 15% (1.360) vivem na faixa de risco com peso abaixo do normal para a idade.

Entre os guaranis e caiuás, etnias às quais pertencem as crianças que morreram de fome em 2004 e neste ano, a desnutrição infantil chega a 15%, ou seja, quase o triplo dos 5,7% verificados entre a população não-índia no Brasil.

O Centro de Recuperação de Desnutridos, mantido em Dourados pela Missão Evangélica Caiuá, estava ontem com 34 crianças internadas.

Para um projeto de combate à desnutrição e fortalecimento da agricultura nas aldeias, a Funai (Fundação Nacional do Índio) pediu R$ 3,5 milhões ao G8 formado pelos países mais ricos do mundo (Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Itália e Canadá) e a Rússia.

O Ministério do Desenvolvimento Social mantém um Fome Zero Indígena nas aldeias de Mato Grosso do Sul. O governo do Estado recebeu R$ 5 milhões, de agosto a novembro de 2003, mas ainda falta aplicar no projeto R$ 1 milhão, verba parada nos cofres públicos.

O médico Antônio Aurélio Teixeira de Carvalho Neto disse que o caso da criança morta ontem pode ser mais grave ainda, pois os pais da menina não deixavam a equipe de saúde da Funasa tratar da menina desnutrida.

"Eu mesmo fui expulso da casa pelo pai. Foi em dezembro. Às vezes, os índios pensam que a gente quer tomar a criança. Só uma necropsia para saber o que exatamente causou a morte da criança", afirmou Neto.

A uma emissora de rádio de Dourados o índio Sebastião Isnarde, 24, pai da criança, disse ontem que a filha passava fome, pois a família não recebia cestas de alimento do Estado.

O governo estadual informou que destinará mais 1.200 cestas do programa Fome Zero às aldeias por mês, além das 1.782 que são entregues atualmente.

Comunicar erros | Enviar por e-mail | Imprimir

+lidas
1. Dilma adota cautela e presidente do PSDB atribui a Lula crescimento de petista em pesquisa
2. Com 12% das intenções de voto, Marina diz que Datafolha "rompe plebiscito"
3. Reforma visual facilita a leitura e aumenta identidade entre os cadernos
4. Dilma sobe 7 pontos e empata com Serra, aponta Datafolha
5. Crenças de Marina Silva criam atrito, e surge primeira dissidência no PV

PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

folha
Digite produto ou marca
Compare preços

Usina Hidrelétrica Tucuruí.
Há 25 anos transformando
a vida de muita gente.

Ministério de
Minas e Energia

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

Hoteis.com

FOLHA
www.folha.com.br
Terça-feira, 22 de junho de 2010

Experimente a nova FOLHA ONLINE

22/02/2005 - 09h10

Fome mata mais uma criança índia em MS

HUDSON CORRÊA
da **Agência Folha**, em Campo Grande

A desnutrição causou a morte de mais uma criança índia da etnia caiuá em Dourados (218 km de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul). "A desnutrição levou à diarréia e à desidratação, e a criança morreu", afirmou ontem o médico Zélik Trajber, 58, que presta serviço de assistência na aldeia para a Funasa (Fundação Nacional de Saúde).

A menina Kelly Fernandes, que tinha seis meses e 15 dias de vida, morreu no sábado pela manhã no Hospital da Mulher localizado na cidade, mas a morte só foi confirmada ontem pela Funasa. O bebê estava internado havia nove dias.

É o terceiro caso de morte por desnutrição neste ano nas aldeias de Dourados.

As outras vítimas foram uma menina de três anos e 11 meses, em fevereiro, e um bebê de oito meses em janeiro. Os dois também eram caiuás. Em 2004, ocorreram 15 mortes devido à fome nas aldeias do sul do Estado.

O médico Helder Lúcio Ganacin, 33, também da Funasa, e Trajber informaram que no atestado de óbito constará como causa da morte desidratação e diarréia. Ganacin e Trajber disseram que a desnutrição tornou a criança mais vulnerável às doenças, porém não aparecerá como motivo da morte.

No atestado de óbito das outras duas crianças que morreram neste ano a desnutrição aparece como causa direta.

Kelly Fernandes morava na aldeia Bororó ao lado de um posto de saúde. Ela era sobrinha do capitão (líder indígena máximo) Luciano Arévolo.

"A família resistia para internar a criança. Apesar de serem pessoas esclarecidas. Não entendi isso", afirmou o vice-presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena, o índio terena Fernando da Silva Souza, 37.

Segundo ele, com muita dificuldade os agentes de saúde conseguiram convencer os pais a internar a criança.

O capitão da aldeia de Caarapó, Sílvio Paulo, 45, afirma que, na cultura indígena, os pais costumam chamar diarréia em crianças de "kuaia virado", doença curada pelos líderes religiosos que no tratamento batem nos pés das crianças durante rituais.

Paulo disse que é preciso conversar com as famílias para convencê-las a levar os bebês doentes ao médico.

Ganacin e Trajber preferem não comentar esses aspectos da cultura dos guaranis e caiuás. A Funasa tem dados sobre a fome.

PUBLICIDADE

Ofício da Ações do Banco do Brasil. Investimento a partir de R$ 200,00.

+Lidas

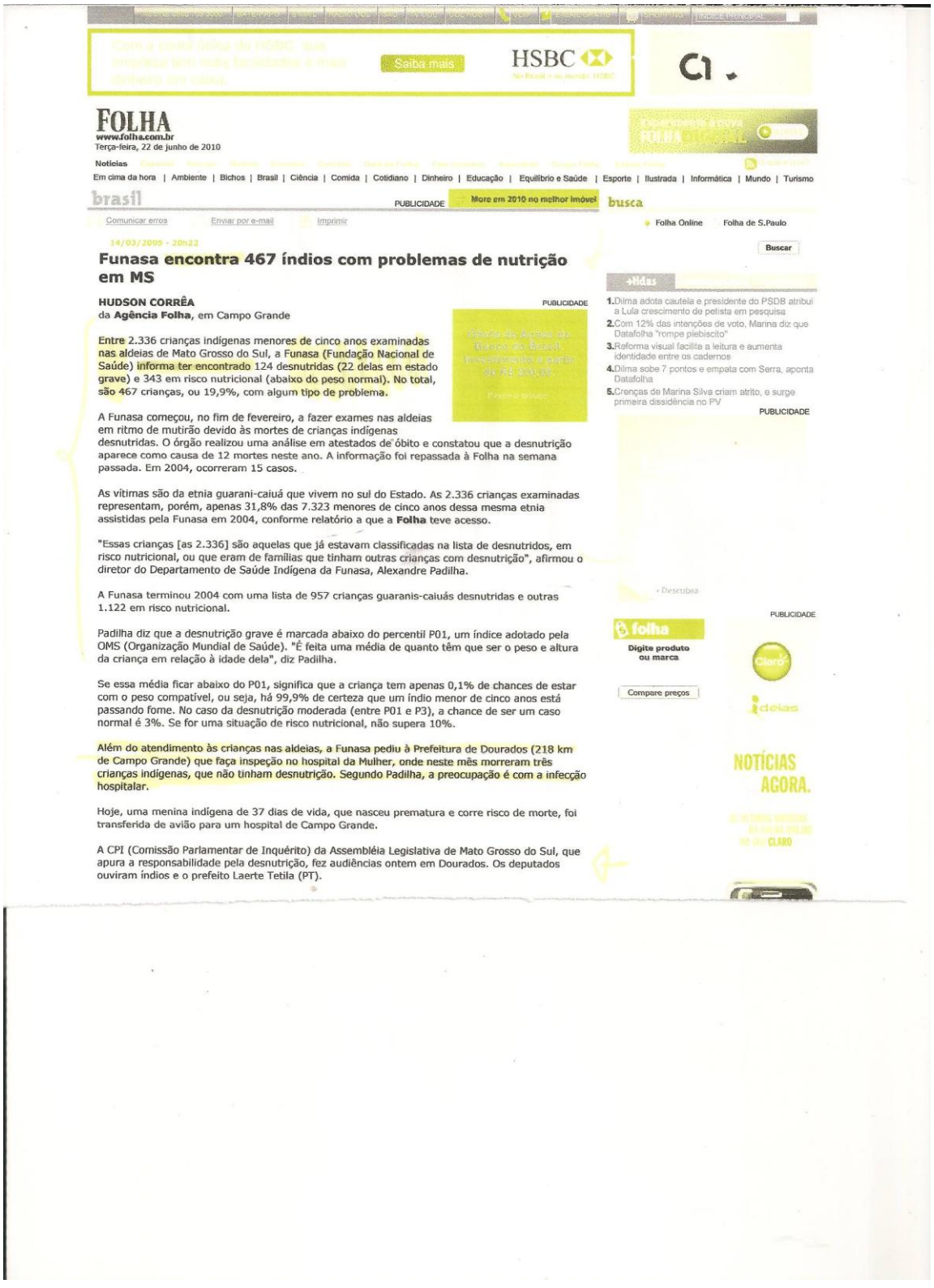
1. Dilma adota cautela e presidente do PSDB atribui a Lula crescimento de petista em pesquisa
2. Com 12% das intenções de voto, Marina diz que Datafolha "rompe plebiscito"
3. Reforma visual facilita a leitura e aumenta identidade entre os cadernos
4. Dilma sobe 7 pontos e empata com Serra, aponta Datafolha
5. Crenças de Marina Silva criam atrito, e surge primeira dissidência no PV

PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

folha
Digite produto ou marca

Compare preços



Com a conta online do HSBC, sua empresa tem mais facilidades e mais dinheiro em caixa.
Saiba mais
HSBC
No Brasil e no mundo: HSBC

FOLHA
www.folha.com.br
Terça-feira, 22 de junho de 2010

14/03/2009 - 20h22

Funasa encontra 467 índios com problemas de nutrição em MS

HUDSON CORRÊA
da **Agência Folha**, em Campo Grande

PUBLICIDADE

Entre 2.336 crianças indígenas menores de cinco anos examinadas nas aldeias de Mato Grosso do Sul, a Funasa (Fundação Nacional de Saúde) informa ter encontrado 124 desnutridas (22 delas em estado grave) e 343 em risco nutricional (abaixo do peso normal). No total, são 467 crianças, ou 19,9%, com algum tipo de problema.

A Funasa começou, no fim de fevereiro, a fazer exames nas aldeias em ritmo de mutirão devido às mortes de crianças indígenas desnutridas. O órgão realizou uma análise em atestados de óbito e constatou que a desnutrição aparece como causa de 12 mortes neste ano. A informação foi repassada à Folha na semana passada. Em 2004, ocorreram 15 casos.

As vítimas são da etnia guarani-caiuá que vivem no sul do Estado. As 2.336 crianças examinadas representam, porém, apenas 31,8% das 7.323 menores de cinco anos dessa mesma etnia assistidas pela Funasa em 2004, conforme relatório a que a **Folha** teve acesso.

"Essas crianças [as 2.336] são aquelas que já estavam classificadas na lista de desnutridos, em risco nutricional, ou que eram de famílias que tinham outras crianças com desnutrição", afirmou o diretor do Departamento de Saúde Indígena da Funasa, Alexandre Padilha.

A Funasa terminou 2004 com uma lista de 957 crianças guaranis-caiuás desnutridas e outras 1.122 em risco nutricional.

Padilha diz que a desnutrição grave é marcada abaixo do percentil P01, um índice adotado pela OMS (Organização Mundial de Saúde). "É feita uma média de quanto têm que ser o peso e altura da criança em relação à idade dela", diz Padilha.

Se essa média ficar abaixo do P01, significa que a criança tem apenas 0,1% de chances de estar com o peso compatível, ou seja, há 99,9% de certeza que um índio menor de cinco anos está passando fome. No caso da desnutrição moderada (entre P01 e P3), a chance de ser um caso normal é 3%. Se for uma situação de risco nutricional, não supera 10%.

Além do atendimento às crianças nas aldeias, a Funasa pediu à Prefeitura de Dourados (218 km de Campo Grande) que faça inspeção no hospital da Mulher, onde neste mês morreram três crianças indígenas, que não tinham desnutrição. Segundo Padilha, a preocupação é com a infecção hospitalar.

Hoje, uma menina indígena de 37 dias de vida, que nasceu prematura e corre risco de morte, foi transferida de avião para um hospital de Campo Grande.

A CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, que apura a responsabilidade pela desnutrição, fez audiências ontem em Dourados. Os deputados ouviram índios e o prefeito Laerte Tetila (PT).

Mais lidas
1. Dilma adota cautela e presidente do PSDB atribui a Lula crescimento de petista em pesquisa
2. Com 12% das intenções de voto, Marina diz que Datafolha "rompe plebiscito"
3. Reforma visual facilita a leitura e aumenta identidade entre os cadernos
4. Dilma sobe 7 pontos e empata com Serra, aponta Datafolha
5. Crenças de Marina Silva criam atrito, e surge primeira dissidência no PV
PUBLICIDADE
folha
Digite produto ou marca
Compare preços
PUBLICIDADE
NOTÍCIAS AGORA.

Quer ver como uma simples bola une as pessoas?

FOLHA
www.folha.com.br
Terça-feira, 22 de junho de 2010

21/03/2005 - 20h32

Desnutrição já matou 14 crianças indígenas em MS

HUDSON CORRÊA
da **Agência Folha**, em Campo Grande

PUBLICIDADE

A desnutrição matou ao menos 14 crianças indígenas, menores de cinco anos, da etnia guarani-caiuá em Mato Grosso do Sul neste ano. Durante 2004, foram 15 casos no Estado, segundo a Funasa (Fundação Nacional de Saúde), responsável pela assistência médica nas aldeias.

Essa estatística contraria avaliação feita no dia 8 de março passado pelo ministro Humberto Costa (Saúde). Ele disse, durante reunião do CNS (Conselho Nacional de Saúde), em Brasília, que "as mortes estão dentro do número que normalmente acontece".

Na estatística de 14 mortes, a Funasa confirma 13. O outro óbito foi registrado na semana passada pela direção do hospital Regional de Amambaí (393 km de Campo Grande), que é referência no atendimento de crianças indígenas no sul do Estado.

A direção nacional da Funasa analisou atestados de óbitos para chegar ao número 13. A informação foi passada à **Folha** em entrevista gravada. Sete mortes ocorreram em Dourados, cinco na região de Amambaí, uma em Paranhos e outra em Antônio João (municípios na fronteira com o Paraguai).

No último fim de semana, a Funasa confirmou que a desnutrição foi a principal causa da morte do menino R.C (foram divulgadas apenas as iniciais), de um ano e dois meses. A criança indígena pesava apenas 7 kg. Deveria ter mais de 10 kg.

No início deste mês, o menino chegou a ser internado no Centro de Recuperação de Desnutridos em Dourados (218 km de Campo Grande). Mas, segundo a Funasa, os pais revolveram levar a criança dois dias depois, mesmo contra a orientação médica. R.C morreu no dia 17 deste mês no colo da mãe em uma fazenda onde a família trabalha em Dourados.

Após a quinta morte de criança por desnutrição no dia 24 de fevereiro, a Funasa montou um mutirão de atendimento médico nas aldeias. Entre 2.336 crianças indígenas menores de cinco anos examinadas, o órgão encontrou 124 desnutridas (22 delas em estado grave) e 343 em risco nutricional (abaixo do peso normal). No total são 467 crianças, ou 19,9%, com algum tipo de problema.

Compartilhe
twitter | delicious | Windows Live | MySpace | facebook | Google | digg

Especial
Leia o que já foi publicado sobre desnutrição entre índios

+lidas
1. Dilma adota cautela e presidente do PSDB atribui a Lula crescimento de petista em pesquisa
2. Com 12% das intenções de voto, Marina diz que Datafolha "rompe plebiscito"
3. Reforma visual facilita a leitura e aumenta identidade entre os cadernos
4. Dilma sobe 7 pontos e empata com Serra, aponta Datafolha
5. Crenças de Marina Silva criam atrito, e surge primeira dissidência no PV

PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

folha
Digite produto ou marca
Compare preços

Claro
idéias

NOTÍCIAS AGORA.

PUBLICIDADE

O que você deseja para 2011?

EF Englishtown

PUBLICIDADE

3 dormitórios 1 suíte | 149 m² área privativa

PUBLICIDADE

Acompanhe a Folha com no Twitter

Folha de S.Paulo no Facebook

Curtir

60,970 pessoas curtiram Folha de S.Paulo

Ana Mercedes Paulo Thiago Pierre Glauber

Plug-in social do Facebook

11/05/2005 - 12h29

Comissão da Câmara deve votar hoje relatório sobre crianças indígenas

da **Folha Online**

PUBLICIDADE

Subsídios de até R$ 23 mil*

*Consulte condições

A comissão da Câmara dos Deputados que investiga a morte de crianças indígenas por desnutrição em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul deve votar na tarde desta quarta-feira seu relatório final. A comissão apurou as causas da desnutrição que afeta os índios de Dourados (MS) e Campinápolis (MT).

Os parlamentares ouviram índios e autoridades dos dois Estados e do governo federal. O relatório final da comissão apresenta detalhadamente os motivos que provocam a desnutrição das crianças indígenas. Os deputados descobriram que programas de alimentação dos índios, como o sopão comunitário, foram suspensos no ano passado.

O texto da relatora, deputada Perpétua Almeida (PC do B-AC), aponta uma série de fatores para a morte das crianças, entre eles a omissão de órgãos oficiais, como a Funai (Fundação Nacional do Índio) e a Funasa (Fundação Nacional de Saúde).

Com Agência Câmara

Leia mais

Relação com Lula "é boa" mas sempre haverá "disputas", diz Kirchner

Presidente do BC se antecipa e encaminha defesa ao STF

Especial

Leia o que já foi publicado sobre morte de crianças indígenas

PUBLICIDADE

MRV Engenharia

Apartamentos 2 quartos Mensais durante a obra a partir de R$ 110,-*

*Ref. Saint Jérôme, Ap.305 BL1

PUBLICIDADE PUBLICIDADE
Rastreador Ituran Seguro Map
Guarulhos. Alegria e conforto em um quarteirão para chamar de seu.
+ CIDADES
SP 21ºC RIO 28ºC
BUSCAR
NOTÍCIAS PODER MUNDO MERCADO COTIDIANO ESPORTE ILUSTRADA CIÊNCIA TEC 17 DE JANEIRO DE 2011
AMBIENTE BICHOS BLOGS CELEBRIDADES COLUNAS COMIDA EQUILÍBRIO E SAÚDE FOLHATEEN FOLHINHA ILUSTRÍSSIMA REVISTA SÃOPAULO SABER TURISMO
SERVIÇO HORÓSCOPO FOLHAINVEST INDICADORES TEMPO GUIA FOLHA E-MAIL FOLHA ASSINANTES FOLHA DE HOJE FOLHA DIGITAL ASSINE A FOLHA
EM CIMA DA HORA PUBLICIDADE: Pós-graduação Universidade Cruzeiro do Sul. Inscreva-se.
PUBLICIDADE
Maior | Menor Enviar por e-mail Comunicar erros Imprimir Compartilhe
Acompanhe a Folha.com no Twitter

09/05/2005 - 15h43

Coordenador da Funasa em MS pede afastamento do cargo

da **Folha Online**

PUBLICIDADE
Aniversário de São Paulo

O coordenador regional da Funasa (Fundação Nacional de Saúde) em Mato Grosso do Sul, Gaspar Hickman, pediu afastamento do cargo na última quinta-feira após denúncias de irregularidades no uso de verbas da instituição.

A Comissão Externa da Câmara dos Deputados, que investiga o caso, liga as irregularidades à morte de 36 indígenas na região de Dourados (MS) por subnutrição e falta de cuidados. O coordenador -executivo da instituição, Lenildo Moraes, assumiu o cargo interinamente.

Gaspar Hickman afirmou que os documentos utilizados pela comissão da Câmara para fazer as denúncias foram obtidos de forma ilícita e que, por isso, as acusações não podem ser consideradas verdadeiras. "Só o fato de o documento ter sido obtido de forma ilícita, já perde a validade. Um parlamentar, para divulgar notícia, deveria solicitar os documentos em caráter oficial."

Ele defende que a apuração do caso seja feita o mais rápido possível. "Considerando os constantes ataques políticos, peço afastamento do cargo, mas sou um dos primeiros a querer a apuração do caso."

Para o coordenador da Comissão Externa da Câmara, deputado Geraldo Resende (PPS-MS), o pedido de afastamento de Hickman é prova de que os indícios de irregularidades são verdadeiros. "Os documentos são autênticos. Foram fornecidos por servidores da Funasa que estavam desconfortáveis com a situação existente na instituição que levou à morte de 36 índios. O Gaspar solicitou sua saída porque, certamente, sua consciência está pesando. É responsabilidade dele não ter apontado caminhos para evitar essa tragédia."

Os documentos da Comissão Externa da Câmara apontam gastos excessivos com manutenção de carros e bombas d'água, por exemplo. Os documentos também mostram gastos, em dezembro do ano passado, de R$ 295 mil com consertos de carros quebrados. "As estradas são esburacadas e os carros são antigos. Esse valor foi gasto em outubro, novembro e dezembro. Não em apenas um dia, como o relatório quer dar a entender", afirmou Hickman.

Resende disse que esses gastos consumiram quase todo o orçamento da Funasa em 2004. "Ele [Hickman] esquece de dizer que, em fevereiro, em uma semana, foram gastos R$ 195 mil. Somando tudo, dá mais de R$ 500 mil. E a Funasa só tem 100 carros que são novos. Esses gastos consumiram quase a totalidade dos recursos da Funasa no ano passado."

Para o deputado, a escolha do coordenador-executivo da Funasa para assumir interinamente a coordenadoria regional da instituição é sinal de que a situação no local é grave. "Se a Funasa manda o segundo homem mais forte na diretoria, logicamente, deve ter sentido que onde há fumaça há fogo", afirmou.

A comissão interministerial, criada pelo governo para fazer uma análise da situação indígena em Dourados, chegou hoje à cidade. "A situação está muito grave para o Gaspar dizer que está tudo normal", disse o deputado.

Folha de S.Paulo no Facebook
Curtir
Plug-in social do Facebook
PUBLICIDADE
MRV Engenharia
Seu 1º apê está no site da MRV.